



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

FRANCISCO ADRIANO LEAL MACÊDO

NAÇÃO COMO RETÓRICA: a construção da ideia de Brasil por Júlio de
Mesquita Filho (1932-1964).

FRANCISCO ADRIANO LEAL MACÊDO

NAÇÃO COMO RETÓRICA: a construção da ideia de Brasil por Júlio de Mesquita Filho (1932-1964).

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof. Dra. Marylu Alves de Oliveira

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

M134n Macêdo, Francisco Adriano Leal

Nação como retórica: a construção da ideia de Brasil por Júlio de Mesquita Filho (1932-1964). / Francisco Adriano Leal Macêdo. – Picos, 2018 .

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (115 f.)

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História)-
Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Marylu Alves de Oliveira

1. História-Intelectuais. 2. Júlio de Mesquita Filho. 3.
Nação. I. Título.

CDD 001.209 81

FRANCISCO ADRIANO LEAL MACÊDO

NAÇÃO COMO RETÓRICA: a construção da ideia de Brasil por Júlio de Mesquita Filho (1932-1964).

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof. Dra. Marylu Alves de Oliveira

Data de aprovação: 05/12/2018

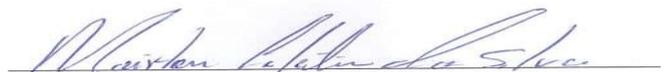
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Marylu Alves de Oliveira – orientadora
Universidade Federal de Piauí - UFPI



Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito
Universidade Federal do Piauí – UFPI
Examinador 1



Prof. Dr. Mairton Celestino da Silva
Universidade Federal do Piauí – UFPI
Examinador 2

À minha mãe Aurisnéia, a mais poderosa das Amazonas. Em minhas primeiras memórias, estou ao seu lado; no final dos anos noventa, naquelas caçadas às ovelhas pelos morros íngremes, das quais eu sempre chegava na sua ‘cacunda’ e de chinela quebrada. Lembro-me também, nostálgico, daqueles dias já tão distantes em que eu balançava de rede debaixo do velho pé de manga-pão enquanto a senhora trabalhava nos arrozais.

Ao meu irmãozinho José Arthur, o maior guerreiro que conheço. Nenhum x-men é tão forte quanto ele.

AGRADECIMENTOS

O texto que compõe esse trabalho teve suas primeiras linhas escritas em agosto de 2017. Na estrada até aqui, encontrei pessoas que se tornaram inestimáveis para mim. Essa *História*, em verdade, começou muito antes da universidade, o que me leva ao primeiro agradecimento cuja ordem de chegada ninguém questiona: Mãe. Eis a definição de amor no seu sentido mais puro. Por todas as vezes que me levou à escola, debaixo de chuva ou sol, na garupa da velha Monark ou a pé; por ter me protegido dos valentões e de eu próprio me tornar um valentão; por nunca ter medido esforços para me manter vivo e de barriga cheia; muito obrigado!

Agradeço ao meu irmãozinho, José Arthur, que desde quando ainda estava na barriga da nossa mãe, vem me ensinando as mais valiosas lições do que é *ser* humano. Ele me levou a acreditar em milagres, pois sua existência é em si mesma, uma manifestação da magia do universo.

De maneira especial, agradeço a alguém cuja presença evoca os afetos felizes e ajuda a manter comigo o que o mundo dos adultos ameaça roubar e o que levou Peter Pan desejar prolongar sua infância para sempre. Obrigado por voar comigo para a Terra do Nunca e por criar, junto comigo, um terceiro sujeito que é muito mais feliz do que um menino perdido como eu poderia ser sozinho. (Para Valquíria, com amor).

Agradeço aos amigos e amigas que a UFPI me deu. Janayne, por me suportar desde o início da graduação, pela lealdade e impaciência. Rosamaria, por ser minha professora de drama – verdadeira reencarnação de Shakespeare. Vanessa, minha amiga colombiana, obrigado pelas ofensas inofensivas que trocamos de quando em vez. Mariana Karenina, com seu nome tolstoiano. Matheus Bonfim e Welligton Costa, por serem petardos de sensibilidade literária nas nossas vidas. Elias, meu “condômino” durante três anos, abrigado pela amizade. Raila Damascena, Raquel (Lady Cury), Leonora e Sanna, um quarteto de amigas extraordinárias. Romário, Paulo Lúcio, Jardel, povo Gospel. Francimary, minha amada mãe postiça. Lincoln e Cristiano, que apesar das diferenças de opinião em muitas coisas, construímos uma sólida amizade. Henrique Moreira (*In memoriam*), pelas nossas conversas malucas, por me deixar brincar com seu PSP, por me deixar chama-lo de *californication*... Saudades eternas!

Agradeço a ex-alunos da UFPI que, além de amigos queridos, se tornaram inspirações para seguir a árdua carreira acadêmica. Elierson (Dr. Tesouro), pelas incontáveis palavras e atitudes de apoio. Kelly Leal, por ser um exemplo de pessoa aguerrida e idealista, sempre

Durante a graduação, tive a felicidade de encontrar professores extraordinários que, como em *A sociedade dos poetas mortos*, me ensinaram a ver o mundo de outras perspectivas.

Agradeço, em especial, aos professores que me tiveram como orientando nas minhas experimentações de pesquisa no curso de História – Fábio Leonardo Castelo Branco Brito e Marylu Alves de Oliveira. Obrigado, Fábio, por toda a paciência durante os nossos tempos de orientador-orientando; desculpe as vergonhas que o fiz passar em certas apresentações de trabalho. Fostes o meu primeiro mestre Jedi – em constante embriaguez abstinência – e quem primeiro me convidou a subir no birô e ver o mundo de lá. *Oh captain! My captain!*

Quanto à professora Marylu, devo bem mais do que a orientação deste trabalho. O que houver de relevante nessa pesquisa, é graças a ela, ao passo que os erros são de minha inteira responsabilidade. Humildade, erudição, elegância e empatia compartilham espaço na sua pessoa. Sou profundamente grato pelos seus ensinamentos – na academia e na vida – sempre repletos de sensibilidade. Desenvolvi respeito e admiração imediatos à sua insistência na própria retidão ética, ao mesmo tempo que não encarna moralismo algum. Eis uma combinação rara! Muito obrigado à senhora, pela generosidade, paciência e amizade.

Deixo minha gratidão aos professores do curso de História da UFPI: Mairton Celestino, Erica Lôpo, José Petrucio, Sabrina, Mona Ayala, Gleison Monteiro, Ana Paula Cantelli, Mara Carvalho, Luís Filipe, Agostinho Coe, José Lins Duarte, Carla Silvino, Heitor Matos, Lorena França e Paulo Mafra, pelas inestimáveis contribuições na minha formação e de tantos outros.

Agradeço profundamente à minha irmã, Raylaine, e sua família – Francisco (Tetê), Rosilaine (Rosa), Dona Conceição (Vó), Seu Manoel (Vô) – por me acolherem com tanto afeto, aí em São Paulo. Ao Ruy Mesquita Filho, pela solicitude em me receber e me disponibilizar com as fontes para este trabalho. Dona Graça, pelos mimos constantes e conversas maravilhosas na sala do arquivo. Mariana Uemura Sampaio, por conseguir espaço para mim no “RU do Estadão”. O senhor Gabriel Severino, por tanta-coisa-que-nem-dá-para-dizer. O pessoal do CPDOC e do Arquivo Nacional, por me receberem tão bem.

Meus sinceros agradecimentos a cada uma das minhas tias, que inadvertidamente fizeram das suas lutas cotidianas exemplos que nunca deixarei de seguir. Tia Rosa, Tia Solange e Tia Francisca. Admiro profundamente a fé de cada uma de vocês.

Agradeço, por fim, a todos aqueles que me acolheram na Universidade Federal do Piauí. Ao pessoal do RU, em especial Seu Paulo. Dona Verinha e Cleide, por toda a paciência comigo, mesmo quando eu ficava atrapalhando o trabalho de vocês. A tod@s da lanchonete, que sempre me davam café grátis e me faziam todo tipo de empréstimo “excêntrico”. Tod@s que habitaram comigo o NUPEDOCH, que se transformou um lugar de memórias tão felizes... Obrigado!

Resumo:

Este trabalho estuda a trajetória do intelectual paulista Júlio de Mesquita Filho a pretexto de pensar aspectos da política brasileira que moveu esse representante da intelectualidade paulista entre os anos de 1932 e 1964. São discutidos os engajamentos, alianças e negociações do personagem central no decorrer da história vivida no Brasil do século XX, desde sua participação no “Manifesto dos Pioneiros” (1932), o envolvimento na “Revolução Constitucionalista de 1932”, os dois exílios durante a “Era Vargas” (1932 e 1939) e o apoio ao golpe civil-militar de 1964. Entre as fontes utilizadas, destacam-se cartas, obras escritas e textos diversos que circularam na temporalidade estudada. Buscamos estudar como Mesquita Filho se articulou em torno de “uma certa ideia do Brasil”. No desenvolvimento do trabalho, autores como Stella Bresciani, Norbert Elias, Reinhart Koselleck, Tania Regina de Luca serão usados para ajudar-nos a pensar concepções de intelectual, noções de temporalidade, relação indivíduo/sociedade e trajetórias.

Palavras-chave: História. Intelectuais. Júlio de Mesquita Filho. Nação.

Abstract:

This work studies the trajectory of the intellectual Júlio de Mesquita Filho under the pretext of thinking about aspects of Brazilian politics that moved this representative of the intellectuality between the years of 1932 and 1964. The engagements, alliances and negotiations of the central character in the course of history lived in Brazil in the twentieth century, since his participation in the "Pioneers Manifesto" (1932), his involvement in the "Constitutionalist Revolution of 1932", the two exiles during the "Vargas Age" (1932 and 1939) and support for the civil coup-militar of 1964. Among the sources used, stand out letters, written works and diverse texts that circulated in the temporality studied. We seek to study how Mesquita Filho articulated around "a certain idea of Brazil". In the development of the work, authors such as Stella Bresciani, Norbert Elias, Reinhart Koselleck, Tania Regina de Luca will be used to help us think of intellectual conceptions, notions of temporality, individual / society relationship and trajectories.

Keywords: History. Intellectuals. Júlio de Mesquita Filho. Nation.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| DESFIANDO O NOVELO , palavras iniciais | 10 |
| 1. PRIMEIRO FIO: forja da Nação e contradições do “liberal” | 20 |
| 1.1. “Este Brasil miserável” : o engajamento de Júlio de Mesquita Filho em 1932. | 26 |
| 1.2. Uma certa cosmovisão política : o “regionalismo da superioridade” | 34 |
| 2. SEGUNDO FIO: retratos e caricaturas da “Era Vargas” | 38 |
| 2.1. “Fontes de poder” : aristocracia e liberalismo | 44 |
| 2.2. “Letras de ouro” que se movem | 52 |
| 2.3. Em luta com o seu tempo | 53 |
| 2.4. “Um sistema de representação e valores” : indivíduo e sociedade entrelaçados..... | 58 |
| 3. TERCEIRO FIO: o futuro como espelho do passado | 61 |
| 3.1. Júlio de Mesquita Filho e “o roteiro da revolução” | 63 |
| 3.2. A carta revolucionária : roteiro para a História | 64 |
| 3.3. 1964 entre a experiência e a expectativa | 69 |
| 3.4. A “Revolução” devora seus filhos | 71 |
| 4. ULTIMAS BATIDAS DO TEAR: as sutilezas do imaginário intelectual | 73 |
| REFERÊNCIAS: | 77 |
| Anexos | 82 |

DESFIANDO O NOVELO, palavras iniciais

Os encontros que travamos ao longo dessa jornada nos fornecem territórios existenciais que, eventualmente, podem tomar forma a partir duma dispersão constitutiva de começos que não estão claros o bastante. Perscrutar o nosso passado depende da memória, que está sempre sendo atualizada a partir do presente. Apesar de todas essas incertezas, arrisco apontar algumas finas nascentes que desembocaram nessa pesquisa, delineando um rio – ainda que suas margens não estejam definidas por completo. Crédito aqui alguns desses acontecimentos que considero ter sido importantes para despertar a fagulha da *vontade de saber* presente no texto a seguir: o primeiro, a literatura – especialmente a saga de livros *O tempo e o vento*.¹ Depois, o projeto de iniciação científica voluntária *Perambulações ciborgues no centro-sul do Piauí: identidades, sociabilidades e mutações juvenis em Picos (1990-2015)*, onde me apaixonei pelo ofício de escrever histórias.

Concluída essa primeira fase de deslumbramento, a disciplina História do Brasil República II possibilitou o estudo de uma parcela da literatura historiográfica sobre o recorte escolhido para este estudo. Esse foi um momento decisivo, já que essa disciplina me suscitou uma série de inquietações que me mobilizaram diretamente. Uma das principais perguntas que passei a me fazer desde então foi: “por que o Brasil é um país em que as desigualdades sociais e os conflitos políticos, que andam lado-a-lado, são tão alarmantes?”. Não é uma indagação de fácil resposta, muitos pesquisadores altamente competentes já se debruçaram direta ou indiretamente sobre ela em seus estudos e apresentaram suas hipóteses e conclusões. Não é de se dispensar, contudo, mais uma perspectiva, dado que a *questão nacional* é um tema repleto de matizes inconclusas.

Com essa inquietação, quedei reflexivo em busca de fontes passíveis de pesquisa nesse sentido. Pouco tempo depois entrevi uma possibilidade desfocada. Assaltou-me uma ideia, como o pêndulo que Machado de Assis descreveu para o seu protagonista em *Memórias póstumas de Brás Cubas*. A imagem era diáfana, quase transparente, saltando das páginas das *Memórias do Cárcere* de Graciliano Ramos. Uma viagem a Recife me permitiu encontrar num sebo do Marco Zero a primeira fonte – o livro *Cartas do Exílio*.² Na maior parte deste livro continha a transcrição de cartas que, no exílio, o jornalista paulista Júlio de Mesquita Filho³

¹ VERÍSSIMO, Erico. *O tempo e o vento*. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

² FILHO, Júlio de Mesquita; MESQUITA, Marina. *Cartas do exílio: a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho*. Org: Ruy Mesquita Filho. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.

³ *Júlio de Mesquita Filho* nasceu na cidade de São Paulo no dia 14 de fevereiro de 1892, filho de Júlio César de Mesquita e de Lucila Cerqueira César de Mesquita. Seu pai foi advogado, deputado estadual na República Velha e proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, fundado com o nome de A Província de São Paulo por seu avô

trocara com sua esposa, Marina Vieira de Carvalho.⁴ Olhei de volta para as *memórias do cárcere*, com a cabeça fervilhando com o imaginário da mistificada figura de Getúlio Vargas, a quem esses homens exilados e presos culpavam pelos infortúnios da Nação e de si mesmos. A essa altura, a literatura de Erico Verissimo já me havia fornecido alguns *retratos* de Vargas como o que transcrevo aqui:

— O Getúlio chegou à conclusão de que um país como o nosso, onde impera o pauperismo e o analfabetismo, não se pode dar o luxo de ter o sufrágio universal. Seus deputados e senadores jamais serão os representantes do povo, mas sim das oligarquias municipais e estaduais. O que nosso povo precisa é dum governo paternalista que cuide dela como de uma criança, que a alimente, que lhe dê roupa, casa, trabalho como bom salário e principalmente a sensação que está segura, protegida. O doutor Getúlio acha, como eu, que sem democracia econômica não pode haver democracia política.⁵

A literatura foi, então, a minha primeira fonte. Mais precisamente e lançando mão de uma metáfora, talvez tenha sido como um fósforo que acende uma fogueira maior. Tomei as cartas do exílio para uma análise pretensamente a contrapelo e algumas impressões iniciais se fizeram presentes. A primeira delas foi uma sobressaliente vontade de coerência a um personagem que apenas as narrativas *a posteriori* conseguem conformar no preto sobre o branco. Esse sujeito foi o diretor d’*O Estado de São Paulo* durante as efervescências da “Revolução de 30”, “Movimento constitucionalista”, perpassando pelo “Estado Novo”, período de redemocratização estendendo-se até o golpe militar de 1964. Júlio de Mesquita Filho, descendente de uma família rica e influente no meio social paulista, afirmaria para si posições políticas que ele mesmo chamaria de “irredutivelmente liberais”.⁶ No recorte que compreende esse período de pouco mais de três décadas, através de suas correspondências, de livros e artigos *por e sobre* ele publicados, se desfiará o enunciado dessa monografia.

Na década de 1930, foi obrigado abandonar o Brasil duas vezes pelo governo de Getúlio Vargas. O primeiro desterro se deu em outubro de 1932, firmando uma estadia em Portugal, de onde retornaria no final do ano seguinte. O motivo do primeiro exílio fora a sua participação

materno, José Alves de Cerqueira César, grande proprietário rural representante da lavoura cafeeira do Oeste Novo paulista. Sua irmã, Raquel Mesquita, casou-se com Armando de Sales Oliveira, interventor federal em São Paulo de 1933 a 1935, governador de 1935 a 1936 e candidato à presidência da República nas frustradas eleições de 1938. Fonte: Biografia: MESQUITA FILHO, Júlio de. CPDOC, FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mesquita-filho-julio-de> Acesso em 29 de agosto de 2018.

⁴ Marina Viera de Carvalho foi esposa de Júlio de Mesquita Filho, tendo mantido uma profícua correspondência com seu marido nos tempos da “Revolução constitucionalista” e nos seus exílios. Fonte: CARVALHO, Marina Vieira de. CPDOC, FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carvalho-marina-vieira-de> Acesso em 17 de Junho de 2018.

⁵ VERÍSSIMO, Erico. *O arquipélago*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das letras, 2004. p. 241.

⁶ SALONE, Roberto. *Irredutivelmente liberal: política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho*. São Paulo: Albatroz editora, 2009.

destacada na guerra civil que os seus correligionários chamaram de “Revolução Constitucionalista”. Quando compôs as trincheiras para enfrentar a União das demais unidades da federação, Mesquita Filho canaliza os anseios paulistas pelo retorno da Constituição, suspensa desde 1930. Poucos anos mais tarde, com o advento do “Estado Novo”, o jornalista é mais uma vez impelido a deixar o país. Dessa vez, passaria um quadriênio fora do território brasileiro, passando pela França, Estados Unidos, Chile e Argentina. Essas duas situações de ostracismo demonstram a relação conflituosa de um sujeito com o poder político, cujos flertes ora se aproximam, ora se distanciam do *status quo*. Os *lugares* políticos e teóricos que o atravessaram no decorrer de sua trajetória são escorregadios, repletos de alianças e rupturas.

Esse objeto de pesquisa se insere no horizonte de análise em que a historiografia tem se enveredado com frequência desde a década de 1980.⁷ A escrita contemporânea da história, que outrora privilegiou modelos histórico-estruturais, passou a refletir também sobre o pensamento social de sujeitos de épocas anteriores. A história intelectual, ou história das teorias, define esses indivíduos como “intérpretes do Brasil”, portadores de “diagnósticos” e “projetos” para a Nação.⁸ Essa preocupação com o que pensavam e desejavam esses personagens do mundo intelectual é tal que, na virada do milênio, ganhou status comemorativo, com a *Folha de S. Paulo* lançando a coleção de livros *Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro*. Conforme explicitado na apresentação de cada volume, o leitor deveria “entender como o Brasil se tornou o que é”.⁹ Esse mote ambicioso, para além do símbolo que representa, não demonstra sinais de esgotamento. Os esforços em estudar os intelectuais que atuaram na cena política e social brasileira tomam como objeto de análise indivíduos dos séculos XIX e XX. Frente às fontes pesquisadas sobre o sujeito em questão, encontramos a “possibilidade metodológica de se trabalhar com a dimensão social do pensamento e das ideias dos atores, explorando-se fontes que indicam ‘pistas’ e ‘indícios’”.¹⁰

⁷ A historiadora brasileira Angela de Castro Gomes argumentou que as novas abordagens da historiografia depois da década de 1980 lançou novos objetos e fundou novas interpretações da História do Brasil. Um exemplo dessa tendência é a história intelectual, ou história das teorias e dos sistemas de pensamento que manejavam a visão de mundo de sujeitos que se propuseram pensar a realidade nacional. Ver: GOMES, Angela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para debate. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.34, jul-dez, 2004. pp. 157-186.

⁸ Para elencar uma bibliografia sobre este tema, podemos citar os estudos empreendidos pelas historiadoras Tânia Regina de Lucca e Maria Stella Bresciani, respectivamente: Ver: BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007. DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

⁹ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das letras; Publifolha, 2000.

¹⁰ GOMES, Angela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para debate. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.34, jul-dez, 2004. p. 161.

As questões sociais em que Júlio de Mesquita Filho esteve imerso ao longo da sua atuação intelectual encontram aspectos lacunares e enigmáticos, que, apesar de existirem diversas pesquisas que se debruçam sobre isso, não é escusado acatarmos a lição Darntoniana em buscar novas respostas ou reflexões para problemas antigos. O que move esta análise é a vontade de saber o que se mostrará na lupa focada sobre a figura do intelectual paulista, e quais brasis se refletiam em sua retina. A apropriação acadêmica das suas falas e de outros sobre ele, cruzadas, se não puderem demonstrar “como o Brasil se tornou o que é” podem ao menos produzir *insights* sobre os devires históricos da constituição da sociedade brasileira, dos preconceitos arraigados e das culturas políticas que a atravessam.

No livro *Cartas do exílio*,¹¹ é possível perceber a tentativa de produção de um monumento de memória ou “monumento histórico”.¹² Logo no prefácio, intitulado *Lição de amor ao Brasil*, escrito por Cesário Coimbra Neto e Sergio Coimbra – netos de Cesário Coimbra, correligionário de Júlio de Mesquita Filho no movimento constitucionalista de 1932, produzem um texto em tom de elegia ao dono d’*O Estado de São Paulo*, enfatizando o “sofrimento suportado por Júlio de Mesquita Filho” e o “constrangimento de exilar-se para escapar das arbitrariedades do regime getulista”. Dizem acreditar que *cartas do exílio* “contribuirá para que os brasileiros fortaleçam a devoção à liberdade e aos princípios republicanos”. Cabe anotar que esse livro foi publicado pelo neto de Mesquita Filho, Ruy.

Trazendo uma categoria recentemente popularizada no Brasil por Angela de Castro Gomes, a *escrita de si*,¹³ o trabalho busca empreender um estudo sobre um recorte temporal de média duração que perpassa por outros já clássicos, como a “Revolução de 30”, o “Estado Novo”, período da redemocratização, culminando no golpe civil-militar de 1964. Em termos metodológicos, serão analisadas fontes que dão a ver problemáticas de ordem histórica sobre o recorte a pretexto da vida e obra do personagem central. Esse processo se dá por etapas, sendo a teoria e metodologia escolhidas conforme melhor se encaixe com as fontes aqui utilizadas. Um prisma diferente se dará ao trabalhar como uma das fontes centrais um objeto privado e íntimo, mas que “de forma alguma elimina o público”; esse objeto é a correspondência pessoal já mencionada, dessa vez a partir dos originais, antes de ganhar as coerências dadas pela obra

¹¹ MESQUITA FILHO, Ruy. *Cartas do exílio*: a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.

¹² Uma sistemática análise da historicidade e intencionalidades nos documentos históricos é feita por Jacques Le Goff. Segundo esse autor, os documentos históricos não são garantias de uma representação verossímilante de determinada realidade, mas discursos e perspectivas de determinados sujeitos sobre acontecimentos, submetidos necessariamente àquele olhar. ver: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: UNICAMP, 2003.

¹³ GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 07-23.

literária. Um fato instigante é que essas cartas – escritas e lidas por sujeitos inseridos em períodos controversos da política brasileira –, foram trocadas entre um casal da elite que possuía considerável *poder simbólico*,¹⁴ ligados à imprensa. Estas fontes orientarão uma parte do texto, enquanto outras fontes cabíveis – ditos e escritos do personagem – bem como um debate teórico conceitual que serão incorporados em momentos pertinentes.

Temos uma oportunidade privilegiada de confrontar o “teatro da memória” – essa linearização de trajetória em um ato único teleológico – presente em livros como *Cartas do exílio*,¹⁵ que busca solidificar numa perspectiva de determinada coerência e as cartas em si, antes do manuseio ou organização em obras – tampouco obras financiadas pelos descendentes dos sujeitos de época. Isso significa fazer uma análise cruzada e em perspectiva de sujeitos em seus respectivos tempos a as construções futuras da memória. É de ordem ontológica que os indivíduos enfatizem a importância de “dotar o mundo que os rodeia de significados especiais”. Efetuem isto apresentando aspectos das próprias vidas que possam dar um sentido maior às suas existências, para que se construa uma notoriedade ancorada em “qualquer característica excepcional para serem dignas de serem lembradas”.¹⁶

A complexidade que circunda esse objeto culminou na busca pela empiria, essencial para que o trabalho em questão possa ser alicerçado com solidez. A viagem de pesquisa que empreendi em busca de fontes me conduziu às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O itinerário de pesquisa durou pouco mais de um mês, visitando acervos particulares como o pertencente a Ruy Mesquita Filho e o vasto material do Jornal O Estado de São Paulo, bem como arquivos públicos, a exemplo do CPDOC e o Arquivo Nacional. Essa fase foi especialmente significativa, uma vez que o aprendizado pode ser sentido paulatinamente, dia após dia, à medida que mergulhava nos papéis amarelados. Assim, em face ao sabor do arquivo, o voyeurismo do pesquisador perscruta zonas inertes e empoeiradas, fragmentos de visões de mundo se desnudam frente aos olhos, à revelia da vontade daqueles que tomaram da máquina ou da pena para escrever aquelas linhas.

¹⁴ A apropriação do conceito de poder simbólico de Pierre Bourdieu faz alusão a construções de realidades baseada na repetição de falas e argumentos em um determinado sentido. Nesse caso específico, essa “realidade” não é unânime entre todos os leitores desse periódico – nem de todas as classes sociais, por exemplo –, mas encontra ecos entre sujeitos que concordam com esses enunciados. Talvez possamos atribuir com mais precisão uma “vontade” de poder simbólico generalizada do que um transplante efetivo dessas ideias para todos. Ver: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

¹⁵ Esse livro é uma organização das mesmas cartas que servirão de fonte para esse trabalho. A obra literária, projeto pessoal da família Mesquita, também servirá como fonte para esse texto. Ver: MESQUITA FILHO, Ruy. *Cartas do exílio: a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.

¹⁶ GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 07-23. p. 11.

O grande volume de informação adquirida através da pesquisa das fontes é suficiente para que se possa remexer o passado, abanar a espuma da superfície e olhar onde a luz quase nunca bate. Todavia, fontes históricas ainda são esfinges em forma de texto, escorregadias, nas quais se manifestam paixões diversas, fazendo-se necessário o constante exercício de suspeição. E mais: não descartamos, sobremaneira, a necessidade de empreender nova viagem aos mesmos e outros arquivos. Dado que se trata de uma pesquisa cujo mote se detém ao Brasil – ao menos a sua constituição enquanto Nação – as fontes não devem ser limitadas em apenas uma categoria. Tomando como epicentro o personagem central, suas cartas, seus relatos autobiográficos, escritas de seus correspondentes intelectuais – brasileiros e estrangeiros – dá um tom que já permite divisar minimamente algumas de suas paixões, razões e sonhos. O jogo se delinea a partir disso, na dança empírica entre fontes centrais e de apoio.

Pode parecer herético empreender uma pesquisa em História do Brasil com perspectivas mais ambiciosas. Por tratar-se de um trabalho monográfico que se aventura a pensar o Brasil, enveredando pela sua profusa história e estórias – vividas, escritas e inventadas –, portando apenas a tocha bruxuleante das fontes e uma certa bibliografia. Pode-se correr o risco de caminhar sobre uma perigosa falésia que já foi visitada por grandes clássicos da historiografia brasileira. Argumento, contudo, que mesmo havendo no interior dessa historiografia clássica um conjunto prolífico de explicações da história do Brasil, certamente não esgotam os acontecimentos nem são livros sagrados que contenham todas as interpretações possíveis ou a verdade transcendente. Como escreveu a historiadora Maria Stella Martins Bresciani, considerar definitivos os textos de intelectuais que escreveram em outros tempos e movidos por outras questões seria uma traição a eles próprios.¹⁷ Em outras palavras, escrevemos a partir de um motor ético-político que se atualiza, ganha novos problemas e novas fontes, e passam a valer o risco de que se cometa alguma generalidade ou imprecisão.

A pretensão de relevância social dessa pesquisa consiste em lançar novas luzes sobre um período histórico cujos recortes terminam muitas vezes por escamotear os desdobramentos mais sutis. Essa perspectiva é cuidadosamente pensada por Edgar De Decca, ainda nos anos oitenta.¹⁸ O recorte espacial e temporal tem como ponto de partida os meses em que o estado

¹⁷ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 16.

¹⁸ Os marcos históricos clássicos aparecerão entre aspas para evidenciar uma tomada de posição que se situa em torno do argumento postulado por Edgar de Decca em *O silêncio dos vencidos*. Constitui basicamente em não tomar um marco historiográfico – no caso do livro, a chamada “Revolução de 1930” – como um a priori, sob pena de escamotear outras narrativas possíveis que não cabem nessa nomeação. DE DECCA, Edgar Savadori. *O silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 38-39. Ver: DE DECCA, Edgar Savadori. *O silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

de São Paulo esteve imerso na guerra civil chamada de “Revolução Constitucionalista”, em 1932. Essa escolha não foi feita meramente por ser um recorte já clássico, mas por ser um momento conveniente para que se possa compreender algumas nuances do personagem central – Júlio de Mesquita Filho – que será tomado como o fio condutor para a compreensão de um pensamento circulante entre os grupos a que pertencia nesse contexto. O mote é justamente buscar mapear alguns dos pensamentos da elite brasileira, verificando o encontro da página escrita, de suas *vontades de verdade* e a política pela qual se punham a serviço, segundo suas chaves de leitura da realidade.

A vida e a obra se misturam. Mesquita Filho, enquanto intelectual, entra na disputa pelas realidades da Nação brasileira, que encontrava contendores desde o período imperial, com a criação do IHGB.¹⁹ As concepções providencialistas do conhecimento social costumeiramente se atracavam na força do indivíduo, arquiteto de uma pretensa comunidade *Nacional*. Como ideias não conhecem fronteiras políticas e circulam intempestivamente, o recorte espacial é menos fixo, dado que o personagem conceitual escreve sobre a Europa que viu nos seus tempos de exílio,²⁰ bem como sobre o Nordeste do Brasil. Ainda assim, definimos o seu maior centro de interesse o Estado brasileiro, ou, como remete o título do, uma retórica nacionalista. Pretende-se que essa articulação forneça pistas das lógicas de organização social pretendida por esse sujeito. O diâmetro de circulação de suas ideias e sua representatividade entre determinados grupos ajudará a entender *por quem e para quem* era planejado o país. As disputas em torno da constituição do Estado mostram o conflito entre prioridades, dilemas e paradoxos, vetores recorrentes na forja artificial dos sentidos dos países – em especial daqueles que, como o Brasil, partem de matrizes étnicas plurais e portadores de memórias históricas controversas. Em outras palavras, o texto versa sobre como *certos Brasís* teriam sido *inventados* a partir de *projetos políticos* – exitosos ou não –, de intelectuais de espaços geográficos específicos.

Nos articulamos em torno de teorias nem sempre homogêneas, introduzindo elementos pontuais ao longo do texto. Todavia, uma noção recorrente que compõe o argumento do trabalho é emprestada do sociólogo Norbert Elias, uma vez que o corpo do texto é construído em diálogo com um *indivíduo* – Júlio de Mesquita Filho –, para pensar as dinâmicas da *sociedade*. Dessa maneira, as ideias trazidas por Elias no seu livro *A sociedade dos indivíduos* são importantes na conceituação da relação personagem e os seus lugares de atuação. O autor demonstra que as relações entre os indivíduos e as sociedades em que habitam estão sempre na

¹⁹ HRUBY, Hugo. *O templo das sagradas escrituras: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912)*. *Historia da Historiografia*, n.2, p. 50-66 março, 2009. p. 59.

²⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. *A Europa que eu vi*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1953. Anexo H.

encruzilhada do sujeito individual que afeta a sociedade e que o tecido social também o afeta de volta. Essa ideia estará explícita ou implícita em grande parte da escrita, auxiliando na compreensão ontológica do personagem-objeto.

Situo, *grosso modo*, os postulados de Elias. Vai para além da percepção de um *eu* destituído de *nós*, para que assim se possa acessar a relação do indivíduo com a sociedade, percebendo um aspecto como fonte de compreensão do outro. A formação da sociedade sob determinada configuração escapa do controle de qualquer um dos indivíduos que a compõe. Todavia, isso não impede que certos indivíduos estejam formulando projetos do que querem ser, imaginando sociedades do futuro, utopias. “É impossível constatarmos que qualquer pessoa dos séculos XII ou mesmo XVI tenha conscientemente planejado o desenvolvimento da sociedade industrial dos nossos dias”.²¹ A sociedade existe porque um grande número de indivíduos a faz funcionar. “Isoladamente, querem e fazem certas coisas, e, no entanto, sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular”.²²

Os indivíduos e a sociedade simplesmente existem, sem objetivos postos *a priori*; “A vida social dos seres humanos é repleta de contradições, tensões e explosões”, uma vez que nenhum indivíduo pôde, algum dia, controlar efetivamente a sociedade e suas configurações. A razão disso é a ausência de elementos estruturais que possam ser tocados, já que se apresentam, a exemplo do liberalismo, sob a forma de uma força incorpórea e disforme. Os esforços intelectuais do indivíduo para contrapor a isso é “o terceiro olho” que aparece no último capítulo. Dessa maneira, os indivíduos estão sempre em autopoiese, transformando a própria auto-imagem, negando ou modificando seus *eus* anteriores. Os imaginários forjados pelos sujeitos em sua solidão não são os mesmos para todos dentro da Nação em que habitam; estão sempre incompletos, apesar do desejo de serem vistos como uma totalidade: “de onde quer que sejam vistos, continuam em aberto na esfera temporal em direção ao passado e ao futuro”. Por fim, diz Norbert Elias que “o que liga as pessoas não é cimento” e que “umas quase não tem nada a ver com as outras”; é nesse ponto que achamos nosso objeto: as estruturas sociais não permanecem estáticas ou espacialmente fechadas, “como experiências proporcionadas pelas casas, as obras de arte ou os organismos”, mas estão sempre escapando por entre os dedos, como as areias do deserto. Ninguém, por mais poderoso que seja, sobrevoa a história, mas é parte dela e da sua lógica.

²¹ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 13.

²² Idem, *Ibidem*.

Ligado a esses argumentos de Norbert Elias, uma hipótese é lançada com a pretensão de abranger todo o trabalho: consiste em afastar Júlio de Mesquita Filho de espectros opostos da imanência e da transcendência.²³ Epistemologicamente, preferimos noções básicas inspiradas na antropologia que sondam os limites e possibilidades dos sujeitos, em sua maioria movidos pela vontade de viver melhor. A subjetividade do personagem, nesse ponto, encontrará ideias de autores como Arno Mayer. Nesse entrecruzamento de concepções ontológicas, o trabalho se ancora “filosoficamente”. O que norteia as atitudes não é o imperativo categórico kantiano – notadamente imanente –, mas também não sucumbindo totalmente as intempéries da História. Vemos um fragmento da força motriz da História encarnada num indivíduo, ao mesmo tempo que operam aí as contingências e fatores imprevistos. Nem autonomia nem heteronomia absoluta, ao mesmo tempo que o indivíduo Mesquita Filho foi um sujeito do seu tempo, mas ao mesmo tempo foi “operador” de seu tempo, uma mola propulsora de ideias e ações.

O método que se fará presente consiste em uma tentativa de buscar uma síntese entre dois autores que são, algumas vezes, vistos em antítese sobre como percebem e escrevem a História. Trata-se de Michel Foucault em seu livro *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*²⁴ e Carlo Ginzburg no clássico *O queijo e os Vermes*.²⁵ Trata-se de buscar a utilização *ad hoc* dessas linhas metodológicas, utilizando-as como ferramentas que pode dar coerência à trama histórica estudada. Ginzburg, em sua explicação metodológica, afirma que é a dimensão da interpretação e aprofundamento nos textos que possibilitaram Menocchio formar aquela cosmogonia. Nesse sentido, a análise do encontro da página escrita com a tradição intelectual e militante de Júlio de Mesquita Filho se torna uma chave de leitura importante. Isso norteia para a mudança de posicionamento ao longo do tempo no personagem. Foucault, por sua vez, contribui com a lição de não tomar as fontes como uma evidência inquestionável daqueles fenômenos descritos.

Assim, esse esforço por uma história intelectual deseja enveredar pela vasta e complexa trama da própria História brasileira, inserindo-se silenciosamente nos seus já existentes interstícios. Essa história que, de tão prolífica e repleta de contingências imprevisíveis, talvez apresente semelhanças com as narrativas de Sir Arthur Conan Doyle e o seu Sherlock Holmes;

²³ Na história da filosofia, as categorias *imanência* e *transcendência* ocupam um palco central. Em linhas gerais, imanência valoriza a autonomia das pessoas ao longo da sua vida, ao passo que transcendência segue o caminho oposto, dando ênfase nas estruturas e condicionamentos que são externos às vontades individuais.

²⁴ FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...*: um caso de paricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

²⁵ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

é em referência a uma das mais aclamadas obras de Doyle, *O cão dos Baskerville*,²⁶ bem como à metodologia proposta por Carlo Ginzburg em *O fio e os rastros*,²⁷ que divido os capítulos em “Fios”. Com essa metáfora, imagino a história como um imenso novelo de linhas do qual podemos desfiar alguns fiapos e tecer alguma compreensão. Esse método que cruza as informações diversas deixadas por um sujeito para a compreensão de um tempo aproxima-se também das sugestões de Hans Ulrich Gumbrecht sobre *produção de presença*, o aquilo que o sentido hermenêutico não consegue dar conta.²⁸

O primeiro fio se concentrará em perceber de que maneira categorias tais como identidade e cidadania se desdobraram no contexto pós “Revolução de 1930” tendo como fontes centrais as cartas trocadas entre Júlio de Mesquita Filho e Marina Vieira de Carvalho durante a campanha militar do movimento constitucionalista. No segundo, será feita uma análise de fragmentos da vida e obra de Júlio Mesquita Filho a pretexto de discutir projetos de nação liberais-conservadores para o Brasil e dentro de quais lógicas de organização social pensava esse sujeito. Aqui caberá como fontes livros de autoria de Mesquita Filho, bem como cartas de interlocutores seus que possibilitam vislumbrar o diâmetro de circulação de suas ideias. Por fim, no terceiro fio, promover a sutura das questões levantadas nos capítulos anteriores para pensar historicamente os projetos conservadores de nação em oposição a ideias como o trabalhismo e outros dispositivos que se afirmavam dissonante daquela lógica elitista. A trama não é óbvia, absolutamente nada parecerá coerente; ainda assim, no fim desse texto, esperamos que alguma tessitura apresente lastro para outros teares. Afinal não temos aquilo que Peter Gay chamou de “fome da totalidade”, mas buscamos nos inserir no que Paul Veyne chamou de “lacunas da História”.²⁹ Se tivesse que definir um mote central para essa escrita, a chamaria de uma história do imaginário político que entremeia as fronteiras do Brasil.

²⁶ Essa obra de literatura me levou a pensar a escrita desse trabalho como um exercício de tecer um retalho da História a partir de escorregadios fios – as fontes – que podem se partir ou ainda ser reforçados pelos exercícios da imaginação guiada. Ver: DOYLE, Arthur Conan. *O cão dos Baskerville*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

²⁷ *O fio e os rastros* é um título que faz referência ao fio de Ariadne, da mitologia grega. Carlo Ginzburg toma o caminho que os fios indicam e as “pegadas” deixadas pelos viandantes, para pensar a construção da narrativa histórica e seus desdobramentos, orientados pelo presente de Ariadne e pelas pegadas do próprio Teseu. Ver: GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução: Rosa Freire D’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²⁸ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2010.

²⁹ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: UNB, 1982. p. 26.

1. PRIMEIRO FIO: forja da Nação e contradições do “liberal”.

Multiplicaram-se os princípios abstratos com os quais pudessem vestir seus próprios interesses. [...] Em verdade o racionalismo excedeu seus limites somente quando, ao erigir em regra suprema os conceitos assim arquitetados, separou-os irremediavelmente da vida e criou com ele um sistema lógico, homogêneo, a-histórico.

(Sérgio Buarque de Holanda – Raízes do Brasil).

Todos os conceitos em que, do ponto de vista semiótico, se congregue todo um processo, esquivam-se à definição: só o que não tem história é definível.

(Friedrich Nietzsche – Obras incompletas).

No alvorecer do século XX, um objetivo ganhou visibilidade a partir da ideia compartilhada de que existia uma grande dificuldade dos brasileiros lidarem com os modelos de República.³⁰ O lugar-comum que ocupava essa missão seria a inexistência de um senso de comunidade ou de identidade nacional. Essa problemática passou a ser pensada como tarefa para a elite intelectual resolver,³¹ tanto das ciências sociais e políticas, bem como para os que pensavam a cultura. Nessas esferas, o que estava em disputa seria conformar uma certa *realidade* para o país, que acreditava-se estar esvaziada numa pluralidade de significados dispersos e vagos. Assim, enquanto Oswald de Andrade dizia que “só a antropofagia nos une” – a ideia da deglutição de certas características dos diversos sujeitos que estavam sendo constituídos – muitos outros intelectuais também teorizavam sobre política e cultura. Nessa onda, inseriram-se diversos sujeitos que, posteriormente, tornar-se-iam eles mesmos personagens de uma história que escaparia de qualquer controle ou teleologia que pensassem no decorrer das suas obras. O pensamento social brasileiro proliferou como uma dispersão constitutiva de começos, no sentido pensado por Friedrich Nietzsche,³² e por volta de 1930

³⁰ Para Stella Bresciani, o principal mote dos intelectuais que pensavam a formação do Estado-Nação brasileiro no século XX era definir um modelo de República funcional. O seu objeto de pesquisa é o cientista social Oliveira Vianna, mas perpassará por outros pensadores que se propuseram a essa “missão”. Ver: BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

³¹ José Carlos Reis, em seu livro *As identidades do Brasil*, elabora um panorama sobre as pretensões de *descobrir* uma identidade brasileira. Os objetos de pesquisa que Reis abarca, como sugere o título, compreende desde Varnhagen no século XIX até Fernando Henrique Cardoso, no final do século XX. Ver: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

³² Esse pensamento Nietzscheano localiza os acontecimentos históricos não a partir de sua origem, mas dos começos, a partir do momento onde algo começa a se fazer presente. Michel Foucault toma emprestada essa noção para pensar a genealogia. Ver: FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. *Microfísica*

culminou num pico de produção. Nessa tradição se inseriu nomes muito estudados, tais como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, entre outros. Neste caminho de estudos, apresento Júlio de Mesquita Filho, um intelectual³³ que ensinou pensar projetos para Brasil, mas que ainda assim praticamente não foi estudado pela História, apesar de ser tocado de relance em diversos textos como personagem recorrente.

Mesquita filho pertenceu à segunda geração que dirigiu o Jornal *O Estado de São Paulo*; antes dele, havia sido o seu pai, Júlio de Mesquita. A historiadora Tania Regina de Luca escreveu o livro *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação* onde tem Júlio de Mesquita como um dos personagens de pesquisa, ao lado de Monteiro Lobato, pensando-os no seio de um grupo de intelectuais que apresentaram diagnósticos para o Brasil na primeira metade do século. Desse esforço saíram “um conjunto de representações que instituíam problemas, imaginavam soluções e acalentavam projetos de futuro”.³⁴ Não é difícil vislumbrar Júlio Mesquita Filho seguindo a trilha intelectual afinada por um diapasão análogo ao que norteou seu pai, e isso se faria mais presente a partir da década de 1930. Os caminhos trilhados por esses sujeitos, como bem demonstrou De Luca, permite notar “os parâmetros a partir dos quais essa intelectualidade elaborava sua visão de mundo, o arsenal analítico que manejava e a missão social e política que se autoatribuía”.³⁵

O liberalismo, essa “ideia exótica” de que fala a historiadora Stella Bresciani,³⁶ é uma palavra nômade no seio da história vivida, até mesmo entre sujeitos que convivem em um mesmo tempo. Assim como a democracia, ideia que nem mesmo entre os que a inventaram foi una, os pensamentos liberais possuem a historicidades e contradições próprias de tudo que é humano. Curiosamente, existem evidências diversas que no Brasil sempre se confundiu as palavras democracia e liberalismo. Entretanto, fica velado o fato que Sérgio Buarque de Holanda sensivelmente percebeu: “o liberalismo pode perfeitamente sobreviver sem

do poder. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2013. p. 55-86. A ideia que levantei nesse trecho faz referência aos projetos de nação que já vinham sendo elaborados desde o período imperial, recrudescendo com a emergência da República.

³³ A noção de *intelectual* que penso nesse trabalho se insere na tradição historiográfica à qual se remete a historiadora Maria Stela Martins Bresciani em seu livro *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Trata-se de um estudo sobre “homens das letras” da primeira metade do século XX que se propuseram pensar o Brasil e seus problemas, frequentemente partindo dum pretenso mal de origem que estaria situado na colonização; buscavam aliar o pensamento teórico a “uma ação política consciente”; dessa forma, se investiam de uma certa vidência, autorizados por um saber científico e objetivo. Ver: BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

³⁴ DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

³⁵ Idem, *Ibidem*.

³⁶ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 295.

democracia”.³⁷ Ainda que essa vertente teórica sobre a sociedade apareça de maneira que quase sempre associada a democracia, Norberto Bobbio nos lembra que muitas vezes liberalismo e democracia surgem descolados, como no Estado hobbesiano – um Estado Absoluto, mas de sistema econômico liberal.³⁸

Essas preocupações já perduravam há tempos; “como se deve escrever a História do Brasil?” – foi a pergunta que mobilizou o concurso promovido pelo IHGB,³⁹ vencido pelo Alemão Karl Von Martius. Uma espécie de axioma para a História do Brasil estava fundada, ironicamente por um intelectual europeu. Pode-se afirmar que os esforços imperiais de plasmarem uma ideia de nação e de *povo brasileiro* se manifestaram pela primeira vez no mundo das letras nessa instituição. A busca por identidade inseria-se no seio da monumentalização de heróis e tentativas de *invenção de tradições*.⁴⁰ Lilia Moritz Schwarcz refere-se a essa escrita como invenção da História *do e para* o Brasil.⁴¹ Esse espírito que seria encarnado no Brasil republicano pelos intelectuais, ganha mais um adepto na figura de Júlio de Mesquita Filho. Este último, que afirmava ter em si investida responsabilidade de lutar pelo Brasil com todas as forças, escreve uma obra que flerta com a antropologia e sociologia, além do seu trabalho “oficial” de diretor no jornal pertencente a sua família – *O Estado de São Paulo*.

O conhecimento científico foi a grande musa inspiradora desses intelectuais. Os panteões erigidos nas terras brasileiras seriam onde as teorias e influências da colonização europeia encontrariam suas apoteoses. É na *sedução da objetividade* que a interpretação de Mesquita Filho sobre o Brasil lança âncora, como pode ser observado em livros publicados entre 1925, como *A crise nacional*,⁴² e outros escritos já nos anos 1960, como *Nordeste*,⁴³ partindo de suas experiências e, evidentemente, do seu lugar de fala. Sua escrita era a expressão de visões de uma tradicional família da elite paulista, os Mesquitas. À frente de um jornal de ampla circulação – um dos principais meios de comunicação em voga, desejoso de influenciar

³⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque. A democracia é difícil. In: MARTINS, Renato. (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009. p. 88.

³⁸ BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 17.

³⁹ O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi uma instituição imperial fundada com o escopo principal de reunir fontes históricas e dar um sentido histórico ao Brasil. Ver: WEHLING, A. *As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. RIHB, Rio de Janeiro, n.338, p.7-16, 1983.

⁴⁰ HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

⁴¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O avesso do avesso ou a história vista pelo outro lado. In: _____ (Org.). *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 112.

⁴² MESQUITA FILHO, Júlio. *A crise nacional: reflexões em torno de uma data*. São Paulo: Secção de obras d’O Estado de São Paulo, 1925. Anexo H.

⁴³ MESQUITA FILHO, Júlio. *Nordeste*. São Paulo: Editora Anhambis S.A., 1963. Anexo H.

na opinião pública – Júlio de Mesquita se acostumara a se fazer ouvir por algumas parcelas da sociedade paulista, através dos seus editoriais. Ele próprio investia em si o papel de “doutrinador” sem nenhum embaraço. Embrenhar-se-ia, então, pelos imprevisíveis e nebulosos caminhos da política, perfazendo itinerários muitas vezes obscuros.

Em tais empreendimentos, assumiria a bandeira do liberalismo, um conceito particularmente interessante, ainda mais se pensado no Brasil do século XX. No seu livro *A formação das almas*, José Murilo de Carvalho afirma que o “liberalismo à americana” disputou, ao lado do “jacobinismo à francesa” e do positivismo, a natureza do regime republicano no Brasil.⁴⁴ Nesses termos, podemos presumir que essa disputa que se deu no início da república brasileira não desapareceria simplesmente sem deixar rastros, mas tomaria parte em contingências futuras, como uma pedra lançada num lago que, mesmo após algum tempo, a superfície da água permanece agitada. Poderíamos avaliar que a alcunha de “liberal” poderia implicar, sobremaneira no decorrer do século XX, um sujeito que tomava a vanguarda em defender os princípios de liberdade – aquela entidade pretensamente transcendental que figurava nos artigos lavrados já há muito tempo pela Revolução Francesa. Todavia, a experiência brasileira nos leva a um caminho muito mais conflitante.

Cabe uma referência a Sérgio Buarque de Holanda, que fez uma detalhada análise em torno das instituições brasileiras e os modelos que seriam aplicados ao país que se tentava criar; em *Raízes do Brasil*, esse transplante de ideias artificiais permeou a constituição do Brasil de tal forma que terminou por forjar “uma fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos”.⁴⁵ Isso levou Sérgio Buarque de Holanda à conclusão de que a democracia no Brasil teria sido “sempre um lamentável mal-entendido”, já que o liberalismo democrático “impessoal” jamais teria se naturalizado no país, só assimilando os princípios democráticos até onde coincidiam com projetos de interesse privado.

Em coro com Buarque de Holanda, Raymundo Faoro em sua interpretação da realidade brasileira em *Os donos do poder* irá compreender, de maneira também crítica, o caráter contraditório da construção da República no Brasil e a ideia de “coisa pública” a que remete:

Falhara a entrega da nação a uma sociedade que, não livre, carecia elementos vivos de coesão. A elite que copiava instituições e imagens, não fazia – sentiam os críticos – outra coisa senão macaquear o lado externo das coisas.

⁴⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

⁴⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1992. p. 107.

Republicarizar a República, para os sediciosos, outra coisa não será do que criar um país próprio, com instrumentos ainda informes.⁴⁶

No caso que encontramos no Brasil, a pretexto de Mesquita Filho, o termo confunde-se de tal forma que esse liberalismo significava em determinadas conjunturas, um conservadorismo indisfarçável.⁴⁷ Esse conservadorismo, por sua vez, compartilhava espaço na mesma mente com reacionarismos pontuais, pré-conceitos que encontravam lastro justamente no já mencionado “charme da ciência”. Esse charme se apresenta potencialmente despótico, premente de teorias raciais e deterministas importadas da Europa, e que aqui chegavam de maneira quase anacrônica, como se percebe na escrita do Liberal Júlio de Mesquita Filho em seu livro *Nordeste*, fundamentando-se no chamado “Darwinismo Social” de Spencer. É uma ilusão tomar essas nomeações como representações “verdadeiras” de uma certa realidade. Todos os sujeitos são contraditórios, não importa o quão preocupados estejam em linearizar suas biografias a pretexto de seus engajamentos.

Cabe aqui um salto temporal para o Brasil mais recente, de onde partem as nossas questões. Em um livro lançado pelo ministério da educação em 2010 que teve como objetivo “mostrar o que pensaram e fizeram alguns dos principais expoentes da história educacional”,⁴⁸ o nome de Júlio de Mesquita Filho figura ao lado de intelectuais como Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro e Rui Barbosa.⁴⁹ Esse lançamento traz o título geral de “educadores”. *Grosso modo*, trata-se de narrativas ligeiras sobre a trajetória de vida de sujeitos que consideram ter dado contribuições intelectuais no âmbito da educação brasileira. Na esteira desses postulados, este trabalho toma o personagem supracitado como um dos intelectuais brasileiros que, partindo dos seus lugares sociais, buscaram elaborar e defender projetos políticos para o país.

No campo das generalidades, compreendia-se que uma maneira de educar convém para formar o tipo esperado de cidadão. Signatário do *Manifesto dos pioneiros da educação nova* de 1932 – e mais tarde do *manifesto dos educadores* de 1959 –, é uma constante que Júlio de Mesquita Filho se percebia como parte de um grupo de pensadores preocupados com os rumos do país. É muito significativo que um sujeito histórico tenha assinado manifestos educacionais,

⁴⁶ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: globo, 2004. p. 671.

⁴⁷ O conceito de conservadorismo é apropriado aqui para designar “ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras”. Ver: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política I*. Norberto Bobbio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 242.

⁴⁸ MANIFESTOS DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932) E DOS EDUCADORES (1959). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p. 07.

⁴⁹ PONTES, José Alfredo Vidigal. *Júlio de Mesquita Filho*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

já que essa espécie de documento faz parte de um projeto de educação que é indissociável de um projeto político, pensada para formar uma alma nacional.⁵⁰ Na própria etimologia da palavra, “manifesto” implica, no mínimo, engajamento por uma causa pela qual deseja “manifestar-se”. Aqui, já podemos afirmar uma vontade de se tornar visionário de um Brasil porvir, bem como um desejo implícito de tomar parte do estabelecimento dum projeto político “vanguardista”, no seio daquilo que Stella Bresciani chamaria de “fundamento de um lugar-comum”, denotada por uma preocupação permanente por uma dizibilidade do Brasil.⁵¹

Jornalista por herança vocacional e familiar, sua inquietação intelectual **em busca de horizontes para uma civilização brasileira** o induziu a lutar nas arenas da política e da cultura. Na área educacional, ficou mais conhecido por sua atuação decisiva na criação da Universidade de São Paulo (...) este signatário *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova* e fundador da maior universidade brasileira foi autor de extensa obra jornalística ainda pouco analisada em estudos acadêmicos.⁵² (Grifo meu).

Somando a essas evidências, cito um depoimento autobiográfico publicado em 1969 onde Mesquita Filho faria um inventário de sua formação no “campo das humanidades”. Sua educação, notadamente privilegiada, esteve dividida entre Portugal e a Suíça. Viria a dizer que historiadores como Guizot, Burckhardt, Michelet, Thiers, Taine e Sorel, concluiriam o que chamou de “serie de leituras que agiriam de modo definitivo e profundo” na sua “formação intelectual”.⁵³ Essa formação dialoga diretamente com o argumento que propus trazer, outorgando-lhe o saber necessário para se inserir numa ordem discursiva dos homens das letras. O próximo passo teria sido a junção entre esse intelectual e homem de ação. Além de tomar seus ditos e escritos numa perspectiva teórico-política, tornou essa sua missão intelectual em missão concreta, pegando em armas.⁵⁴

Através das penas dessa “aristocracia” brasileira do século XX, um Brasil é dado a ver. Os enunciados são diversos, desde as artes até os escopos sociológicos. Uma diversidade de dizeres – uns mais brandos, outros francamente agressivos –, lançaram sobre os espaços geográficos do país, arquétipos e estereótipos. Iniciamos aqui uma reflexão sobre como essas forjas de regionalismos e nacionalidade podem ser potencialmente contraditórios. Nas páginas

⁵⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

⁵¹ BRESCIANI, Stella. *Identidades inconclusas no Brasil do Século XX – fundamentos de um lugar comum*. In: _____; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 403.

⁵² *Ibidem*. p. 11-15.

⁵³ JORNAL DA TARDE. *Trechos de uma autobiografia*. Segunda-feira, 14/07/1969. Na íntegra: O ESTADO DE SÃO PAULO. *Um esboço de autobiografia*. 13/07/1969.

⁵⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

subsequentes deste primeiro capítulo, tratarei desse recorte de curta duração – apenas três meses – no tempo da chamada “Revolução Constitucionalista de 1932”. Sua empiria consiste em cartas que o jornalista e intelectual paulista Júlio de Mesquita filho trocara com sua esposa, Marina Vieira de Carvalho, durante a campanha militar da qual fez parte pela causa pró-constituente. A abordagem, nesse primeiro momento, deseja capturar o clima histórico paulista durante esses meses de insurgência, bem como traçar uma biografia-contexto⁵⁵ de Júlio de Mesquita Filho, sujeito que servirá como “fio de Ariadne” através do emaranhado novelo da *escrita de si*.⁵⁶

1.1. “Este Brasil miserável”: o engajamento de Júlio de Mesquita Filho em 1932.

“(...) Há cinco dias que São Paulo está de pé e mais do que nunca São Paulo está só! É incrível! Sinto isto amargamente! Não posso ver, sem profunda mágoa, brasileiros fazerem papéis infames! E como acabará isto, Julinho? Treme de medo e ao mesmo tempo tenho esperanças de vitória mesmo só dos paulistas.”

(Trecho de carta de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 14 de julho de 1932).

Para compreender essa conexão entre Mesquita Filho pensador e o homem de armas, é importante remeter ao que escrevera em seu livro *A crise nacional*, ainda em 1925; neste texto, ele preconiza a criação de uma educação voltada para o que chamou de “constituição das indispensáveis elites intelectuais, a cuja maior ou menor perfeição devem as nações de hoje a sua maior ou menor eficiência na luta pela existência”.⁵⁷ Uma vez que se considerava pertencente a essa “indispensável elite intelectual”,⁵⁸ – com uma formação que o autoriza no concerto do pensamento social brasileiro e considerando deter os saberes para ajudar a decidir o destino do país –, se lança como um dos líderes da “Revolução Constitucionalista”⁵⁹ – a mais

⁵⁵ Com isso, desejamos historicizar momentos-chave que seriam nomeados pelo personagem posteriormente como baliza para a construção de uma “memória revolucionária”. Consideramos esse trecho necessário para demarcar o início do recorte temporal desse trabalho. O livro de Mesquita Filho “Memórias de um revolucionário”, publicado em 1954, faz numerosas referências a esse momento de sua trajetória. MESQUITA FILHO, Júlio. *Memórias de um revolucionário: notas para um ensaio de sociologia política*. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1954. Anexo H.

⁵⁶ GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 07-23.

⁵⁷ MESQUITA FILHO, Júlio de. *A crise nacional: reflexões em torno de uma data*. São Paulo, seção de obras de *O Estado de São Paulo*, 1925. p. 87. Anexo H.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ Os marcos históricos clássicos aparecem entre aspas para evidenciar uma tomada de posição derivada do argumento postulado por Edgar de Decca em *O silêncio dos vencidos*. Constitui basicamente em não tomar um marco historiográfico – no caso do livro, a chamada “Revolução de 1930” – como um *a priori*, sob pena de escamotear outras narrativas possíveis que não cabem nessa nomeação. DE DECCA, Edgar Savadori. *O silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 38-39.

importante guerra civil brasileira do século XX”.⁶⁰ Investido de tais saberes, parte para o fronte de batalha contra o governo provisório de Getúlio Vargas, que vinha ganhando ferrenha oposição dos paulistas desde a chamada “Revolução de 1930”, afunilando em 1932 no estado de guerra.

Levo a narrativa para 30 de outubro de 1932, já tendo capitulado o fim do conflito armado, para pensarmos em retrospectiva os acontecimentos. Já presos, Júlio de Mesquita Filho e alguns correligionários recebem a ordem para deixar o Brasil imediatamente. As forças paulistas já haviam sido completamente derrotadas. Direto da Casa de Correição, no Rio de Janeiro, foi conduzido para o porto donde havia de pegar um navio que o levaria para o exílio, em Portugal. Subiu a bordo sem ter podido voltar a São Paulo para despedidas – o fez apenas através de uma carta lacônica, escrita sob vigilância das tropas federais:

Casa de Correição, Sala da Capela, Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1932

Minha Marina,

Acabo de receber ordem de embarque. São dez horas e não nos permitiram comunicar-nos com vocês. Sigo com você e os pequenos no coração. O Brasil assim o quis. Agora é esperar, com resignação. Espero você dentro de uns vinte dias em Lisboa.⁶¹

Esse seria o desfecho da guerra que, por três meses, esteve mergulhada a capital do estado de São Paulo. Não colhera, pelo menos por hora, qualquer êxito ou vitória aparente. A insurgência comandada pela elite paulista fora desencadeada pelo que José Murilo de Carvalho chamou de “permanência do governo revolucionário”, remanescente de 1930, e contou com uma grande mobilização e engajamento dos paulistas. Exilados como Júlio de Mesquita Filho em breve voltariam ao Brasil, já que apesar da derrota do movimento em si, mais tarde se revelaria uma vitória política. Getúlio Vargas perceberia que não seria possível ignorar as elites paulistas.⁶² É necessário, contudo, compreender certos desdobramentos durante esses três meses de conflitos. Nesse intento, será analisada uma parcela da correspondência entre dois *indivíduos*⁶³ que viveram intensamente o conflito a partir de duas perspectivas: Júlio de

⁶⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012. p. 100.

⁶¹ CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira De Carvalho. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho ao autor deste trabalho. Anexo G.

⁶² CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012. p. 100.

⁶³ A noção de indivíduo cá estabelecida é pensada a partir de Norbert Elias, que considerava os indivíduos como parte de um tecido social, célula que compõe um todo. Essa ideia serve para fundamentar o uso de uma correspondência entre indivíduos para o estudo de dinâmicas sociais maiores em que estiveram inseridas. Ver: ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

Mesquita Filho, a ação da batalha; Marina de Vieira Carvalho, esposa de Júlio, a partir da cidade, dos preparativos e dos engajamentos pela causa.

Seu início é marcado no dia dezoito de julho de 1932. A primeira imagem é da senhora Marina de Vieira Carvalho que, debruçada sobre sua escrivaninha, toma da pena para escrever uma carta ao seu marido, que já se encontrava a caminho do campo de batalha. Sua atuação fervorosa demonstra um forte entusiasmo com o movimento em que estão mergulhados “os paulistas”, demonstrando ser alguém também engajada.

São Paulo, 18 de julho de 1932

Julinho,

(...) São Paulo não é uma cidade, é um país dos mais civilizados do mundo! Os estrangeiros residentes aqui estão boquiabertos com o nosso patriotismo, organização modelo de tudo e capacidade de trabalho fantástica!! É lindo e é tristíssimo tudo isto. A partida do batalhão do Pereira anteontem foi tremenda! A estação da Sorocabana estava completamente cheia (principalmente de senhoras) e todos berravam “Viva, São Paulo” feito loucos e choravam ao mesmo tempo. A rapaziada partiu firme mas comovidíssima!! Coisa bonita e que a gente nunca mais há de esquecer! (...).⁶⁴

É a partir das cartas que sentimos o tom do discurso com que provavelmente conversavam no dia-a-dia sobre o movimento. O início da escrita é enfático, repleto de exclamações. É visível a ênfase com que Marina afirma que São Paulo não é uma cidade, mas sim um país. E não qualquer país, mas um “dos mais civilizados do mundo”. Segundo ela, o patriotismo era algo que os paulistas tinham que era admirado pelos estrangeiros que lá viviam. Ao mesmo tempo, o ressentimento com os que julgava ter abandonado a causa, como nos lança a epígrafe desse texto, em referência a ausência de apoio das outras federações indecisas – Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

“Na cidade o entusiasmo é cada vez maior. Os postos de alistamento estão repletos e todo mundo quer seguir”, diz Marina em carta do dia 14 de Julho de 1932.⁶⁵ No dia vinte do mesmo mês, menos de uma semana depois, escreve novamente para o seu marido: “são seis horas da tarde e eu, cansada de tanto virar máquina fazendo perneiras para soldados, venho, às pressas, dar notícias nossas a você”. A ideia de engajamento aparece nessas escritas de maneira profusa, desde o envolvimento narrado por Marina acerca do alistamento dos soldados até o seu próprio que, circunscrita dentro duma condição de minoria, se põe a virar a máquina de costura

⁶⁴ CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 14 de Julho de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho. Anexo G.

⁶⁵ CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 14 de Julho de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho. Anexo G.

até a exaustão, contribuindo da maneira mais direta possível para o funcionamento das tropas constitucionalistas.⁶⁶ Esse discurso de comprometimento se mistura com o de saudade dos queridos e aversão aos “ditadores” – “quero ver vocês todos já de volta e os bandidos da ditadura pelo chão!” –, exclama ela, na mesma carta. Esse discurso é recorrente e fortemente parresiasta, crente da causa justa em que estavam envolvidos.

No mês de agosto, a conhecida campanha da doação de ouro para a causa paulista está no seu auge. São feitos diplomas para os doadores que financiarão as tropas; as crianças são levadas para se desfazerem das suas peças de ouro. Isso pode ser tomado como evidência do caráter elitista dessa revolta tão festejada pelos paulistas. Até as crianças das famílias que lideravam o movimento possuíam objetos de ouro suficientes para doar. Eventualmente, em 27 de agosto, Marina se diz envergonhada por ainda ter as alianças de ouro do casamento. “Tenho a impressão de que é um pedaço da gente que vai embora. Ao mesmo tempo, quando vejo pessoas de casa já com o anel de ferro, fico meio envergonhada de ainda estar com ouro na mão”.⁶⁷ Em detrimento do valor sentimental, decide entregá-las, convencida pelo slogan enfático que dizia: “você tem um dever a cumprir!”, enquanto um soldado, vestido a caráter, mantinha o dedo em riste, postura imperativa que intimava as pessoas a se engajarem.

No editorial d’*O Estado de São Paulo* do dia dezesseis de agosto intitulado “Ouro para a vitória!”, é anunciado de maneira elogiosa que “o coração da mulher paulistana, a serviço da grande causa, tem se revelado incansável na realização de prodígios”. Decerto, Marina estava em posição dentre as mais honradas entre essas senhoras tomadas pelo que o periódico chama de “magnífico aparelhamento da alma coletiva pela guerra”, ainda que o estado de conflito armado fosse tido como um lugar eminentemente masculino.⁶⁸ É importante lembrar sempre que os sujeitos de todas as épocas não detêm conhecimento, tampouco controle sobre o futuro. Contudo, o tom das suas respectivas *escritas de si* apresenta uma notável fé em seus próprios ideais e, muito frequentemente, na vitória dos seus projetos; ao escrever as cartas enviadas em julho, não sabiam os desdobramentos da guerra tampouco o que escreveriam em outubro ou novembro. Busco olhar para a escrita de cada correspondência partindo da premissa que as posteriores ainda não existem, numa tentativa de aproximação às perspectivas dos sujeitos

⁶⁶ Nesse momento, as cartas de Marina predominam, provavelmente por Júlio estar ocupado com os afazeres da guerra. Marina parece descontente com a distância: “Coitadas das mulheres que ficam! Quanta coisa tem a gente de engolir, queira ou não queira.”

⁶⁷ CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 27 de agosto de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho. Anexo G.

⁶⁸ OURO para a vitória! *O Estado de São Paulo*. 16 ago 1932, p. 1.

enquanto a redigiam. O esforço de compreender o universo mental desses indivíduos nos leva a olhar seus calcanhares, recém-saídos dos anos vinte e a sociedade em que habitavam.

Em análise de contexto, e seguindo a senda aberta pelos estudos de Nicolau Sevcenko, vislumbramos que os anos vinte foram intensos na maior metrópole da América do Sul e se torna rapidamente um terreno fértil para a construção de uma identidade bem demarcada. Júlio de Mesquita Filho escrevera em 1922: “Somos fortes, somos ainda dignos do passado das bandeiras”.⁶⁹ É nesse momento que o *paulista* emerge, pastoral em relação a si mesmo. O mito do bandeirante-herói-paulista é retomado e vira propaganda para essa revolta que ganha ares e cores de Revolução no imaginário coletivo.⁷⁰ Essa visão vinha sendo cimentada há séculos por uma vasta iconografia apologética às bandeiras, e chegava ao século XX. O antigo personagem mítico choca-se no presente com as novas mitologias, num “salto dialético”. Na perspectiva do paulista que marchava para guerrear contra seus irmãos de pátria, ele estava cumprindo um dever quase metafísico, embalado pelos acordes de Orfeu.

Em meados de setembro, a esperança de vitória misturava-se com projeções de hipóteses derrotistas – pelo menos é isso que essa correspondência nos dá a ver. Um absoluto maniqueísmo entre o bem e o mal está instalado entre os “revolucionários”, que acreditam levantar a bandeira que supostamente salvaria o país de um ditador. Adjetivos como “bandidos” são usados para se referir aos inimigos; em suas falas, a derrota da causa constitucionalista se transforma de repente em “desgraça do Brasil”. As cartas dos dias 22 e 24 de setembro são categóricas em afirmar tais convicções. Eis o que dizia a correspondência de 22 de setembro:

São Paulo, 22 de setembro de 1932

Julinho,

A vida que estamos levando é verdadeiro martírio! Agora há dias que já começo a desanimar e tenho vontade de chorar de desespero! Enquanto estes bandidos não saírem de Amparo e adjacências, não posso respirar! Como eles são malvados. Agora começa o bombardeio de São Paulo. Por mim não tenho o menor medo, tenho só pena das crianças e com o susto que vão levar se isso de fato acontecer. Armando, apesar de tudo, está mais seguro que nunca da nossa vitória! Diz ele que ela é certa. (...).⁷¹

Os sentimentos que atravessam os personagens apresentam uma revolta aguda, que, como escreveu Espinoza, estava prementes afetos tristes. Isso demonstra um momento de conflito com o pertencimento com a própria nação; as exclamações que saltam do texto, dão

⁶⁹ MESQUITA FILHO, J. de. A comunhão paulista. RBR, v.21, n.84, p.375-6, dez. 1922. O trabalho de Mesquita mereceu elogios de OLIVEIRA VIANNA, F. J. *A comunhão paulista*. Resenha. RBR, v.24, n.92, p.326-8, ago. 1923.

⁷⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁷¹ CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 22 de setembro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho. Anexo G.

um alto grau de passionalidade às palavras. A relação indivíduo/país apresenta a dinâmica discutida por Norbert Elias – “os vínculos emocionais do indivíduo com seu país podem ser ambivalentes; muitas vezes assumem a forma de um par amor-ódio”⁷² – e o bombardeio de São Paulo pelas forças nacionais provocava o medo e reforçava as paixões. Dois dias depois, Marina envia mais uma carta, reiterando o maniqueísmo e a incerteza acerca do apoio do Rio Grande do Sul. É nesse apoio que deposita suas esperanças de vitória. Na imprevisibilidade dos acontecimentos, esse ponto parece o mais incerto, o mais ambíguo:

São Paulo, 24 de setembro de 1932

Meu querido Julinho

(...) Ainda tenho esperanças que os bandidos não entrem em Campinas, mas se isso acontecer não sei o que será de nós! Se o Rio Grande nos acudir em breves tempos, aguentaríamos, se não, considere a partida perdida. Isso vai ser a desgraça do Brasil e a nossa também. (...) Isso são conjecturas derrotistas. Nós ainda podemos vencer. Armando está convencido de que vencemos. Mas eu hoje estou meio pessimista (...).⁷³

Seja como for, os rebeldes foram subjugados pelas forças nacionais da União no começo de outubro. Voltamos a nos aproximar da data do exílio de alguns dos líderes do movimento, e entre eles, Júlio de Mesquita Filho. O intelectual formado na Europa, havia tido seu batismo de fogo. Isso forjaria um antagonismo com o governo de Getúlio Vargas que se acirraria ou declinaria no decorrer da década, intensificando particularmente com o advento do Estado Novo. Durante toda a campanha, Mesquita Filho havia mandado notícias para sua esposa, porém as datações das cartas não são exatas – apenas se sabe que estão inseridas nesse recorte de três meses. A primeira correspondência de Júlio com data demarcada parte do dia 16 de outubro – menos de duas semanas antes de ser mandado para o exílio. Na sua escrita, narra resumidamente as suas impressões sobre a guerra e fala de suas expectativas para o futuro:

Casa de Correição, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1932,

(...) Aqui estamos, na Sala da Capela da Casa de Correição, à espera que sobre nós recaiam as penas que nos reserva a ditadura. Sejam elas quais forem, pode você estar certa de que não as tememos, pois, exceto dois ou três, os demais que aqui se acham para cá trouxeram a disposição de ânimo que aí deixamos na memorável noite em que nos afastamos da nossa querida São Paulo. A coragem com que todos vocês se portaram durante toda a campanha, e sobretudo no instante da nossa separação, faz com que encaremos com serenidade o futuro cheio de ameaças e incertezas que a torpe ditadura nos preparou. A exaltação dos espíritos é tal que as apreensões de toda sorte que por momentos me assaltam não conseguem dominar-me. Vivemos da manhã

⁷² ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 179.

⁷³ CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 24 de setembro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho. Anexo G.

à alta madrugada numa perpétua exaltação, alimentada pelas recordações destes três meses de epopeia (...).⁷⁴

“A comunidade da prisão já nos uniu e aqui vamos, bem tratados é preciso dizer, atravessando galhardamente este último ato do drama”, prossegue Mesquita Filho. Os depoimentos feitos após a derrota são referidos por ele como um momento para pesar a fidelidade em relação a causa, sendo possível aferir desonra a uns, como o comprometimento irreduzível de outros: “Um dos primeiros a depor se portou como um bom poltrão que é. Negou qualquer participação no movimento e, não contente com isso, declarou, mais, que, se soubesse do que se tramava, ter-se-ia declarado inteiramente contrário à revolução” – assim ele adjetivava os “traidores”. Os “heróis”, por sua vez, fazem jus à identidade paulista: “É verdade que a maioria se portou como paulistas, assumindo corajosamente as responsabilidades que lhes cabiam.”⁷⁵ Quanto ao próprio depoimento, diz ter enfatizado que havia se determinado a “tudo fazer para pôr para fora das nossas fronteiras os que desejavam transformar-nos em povo escravizado”. A “epopeia” da “Revolução Paulista” partia para a canonização de uma perspectiva em torno da qual coagularia identidades e adicionaria elementos novos a uma cultura política paulista,⁷⁶ que penso à luz da discussão levantada por Stela Bresciani.

[...] A persistência dessas identidades nacionais (**e de outras identidades socialmente construídas**), poderemos considera-las um **lugar-comum** na acepção que lhe dá Myriam R. D’Allones: a de significarem mais do que simples clichês e banalidades; de serem **lugares do “comum”**, ou seja, um fundo compartilhado de ideias, noções, teorias, crenças e preconceitos, permitindo a troca de palavras, argumentos e opiniões sobre uma comunidade política efetiva.⁷⁷

Retomo a ideia que o pertencimento a uma identidade paulista se sobrepõe em relação a brasileira. É essencial, contudo, que concebamos essa “identidade” não enquanto uma categoria fechada, mas como uma mitologia política. Essa preferência se destaca na escrita visivelmente ressentida de Marina em sua carta antes de sair do Brasil, depois da partida de Júlio. Um outro cenário se constrói nessa carta enviada para Júlio de Mesquita Filho quando

⁷⁴ CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Casa de Correição, Sala da Capela, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho. Anexo G.

⁷⁵ CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Casa de Correição, Sala da Capela, Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho. Anexo G.

⁷⁶ Para Serge Berstein, a cultura política tem a ver como um povo representa a si mesmo politicamente, a partir de quais referências ancoram seu *modus operandi* no seio da política. Ver: BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: *Para uma história cultural*. Direção de Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinele. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 349-359.

⁷⁷ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

este já estava em Portugal; planejando ir ao encontro do seu marido exilado, Marina ecoa a voz duma cidade que desejou ser nação:

São Paulo, 19 de novembro de 1932

Meu querido Julinho,

Parece mentira, mas não é: estamos nós prontinhos para embarcar. No dia 5, se Deus quiser, estaremos singrando os mares, como diz o outro. Não fosse a situação tão ruim de tudo e eu iria radiante. Em primeiro lugar, radiante por ir ao seu encontro(...). Em segundo lugar, satisfeita por sair deste **Brasil miserável!**⁷⁸

O historiador norte-americano Thomas Skidmore escreveria que a cidade e o Estado São Paulo “tinham um tal complexo de superioridade em relação ao resto do Brasil” que a “apaixonada qualificação de paulistas” era suficiente para se tornar um ponto de convergência entre aqueles a princípio nada tinham em comum.⁷⁹ Vimos uma metrópole em polvorosa, mobilizadas por uma causa que demarcaria lugares, e construiria um lastro de memórias para o futuro nas quais aquele complexo de superioridade referido por Skidmore encontraria reforço – de um povo revolucionário, engajado, com a cidadania pretensamente a vários passos do restante do país. Os bisnetos dos “heroicos” bandeirantes emergiriam, belicosos, considerando-se prontos para enfrentar o porvir.

Complementando a questão do imaginário de superioridade paulista, citamos também o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, que em seu livro *A invenção do nordeste* faz referência a esse fenômeno. Para ele, “o regionalismo paulista se configura, pois, como um ‘regionalismo de superioridade’, que se sustenta pelos outros nacionais e no orgulho de sua ascendência europeia e branca”, acrescentando que as ecos deste pensamento regionalista se apresentaria como “o berço de um de uma nação ‘civilizada, progressista e desenvolvimentista’”.⁸⁰ Esses elementos se fizeram presentes na auto-escrita dos personagens Júlio Mesquita Filho e Marina Vieira de Carvalho. Como indivíduos de uma alta sociedade paulista, canalizaram a cultura da superioridade e os regionalismos característicos. Vemos, portanto, um patriotismo que não desejava abarcar mais do que uma fração do país que supostamente estaria à frente na escala de progresso; a noção de pertencimento de muitos paulistas era eminentemente provinciano, e, como veremos a seguir, disso não escapariam os intelectuais.

⁷⁸ CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 19 de novembro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho. Grifos meus. Anexo G.

⁷⁹ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 36-37.

⁸⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 5ª Edição – São Paulo: Cortez, 2011. p. 57.

1.2. Uma certa cosmovisão política: o “regionalismo da superioridade”.

Em José Murilo de Carvalho, é notável o argumento que durante a revolta de 1932 São Paulo se torna um estado cuja noção de civismo se apura. Nas fontes cá analisadas, esse civismo mostra-se em relação à cidade e ao estado, e não sobre o país de fato. É um entusiasmo cívico que chega, em alguns círculos minoritários, a flertar com separatismo: Na afirmação sobre ser “um país dos mais civilizados”, dá a entender que São Paulo está circunscrito dentro de um país “atrasado”, andando em marcha dissonante de progresso. O itinerário da guerra se atravessa intensamente com militância geral, todos engajados pela vitória e, em alguns momentos, crenças na vitória à revelia dos números que não lhes eram favoráveis. O tom das cartas – ora quase épico, ora trágico –, ilustra a partir de um viés bastante íntimo o que pensavam as lideranças paulistas do movimento que foi chamado por Joé Murilo de Carvalho de “conservador”⁸¹.

Um mito se instala fantasmagoricamente nas subjetividades paulistas nos “frementes anos 20”. Sevcenko dirá que este mito emerge em diversos lugares, em espaços como jornais, ruas, praças e universidades. Não é coincidência que nos anos 30 Júlio de Mesquita Filho, entre outras atividades, seja dono e diretor do famoso jornal *O Estado de São Paulo*, bem como ajudou a fundar a Universidade de São Paulo por intermédio do seu cunhado que fora nomeado interventor depois de 1932, questão que será trabalhada mais adiante. O caso é que, de alguma maneira, esses intelectuais inseridos no pensamento social do século XX são uma representação dos seus próprios lugares comuns. É notável a interesse dos contemporâneos de JMF – a exemplo de Gilberto Freyre e Oliveira Vianna –, de deslocar os seus centros de interesse numa matriz explicativa do Brasil para seus lugares de fala, para a região territorial em que erigem sua própria identidade. Onde eles estão, sempre é o epicentro da cultura, do saber, da brasilidade etc.⁸²

Em seu depoimento autobiográfico de 1969 já citado nesse capítulo, diria que o contato com a “canalha getulesca”, as prisões e os exílios tinham modificado a sua visão de mundo radicalmente, destruindo a sua “concepção rousseauana da humanidade”.⁸³ Tratamos dessa narrativa de si como atravessada de intencionalidades e premente de *ilusões biográficas*,⁸⁴ buscando linearizar a sua trajetória de vida. Ainda assim, é visível a carga de desafeto pelo novo

⁸¹ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012. p. 100.

⁸² BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 227.

⁸³ UM ESBOÇO de autobiografia. *O Estado de São Paulo*. 13 jul 1969.

⁸⁴ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos e abusos da história oral*. São Paulo: FGV, 2006.

status quo que não favorecia seus interesses. Nessa experiência de insurgência civil, é possível mapear três “fases”: um início empolgado, engajado; logo depois, a mistura de esperança, frustração, saudade...; e por fim, decepção, ressentimento, apego a uma identidade “derrotada”.

Mesquita Filho desenvolveria o antagonismo contra a política Varguista que, o que começara a ser gestado nesse primeiro embate, em rebelião armada. Em textos produzidos pelo intelectual nos próximos anos, o marcante enunciado de um Getúlio Vargas “mau” é renitente. No que ele chama de aguerrida – quase heroica – defesa pelos princípios liberais, o atuante dono do proeminente Jornal *O Estado de São Paulo* marcaria a oposição contra Getúlio e seus supostos herdeiros políticos. Em outras palavras, ele constrói um retrato de Vargas – “o homem muito mau” – como diria em correspondência ao seu filho às vésperas do primeiro exílio. Nesse momento, é importante compreender como diversas narrativas cimentaram visões sobre Getúlio Vargas e os lugares de fala dos quais partiam esta ou aquela *caricatura*. Faz-se necessário uma problematização acerca do que podemos chamar de principal inimigo eleito por Mesquita Filho – não apenas a pessoa de Vargas, mas às diversas políticas que se associou à sua figura. Essa análise mais acurada em torno das políticas varguistas se fará presente no próximo capítulo.

Nesse primeiro momento, as primeiras linhas de um mapa começam a ser esboçadas. É a primeira fase de um projeto que se transfiguraria algumas vezes nas décadas seguintes; no seio dessas posições declaradas em torno de um orgulho paulista, os seus ecos se fariam ouvir ainda por muito tempo, numa relação de causalidade não teleológica, no seio de contingências que criava uma série de referências com potencialidades a devir em cultura política. Esse é o ponto onde a História que deseja diagnosticar o presente não pode deixar de notar o mapa encomendado pelos que lutaram pela “Revolução Constitucionalista” em 1932, onde a representação do território de paulista aparece representado como um país, com efígies de bandeirantes e referências a essa mentalidade identitária.

Essa demarcação de um pensamento comum que gravita em torno desse “ideal paulista” faz parte do fenômeno da “cultura política” que, de acordo com Serge Berstein, perpassa pela idealização de um projeto de sociedade e uma leitura de um passado comum feita a partir de acordos semelhantes.⁸⁵ Um interessante fenômeno parece influenciar os indivíduos da elite da sociedade paulista nessa época, uma vez que demonstram em um breve espaço de tempo uma recuperação de perspectivas tradicionalistas de sua própria identidade – mesmo que nos anos vinte tenham sofrido uma disputa com as tendências modernizantes. Essa guerra civil aparece,

⁸⁵ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI, Jean-François (Orgs). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 349-363.

no mínimo, como mais um elemento de construção de identidade. A partir de então adquiriria nuances de conciliar a modernização – representadas pela técnica e a indústria – e a tradição do pensamento e sentimento que remetia a um passado distante. Entre os paulistanos, a ideia de civilização deu uma guinada em alguns níveis, e várias temporalidades se encontraram no terreno das ideias e subjetividades. Mutações como essa podem se dar no nível de uma Nação até o de vizinhanças; nesse caso, aconteceu em um Estado brasileiro – São Paulo.

As mutações e rupturas de pensamento que forjaram o regionalismo paulista, uma *comunidade imaginada*⁸⁶ a partir do conflito com o restante do Brasil, devém da percepção do Outro enquanto espelho que reflete o inverso de si. Este é um elemento construído por mitos, a negação de noções temporais ou espaciais claras.⁸⁷ Essa “lira de Orfeu” não apenas embalou os sentimentos paulistas por um curto período de conflito, em 1932. Sua melodia adquiriu tons hipnóticos que se diluiriam, ganhando fôlego para se projetar para a frente, como que em missão dos argonautas em busca do pelego de ouro.⁸⁸ As convulsões desse período causariam a implosão das estruturas mnemônicas anteriores. Anhanguera, Domingos Jorge Velho e Raposo Tavares seriam tomados como elementos a constituir uma memória de um Estado que se pensava enquanto “Nação das mais civilizadas do mundo”. Essa identidade imaginada faria principalmente os intelectuais de elite apostarem alto em suas verdades e na homogeneidade interna. As declarações que Mesquita Filho daria à polícia na casa de correção depois da derrota das foças paulistas são bastante reveladoras.⁸⁹

[...] diante dos atos inequívocos da ditadura contra os direitos do povo paulista, o declarante, como um dos líderes dessa opinião que lhe conferira o fato de ser diretor de *O Estado de S. Paulo*, não hesitou em se colocar à frente dela para melhor coordenar o movimento; [...] que, por meio do seu jornal, procurou canalizar a corrente de opinião, dando-lhe um objetivo único: a conquista da sua autonomia; que, dias depois de deflagrado o movimento, foi para as linhas de frente, achando-se adido junto ao coronel Euclides de Figueiredo, o qual, aliás, assumiu o comando das forças paulistas a convite do

⁸⁶ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁸⁷ Um debate sobre comunidades imaginadas foi protagonizado pioneiramente pelo historiador Benedict Anderson, no qual o autor argumenta que comunidades como as nações possuem data de nascimento em mito das origens imaginado e suficientemente divulgado. Esse imaginário é poderoso, uma vez que as pessoas que compõem tais comunidades passam a dar a sua própria história uma inteligibilidade linear, como se fosse uma “terra prometida” e de passado glorioso. Ver: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁸⁸ Na mitologia grega, os argonautas foi um grupo de heróis – a exemplo de Hércules e Teseu – que saíram em busca de uma valiosa pele de carneiro feita de ouro. O personagem que Nicolau Sevcenko elege como metáfora para o seu livro, Orfeu, era um dos argonautas, responsável por motivar os heróis em dias de tediosos no alto-mar com o som da sua incomparável Lira.

⁸⁹ TERMO de declarações do Sr. Júlio de Mesquita Filho. CPDOC, FGV. NA, 32.07.13. Anexo E.

declarante; [...] que só fez propaganda antes do movimento, pois, após o início das hostilidades, manteve-se sempre na linha de frente [...].⁹⁰

Nas paráfrases de um escrivão da polícia, o fim movimento foi definido pelo paulista como “entregar a nação ao governo de si mesma”, acrescentando ainda o “papel saliente nos acontecimentos que tiveram como epílogo o movimento de nove de julho”, enumerando como justificativas “suas convicções políticas filosóficas que não se congradecem senão com um regime constitucional (...); a defesa da autonomia de seu Estado natal” e, por fim, “a defesa da comunhão social a que pertence”. Uma vez em frente à polícia, preso, o homem que estivera engajado os últimos meses na causa paulista, reitera o papel social do movimento, bem como permanece entrelaçando os seus interesses ao da Nação. Fica claro o papel de liderança pretendido pelo “seu Estado natal” frente ao Brasil. Esse fora os primeiros tons de um Júlio de Mesquita Filho “revolucionário”, que o condicionaria a criar uma memória que iria balizar a sua atuação intelectual.⁹¹ Essa dinâmica já foi historicizada por estudos como o do historiador Marco Antonio Vila, que atesta a importância do movimento constitucionalista para a intelectualidade de São Paulo, tanto na sua produção cultural e artística como posta a serviço da literatura e na imprensa.⁹²

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. *Memórias de um revolucionário* – notas para um ensaio de Sociologia Política. São Paulo: Anhembi, 1954.

⁹² VILLA, Marco Antônio. *1932: Imagens de uma Revolução*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p. 38.

2. SEGUNDO FIO: retratos e caricaturas da “Era Vargas”.

(...) O mulato, arrastado rua abaixo por dois desconhecidos, berrava a plenos pulmões

– viva o nosso presidente! Viva o Estado Novo!

Do outro lado da rua, à frente da Casa Sol, lia-se no muro caiado, em largas letras de piche: Queremos Getúlio! Logo abaixo, em garranchos brancos: Viva Prestes! Morra o fascismo! E, entre a foice e o martelo, um moleque gravara no reboco, a ponta de prego, um nome feio.

(Erico Veríssimo – O tempo e o vento).

Júlio de Mesquita Filho viveu em ordens de tempo caracterizadas por dinâmicas sociais que, sem a conceituação adequada, adquirem tons alegóricos e desbotados. Lembrando Norbert Elias, as sociedades não possuem elementos estruturais que possam ser tocados, discerníveis, e estão sempre incompletas, apesar de serem vistas como uma totalidade: “de onde quer que sejam vistas, continuam em aberto na esfera temporal em direção ao passado e ao futuro”. A *tradição* de Mayer vem do passado, do indivíduo saudoso de uma ordem de tempo que considerava feliz, que adaptava aquela visão de mundo para o seu arcabouço intelectual, em busca de canonizar determinada realidade. Mesquita Filho encaixa-se na descrição que Sérgio Buarque de Holanda fez a partidários de um retorno à tradição como a única defesa contra a desordem, como visto no primeiro capítulo.⁹³

O movimento constitucionalista aparece com fortes referências a esse passado tradicional. Todavia, no decorrer do recorte de trinta e dois anos, dentro da “média duração” conceituada por Fernand Braudel,⁹⁴ os regimes políticos mudaram algumas vezes. Em meio a esse tempo, Mesquita Filho se envolve em nomeadas “revoluções”, e nos deparamos com recortes clássicos. O chamado “populismo” costuma estar colado em boa parte dessa temporalidade, tendo se tornado ferramenta de análise dos sistemas de governo até o senso comum. É necessário atentar para as nuances do regime político ao qual esse personagem se afastou e se aproximou algumas vezes. Seguimos na análise sobre as dinâmicas políticas do que ficou conhecido como a “Era Vargas”.

Getúlio Vargas foi um político brasileiro cujo nome está associado ao conjunto de contingências-chave que atravessam direta ou indiretamente os meandros da historiografia sobre a República brasileira. Foram construídas as mais diversas narrativas acerca desse personagem, de múltiplas perspectivas, nem sempre concordantes em seus enunciados. Sua trajetória na política foi longa e controversa, tendo sido o chefe do Estado brasileiro entre 1930

⁹³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1992. p. 5.

⁹⁴ BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. São Paulo: EDUSP, 2016.

e 1945, e, após um hiato de quatro anos, retornou para mais um mandato. São quase duas décadas à frente de um país de dimensões continentais. Após esse breve prelúdio, é possível imaginar que Vargas tenha sido um sujeito cuja vida esteve atrelada a uma diversidade de falas e versões, no curso dos acontecimentos bem como nas narrativas *a posteriori*. Não se desperdiça o esforço de desacontecer essa “Era”, percebendo-a para além dos mitos e arquétipos.

Na historiografia que tomou Getúlio Vargas como personagem central, as abordagens e conclusões variam. Na memória coletiva, a imagem de Vargas se encontra cristalizada, frequentemente direcionada para o maniqueísmo bem/mal. Predomina, muitas vezes, a sua imagem de “pai dos pobres”, fruto de esforços sistemáticos de legitimação no seu próprio governo, de alguns interpretes na historiografia e na mídia; isso reverbera, em grande medida, no nosso presente. Em seu tempo, fora nomeado por seus opositores de “ditador, tirano, fascista, demagogo, hipócrita, traidor, mistificador e opressor dos operários”; isso, já no fim do Estado Novo, quando os mecanismos de censura não davam mais conta de suprimir as falas contrárias ao governo.⁹⁵ Foram criados novos conceitos no âmbito acadêmico para buscar estabelecer linhas de compreensão a esses períodos contraditórios, nos quais a disputa pela realidade partiam de regimes de representações prementes de ideologias e desejos.

Na História escrita, conceitos como *trabalhismo* e *getulismo* são centrais para se pensar a “Era Vargas”. Durante o seu governo, foram criados os ministérios do trabalho, educação, saúde, indústria e comércio, mostrando uma preocupação inédita com setores que até então os governantes tinham permanecido à revelia. O Historiador brasilianista Thomas Skidmore afirma que o governo Vargas, desde o início, apressa-se em fortalecer o estado, buscando alianças e mostrando uma grande habilidade de articulação, com velhos inimigos e com instituições influentes como a Igreja Católica – visto que isso proporcionaria a legitimidade simbólica da ordem.⁹⁶ A consolidação do ministério do trabalho foi uma medida contra o fantasma comunista e a crise do capitalismo, daí a pressa em regular as relações do estado e a classe trabalhadora urbana. Isso demonstra a preocupação com as dimensões subjetivas e com a busca de legitimidade nas massas analisado por Maria Helena Rolim Capelato em *Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*.⁹⁷

⁹⁵ FERREIRA, Jorge. Quando os trabalhadores “Querem”: política e cidadania na transição democrática. In.: FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular. 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 23.

⁹⁶ SKIDMORE, Thomas E. A era Vargas. In.: SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

⁹⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Imagens e espetáculo no poder varguismo e no peronismo. In.: CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2ed. São Paulo: editora UNESP, 2009. p.51- 71.

O anticomunismo, por sua vez, ganhou dimensões gigantescas no governo Vargas. Ao mesmo tempo, isso se tornou justificativa para o aumento incessante do poder central, que tomava as medidas mais sumárias. Em 1937 a situação chegou ao ápice e forjou-se o “plano Cohen” para asseverar o terror ao fantasma comunista. Esse foi um dos pretextos principais para Vargas desfechar o golpe de estado, em novembro do mesmo ano. Estava instituído o Estado Novo, de caráter ditatorial.⁹⁸ O anticomunismo, todavia, não era propalado apenas pelos partidários do Nacional Estatismo, mas também por aqueles que faziam oposição a este sistema, como os chamados liberais. Júlio de Mesquita Filho, apesar dos conflitos e confrontos com o projeto político varguista, era um notável anticomunista.⁹⁹

Nesse contexto, foi instituído um órgão de propaganda – o DIP – para montar o conjunto imagético-discursivo que daria forma ao Estado novo, passando a privilegiar o trabalho e o nacionalismo. Criou-se uma revista onde se publicava as ideologias do regime, com a finalidade de divulgar e criar mistificações a partir desses discursos. O projeto antiliberal de Vargas possuiu seus ideólogos e, nesse período, alcançou o auge do sucesso. Esse estilo de governo foi o que Boris Fausto chama de populismo,¹⁰⁰ pautado em carisma e propaganda. As historiadoras Angela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo escrevem que Vargas construiu sua popularidade dentro de seu governo.¹⁰¹

A constituição simbólica de uma legitimidade política teria tido como meios o espetáculo e o teatro, que nos regimes autoritários servem para criar um imaginário que mascara as divisões e conflitos existentes na sociedade – em outras palavras, para montar uma ideia de unidade e harmonia.¹⁰² Esse aspecto simbólico aliou-se e, em alguma medida, constituiu os elementos materiais, como o *trabalhismo*. O trabalhismo trata-se da sindicalização vinculada ao estado, ancorada na consolidação das leis do trabalho bem como o estabelecimento de políticas onde o trabalhador ocupava lugar de destaque, e, principalmente, um projeto político destinado aos trabalhadores posto em prática por um partido político, PTB. No período Vargas, o Estado não queria o povo na rua, e por isso mesmo as *dádivas* eram trocadas por uma

⁹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil. (1917-1964)*. São Paulo: FEPEESP, 2002.

⁹⁹ CARTA da chefatura de polícia do Estado de São Paulo. São Paulo, 27 de janeiro de 1934. 2.pp. Fonte pesquisada no arquivo do Jornal *O Estado de São Paulo*, pastas avulsas, não catalogadas. Em anexo.

¹⁰⁰ FAUSTO, Boris. A vida política. In: GOMES, Angela de Castro (org.) *Olhando para dentro (1930-1964)*. Vol. 04. São Paulo: Objetiva, 2013. pp. 91-108

¹⁰¹ GOMES, Angela de Castro e D’ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: ática, 1989. p. 3.

¹⁰² CAPELATO, Maria Helena Rolim. Imagens e espetáculo no poder varguismo e no peronismo. In: CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena*. Propaganda política no varguismo e no peronismo. 2ed. São Paulo: editora UNESP, 2009.

vinculação aos sindicatos.¹⁰³ O tipo de liberalismo propagandeado pelo *O Estado de São Paulo*, sob direção de Júlio de Mesquita Filho, também “não queria o povo na rua”, pois “o controle dos dominados é o objetivo básico e comum dos reformadores liberais e antiliberais de diferentes matizes”.¹⁰⁴ Ponto que liga esses diversos projetos – Manter o povo sob controle.

Elementos simbólicos operaram de maneira intensa, através da aparelhagem de signos que queriam monumentalizar o governo Vargas. Isso tornou possível a construção da imagem de um governo generoso que sabia das necessidades do seu povo, criando um sentimento de gratidão. Conforme o argumento de Angela de Castro Gomes,¹⁰⁵ isso carrega uma relação de complementaridade com a propaganda e simbologias, além do anticomunismo ser profundamente estimulado e presente no Estado Novo. O imaginário gestado a partir disso permitiu que fosse criada a Lei de segurança nacional, que permitia desativar os sindicatos com possíveis ideias comunistas como também criar sindicatos dirigidos pelas entidades do governo, e os filiados a estes poderiam usufruir dos benefícios sociais criados por Vargas.¹⁰⁶

Não se deve abandonar a “presença da lógica material” nas análises sobre o pacto social entre o Estado e Classe trabalhadora no período Vargas, mas aliá-la às dimensões simbólicas. A superação da dicotomia entre “autonomia” e “heteronomia” – ou de esclarecimento e manipulação – se faz necessária para essa análise.¹⁰⁷ Na lógica anteriormente postulada, havia uma via de mão dupla, onde não existe uma “mera submissão ou perda de identidade”, mas sim uma série de pactos de troca onde gratidão e obediência só existia mediante ganhos materiais. A insistência em modelos rígidos, partindo de teorias prontas para analisar a realidade, trata-se do caso do “sapatinho de cristal” que Norberto ferreiras analisa em *A sociedade de massas: os populismos*.¹⁰⁸ O viés *histórico estrutural*¹⁰⁹ para categorizar o “populismo” ou a generalização do “Estado autoritário burocrático” foi alvo de fortes críticas de autores que se propuseram revisitar o tema a partir dos acontecimentos, forjando novas teorias e métodos que levam em conta a especificidade.

¹⁰³ CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 109.

¹⁰⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 14.

¹⁰⁵ GOMES, Angela de Castro. A lógica do “quem tem ofício, tem benefício”. In.: GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 175-188.

¹⁰⁶ Ibid. p. 179.

¹⁰⁷ Ibid. p. 10.

¹⁰⁸ FERRERAS, Norberto. “A sociedade de massas: os populismos”. In: *História das Américas: Novas Perspectivas*. FGV, 2011, pp. 213-240.

¹⁰⁹ Ibidem.

Essa “aura” de popularidade que acompanhou os governos de Getúlio é pensada por Angela de Castro Gomes à luz do conceito de *Getulismo*. A emergência do getulismo teria se dado justamente a partir do *trabalhismo*. Reitera-se a noção que Vargas construiu sua popularidade, ou carisma, dentro do governo, a partir do conjunto simbólico e material pensado pela autora. Assim, o *trabalhismo* é uma das ancoras que permitem que seu governo se estabilize, gerando o getulismo. A criação do Partido Trabalhista Brasileiro – partido de cunho getulista –, tinha como fim a urdidura de um partido das massas que pudesse transitar entre os espectros de posições políticas possíveis. “Conseguia o apoio de setores conservadores, alertando para o perigo comunista, e, de outro, podia se aproximar do PC, utilizando a força de seu apelo popular”.¹¹⁰ Nesse ponto, o enunciado de Skidmore sobre Getúlio sobre este ser um exímio articulador parece fazer todo o sentido,¹¹¹ contudo sua interpretação que adjetiva Vargas de “maquiavélico” e outros termos que criam uma persona agindo conforme apenas seus próprios interesses, não dá conta do objeto.

O texto do *Manifesto Operário*, publicado no jornal *O Radical* em 1945 – no ano da queda do Estado Novo –, é um exemplo dos mais variados textos apologéticos à figura do presidente Vargas. Este manifesto dirige-se diretamente aos operários, indagando se em alguma democracia brasileira eles já haviam sido recebidos no palácio do Catete; um apelo às afetividades e sentimentos pessoais é feito em determinado trecho: “Em que democracia brasileira você teve o prazer de ver o presidente tomar nos braços seu filho querido, pobre, mas tão brasileiro quanto os filhos dos tais ‘democratas’?”. Esse texto, segundo a assertiva de Angela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo, faz parte de uma construção que teve como elemento constitutivo o trabalhismo e seria catalizador do *getulismo* e *queremismo*.¹¹²

Trata-se, portanto, de um delicado equilíbrio de ideias semelhantes e complementares compondo uma solidez estável. O *trabalhismo* tratou-se de um projeto político, o *getulismo* da personalização desse projeto e o *queremismo* como um movimento social – que foram institucionalizados no interior de um partido político, o PTB.¹¹³ Caso queiramos verificar o sentido da efetividade dessas ideias, basta recuarmos ao contexto da Primeira República, onde podemos ter uma ideia mais clara do caráter do trabalhismo que viria posteriormente e o poder

¹¹⁰ GOMES, Angela de Castro e D’ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: ática, 1989.

¹¹¹ SKIDMORE, Thomas E. A era Vargas. In.: SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

¹¹² GOMES, Angela de Castro e D’ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: ática, 1989. p. 16-17.

¹¹³ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular. 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 76.

simbólico daí advindo. Nos governos das oligarquias, tivera-se uma ordem na qual os trabalhadores não foram contemplados por benefícios considerados básicos. De acordo com os postulados levantados por Cláudio Batalha,¹¹⁴ o surgimento da República veio trazer uma fagulha de esperança para os operários, sequiosos de terem suas profissões regulamentadas, melhores condições de trabalho e remuneração. A frustração dessas esperanças, porém, viriam quase imediatamente. Essa longa espera e luta por direitos veio coroar êxito no Governo Vargas.

Essas falas que proliferavam das ruas quase em uníssono, vindas dos trabalhadores, seria a manifestação de um dos “queremos” – “do povo que gosta mesmo do Sr. Getúlio Vargas”. Na queda do Estado Novo, o prestígio de Getúlio crescia, fenômeno que Angela de Castro Gomes chama de “movimento assimétrico”, pois uma inversão lógica acontecia quando um político forçado a abandonar o poder é ovacionado pelas massas.¹¹⁵ A força simbólica investida aqui, teria feito com que um simples slogan – “Ele disse: vote em Dutra” – tornasse-se de fundamental importância para a eleição do general Gaspar Dutra. O retorno de Vargas na eleição posterior foi amplamente aceito, sendo eleito com uma grande margem de votos. O getulismo era tão forte que, mesmo após a morte de Vargas, ainda apresentava suas marcas – ainda que de forma desordenada ao perder a coesão do líder.¹¹⁶

Boa parte das interpretações acima se pretendem mais sofisticadas do que alguns modelos explicativos clássicos; além disso, não almejam uma totalidade ou de dar conta de toda a conjuntura do que se convencionou chamar de “Era Vargas”. O historiador Jorge Ferreira escreve que noções que se vê permeando o imaginário e o senso comum tais quais “populismo”, “mistificações ideológicas” e “manipulação” são categorias que não convencem diversos pesquisadores. Esse ponto, similar à interpretação de Angela de Castro Gomes, afirma essencialmente que essas abordagens simplistas não dão conta das hermenêuticas diversas dos indivíduos. Num mote semelhante, Angela de Castro Gomes deseja perceber as dinâmicas complexas que relacionam o povo e o estado. Assim, parte num esforço para perceber as negociações que haviam entre os elementos.¹¹⁷

Um sujeito como Júlio de Mesquita Filho, que teve uma privilegiada formação, ambientada na chamada “Primeira República”, poderia estar distante das lutas miúdas do povo

¹¹⁴ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

¹¹⁵ GOMES, Angela de Castro e D’ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: ática, 1989. p. 18.

¹¹⁶ *Ibid.* p. 70-72.

¹¹⁷ GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para debate. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.34, jul-dez, 2004.

que lutava por uma vida melhor. Suas percepções de mundo e sua experiência enquanto sujeito era radicalmente descolada daquela do condutor de bondes Luis A. Rodrigues. Retomando a epígrafe emprestada de Érico Veríssimo,¹¹⁸ produz uma *presença* que pode nos dar a ver um quadro borrado onde a realidade sempre é complexa e multiforme. As multiplicidades de pessoas que convivem em uma mesma época são, por sua vez, interpeladas de maneiras diferentes. As criações de tipos ideais ou de demônios passam pela pena dos narradores, que se esforçam em pintar retratos e caricaturas que, se confrontadas, ficam disformes e perdem a coerência que, até um momento antes, parecia tão inabalável. Parece fazer sentido a ideia de que todos são filhos e produtos de seu próprio tempo; as contradições humanas tornam possíveis que o “Queremos Getúlio!” e “um nome feio” sejam escritos no mesmo muro.

Nesse ponto o liberalismo defendido por Mesquita Filho se constituía como mais uma das percepções de política e do país desejado por sujeitos de diferentes posições políticas, sociais e econômicas. Esses conflitos entre um projeto liberal excludente que não queria “o povo na rua” terminam por perder, pelo menos por um tempo, a sua força política. Cede espaço para o projeto antiliberal, que soava mais interessante para as necessidades pragmáticas das vidas dos homens e mulheres que habitaram esse tempo. Os conflitos gerados em torno disso, aliados ao sistema-mundo fortemente dividido entre o nacional-estatismo e modelos liberais, leva Júlio de Mesquita Filho a outro exílio do qual retornaria no ano de 1943. Esse período no qual se vê desapropriado do seu jornal, terminaria apenas com a redemocratização, em 1945, quando apoiaria o candidato a presidente da República Eduardo Gomes. Não era coincidência que Eduardo Gomes era oposição ao candidato apoiado por Getúlio, Eurico Gaspar Dutra.

2.1. “Fontes de poder”: aristocracia e liberalismo

O diretor de *O Estado de São Paulo* é um democrata, respeitoso dos direitos humanos e do direito de opinião em particular, a melhor prova é o seu jornal. Anticomunista – aquele anticomunista! – é igualmente radical na defesa da liberdade de expressão, condena a censura e a perseguição políticas. (Jorge Amado, São Paulo, 1947).

(...) realmente não creio que o *Estado* publique mais colaboração minha. Eu já havia enviado 4 pequenas crônicas, correspondentes a fevereiro, e ia mandar mais quatro de março, já não mandarei. Que eles se vão à puta que os pariu. Ao demais, a verdade é que já não estou em idade de escrever com limitações e não tenho interesse de escrever coisas tolas que possam ser publicadas pelo jornal dos Mesquitas. (Jorge Amado, Paris, 30 de março de 1948).

¹¹⁸ VERÍSSIMO, Erico. *O tempo e o vento*, parte II: O Retrato, vol. I. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

Nesse ponto, buscamos elaborar algumas reflexões em torno da trajetória do jornal *O Estado de São Paulo* sob a batuta de Mesquita Filho na sua direção. Esse é um ponto de partida para perceber as vozes contraditórias que o atravessavam. O jornal impresso no Brasil aparece como um espaço de *construção e divulgação* de uma visão de mundo, que nesse caso era pretensamente liberal. Partindo dos desdobramentos da trajetória da história intelectual do seu diretor entre os anos de 1927 e 1969, buscaremos mapear brevemente as disputas simbólicas que habitavam o matutino paulista. Cabe ainda sondar como o impresso poderia ter sido canal para os seus representantes tomarem impulso para projetos mais ambiciosos.

Agora, nos debruçamos sobre o livro *O queijo e os vermes* do historiador italiano Carlo Ginzburg. Em primeiro lugar e mais importante, a ideia de que a capacidade de dominar e transmitir cultura são fontes de poder que se fazem presentes em diversos pontos da História da humanidade.¹¹⁹ Diversas indagações guiam a reflexão em torno desses pensadores que, em seu tempo e por sua vez, refletiram sobre o Brasil. Estudos apontam que os projetos liberais não eram simplesmente arrojadas iniciativas democráticas, tal qual alegava Júlio de Mesquita Filho no seu “irredutível liberalismo”, pois “o projeto dos liberais era contrarrevolucionário”, afirmou a historiadora Maria Helena Capelato.¹²⁰ O tal liberalismo absoluto nunca teria existido, sendo que “as circunstâncias o obrigaram a restringir suas aspirações”. Segundo essa proposta, o liberalismo se aproxima de Edmund Burke, Tocqueville e outros conservadores. Esses liberais tinham horror ao “reinado tirânico das massas”. Tudo devia ficar na *Ordem*, e esse status deveria ser sempre um fim para o qual diversos meios estariam justificados.

De acordo com um estudo empreendido pela historiadora Lynn Hunt, a vontade de colocar idealismos acima da História, de atribuir a acontecimentos históricos como fatais desdobramentos do itinerário humano no tempo e espaço é uma constante em diversos grupos. O modo de pensamento teleológico está impregnado no ocidente de maneira fundante, onde a transcendência ocupa um papel central. A elite que cá buscava emanar os saberes para construir uma grande nação faz parte duma longa tradição de intelectuais que, no mundo das ideias, colocaram categorias autoevidentes para uma criação ideológica de Estado-Nação. Em outras palavras, a pretensa obviedade de algo também faz parte de uma genealogia que permeia as subjetividades e ideologias em cada época.

¹¹⁹ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 95.

¹²⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 22.

Para algo assim ganhar essa ilusão de “autoevidência” e sair da lógica histórica, “esses sentimentos tinham de ser experimentados por muitas pessoas, não somente pelos filósofos que escreviam sobre eles”,¹²¹ – caso contrário, ficariam apenas presos nos templos de saber. Um caso que podemos traçar uma analogia com o caso da *enciclopédia*, famosa série de livros que foram lançados durante o que se chamou de Iluminismo europeu; segundo Robert Darnton, “se parece certo que a *Enciclopédia* agradava a certos elementos das camadas superiores da sociedade francesa, é impossível saber exatamente até onde a obra penetrou em direção à base da pirâmide social”.¹²² Esse alcance limitado de saberes erudito, uma vez que não encontra leitores reais, tende a se tornarem letras mortas, registros de um projeto que não vingou. Entretanto, Júlio de Mesquita Filho conseguiu introduzir suas ideias de maneira mais ou menos efetiva no interior das negociações com os projetos antiliberais, como a criação da Universidade de São Paulo, a partir da qual cultivou “todos os franceses e estrangeiros que passavam pela cidade cosmopolita”.¹²³ No período após a redemocratização, Mesquita Filho utilizaria o espaço do Jornal para divulgar suas aspirações, ao mesmo tempo que fazia dos seus escritos máquinas de guerra contra a “herança de Getúlio Vargas”.

Quanto à vontade dos intelectuais da elite brasileira que atuaram no tempo da “segunda República” em empreender uma mudança efetiva na sociedade, é uma afirmação que só poderíamos fazer no campo das conjecturas; entretanto, arriscamos dizer que suas produções denotam uma profunda convicção, como que se auto atribuíssem uma tarefa heroica, uma missão. Mas as premissas da qual partem são notavelmente excludentes, como se fazer parte das elites intelectuais fosse um trabalho solitário, aristocrático. No Brasil, essa aristocracia se constitui como um significante travestido de democrático; a própria libertação de todo um povo dependia da construção de um saber para poucos, detentores do poder dos saberes. É nesse escopo que a Historiadora Maria Helena Capelato desdobra o seu livro *Os arautos do liberalismo*, tendo como objeto de pesquisa a imprensa paulista entre as décadas de 1920 e 1945. Segundo esta autora, “o intelecto despótico se transformou em instrumento de domínio de si e dos outros”.¹²⁴ Os chamados “universais” – justiça e verdade, principalmente –, foram convertidos em espadas e escudos dessa *intelligentsia* que não hesitavam em empreender

¹²¹ HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Curitiba, PR: A Página, 2012.

¹²² DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da "Enciclopédia" 1775-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 235.

¹²³ MOTA, Carlos Guilherme. *História e contra-história: perfis e contrapontos*. São Paulo: Globo, 2010. p. 122. Ver anexo C.

¹²⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

projetos dos quais as massas estavam excluídas, pelo menos a curto prazo; a justificativa que davam era que eventualmente todos seriam beneficiados pelo suposto progresso da nação.

No ano de 1933, Júlio de Mesquita Filho retorna do seu primeiro exílio, já descrito no primeiro capítulo. O cargo de interventor de São Paulo foi atribuído a Armando Sales, que era casado com uma irmã de Mesquita Filho. Nesse momento, tornou-se possível para o jornalista construir um canal direto com as instituições governamentais sem os entraves burocráticos. É notável que uma possível aproximação entre o público e o privado – governo e relações pessoais –, fere diretamente os princípios do liberalismo “à americana” que haviam adotado. Um dos epítetos que o diretor d’*O Estado de São Paulo* atribuíra para a sua linha de pensamento e ação fora de “irredutivelmente liberal”. Mas quando vislumbra essa oportunidade de se aproximar da máquina pública, Mesquita Filho não parece hesitar em ser “uma espécie de patrocinador da USP”, conforme narrado por Darcy Ribeiro em depoimento concedido ao CPDOC.¹²⁵

A universidade é um centro de poder, uma fonte potencialmente inesgotável de produção de enunciados. Via-se que esse instrumento poderia ser apropriado para cimentar uma certa visão de mundo. A participação na criação duma instituição assim abre portas para que esse sujeito arrogue o direito de deliberação. Isso está em consonância com o que escreveu Nicolau Sevcenko em *Orfeu extático na metrópole*: Júlio de Mesquita Filho era um dos homens das letras que pretendiam tornar São Paulo o maior centro científico da América Latina.¹²⁶ Cabe lembrar a passagem em que Raymundo Faoro escreve sobre a longa tradição da elite de astutamente adaptar os modelos sistêmicos estrangeiros e a inevitável falha de levar essas teorias à prática. Mas essa suposta “falha” é justamente o objetivo.¹²⁷ Essas imitações serviam como elementos que justificavam, uma espécie de texto sagrado canônico, mas que só seria seguido de fato as partes que favorecessem os “donos do poder”. Essas imitações referidas por Faoro não são fruto de inocência ou incapacidade de originalidade, mas são devidamente adaptadas aos interesses dos que preconizavam essas vertentes de pensamento.

No contexto político da Era Vargas, composta daquelas dinâmicas discutidas acima, um palco de negociações se estabelece. A possibilidade de realização da USP fez com que Mesquita Filho se reconciliasse momentaneamente com os projetos políticos de Vargas, que estavam distante de qualquer concepção do liberalismo a que prometera ser fiel. Um aspecto interessante em torno da construção desse templo de saber ao qual se desejava que fosse a *sua* universidade,

¹²⁵ RIBEIRO, Darcy. *Darcy Ribeiro (depoimento 1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. p. 43.

¹²⁶ SEVCENKO, *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: companhia das letras, 1992. p. 231.

¹²⁷ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: globo, 2004. p. 671.

nos remete a Walter Benjamin e a ideia de “bem cultural”; segundo Benjamin, os dominadores constroem monumentos para legitimarem a própria trajetória, e que estes bens culturais não devem a sua existência “somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, mas também à servidão anônima dos seus contemporâneos”.¹²⁸

O Estado de São Paulo já foi um objeto visitado pelos trabalhos das historiadoras Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, reunidos no livro *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”*.¹²⁹ Esse trabalho conjunto, escrito no final da década de 1970, parece estar sempre ganhando uma nova juventude, uma vez que o destino desse texto transcende as ambições originais da autoras – partindo de um contexto específico –, passando a pedir novas abordagens, uma vez que “a verdadeira imagem do passado *passa voando*”.¹³⁰ Desta feita, as historiadoras supracitadas mapearam que os discursos d’*o Estado de São Paulo* eram expressão de vozes das elites dominantes que se dirigiam a grupos sociais que desejavam representar e/ou convencer. Essas elites dominantes seriam “as classes proprietárias – sem distinção de frações ou grupos específicos –, isto é, a visão daqueles que defendem a manutenção das estruturas econômico-sociais vigentes”. Em outras palavras, a direção do jornal veio de uma tradição conservadora, cujos lugares sociais confortáveis implica o desejo de manutenção daqueles *establishments*.

O jornal surgiu em 1875, sob o nome de *A Província de São Paulo*. Sob a direção de Júlio Mesquita, o periódico pregava as ideias republicanas e, depois de 1889, assumiu o direcionamento liberal de maneira franca. Júlio de Mesquita Filho sucederia o seu pai na direção, em 1927, seguindo com o projeto liberal. As (des)continuidades desse projeto constituiu, ao longo do século, um arquipélago formado a partir de interesse insulares, independentes, às vezes até familiares e pessoais. A fronteira que separa o público e o privado é sutil. Acima de tudo, esses enunciados se apresentavam como imparciais, cuja única devoção era para com a Nação e a humanidade. Em outras palavras, uma lógica de sentido montada a pretexto de uma missão Iluminista e filantrópica, que falava em nome dos universais.

¹²⁸ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹²⁹ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

¹³⁰ No tópico 5 dos aforismos de Walter Benjamin sobre o conceito de História, o estudo do passado é apresentado como a busca da apreensão de “uma imagem que relampeja irreversivelmente no momento de sua conhecibilidade” e ainda chama atenção para a necessidade de “arrancar a tradição do conformismo que quer apoderar-se dela”. A máxima benjaminiana aponta a necessidade de uma constante reescrita da História, nunca dando-a como acabada. Ver: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, 1). p. 243.

O primeiro ponto de contradição que se faz notar é o discurso de imparcialidade e isenção que o *Estado* sempre afirmara estar comprometido. A sua narrativa quer(ia) ser encarada como a verdade derradeira sobre os acontecimentos. A pretensão de “não tomar partido” acerca de uma realidade pressupõe que se atingiu o perfeito equilíbrio da balança, um discurso que se auto legitima. Existe hoje na sede do jornal um texto emoldurado na parede da sala contígua à redação cujo título é “Ética do jornalismo”, contendo os seguintes dizeres: “Informar com exatidão e com verdade; não omitir nada daquilo que o público tem o direito de conhecer”, e acrescenta ainda que se deve “inscrever com letras de ouro em lugar de destaque, sobre as mesas de trabalho, as palavras de Walter Williams, insigne jornalista americano: ‘ninguém deve escrever como jornalista o que não possa dizer como cavalheiro’”.¹³¹

Além da menção ao cavalheirismo e modelos patriarcais de sociedade, essas problemáticas sugerem, de fato, uma tentativa de transmitir a hierarquização social segundo os moldes dos que planejavam as notícias a imaginava. As dizibilidades a ser lançadas pelo veículo de imprensa açambarcava dimensões da sociedade fundantes como a cultura e a política, onde aquela protestada imparcialidade não encontrava lastros. Cinco anos depois de assumir a direção e a posse do grupo *Estado*, Júlio de Mesquita Filho seria um dos líderes do levante constitucionalista de 1932. Essa empreitada se configurou como eminentemente paulista e mineira, numa atitude de descontentamento em relação aos desdobramentos e prolongamento da chamada “Revolução de 1930”, que havia apoiado dois anos antes.

O diretor do jornal de maior circulação daquele tempo que, engajado diretamente em levantes armados e numa guerra civil, não era um sujeito imparcial. No interior da extensa correspondência de remetentes diversos que se encontra no arquivo do próprio jornal,¹³² existem referências feitas por diferentes vozes ao caráter militante e politizado do diretor que comandava a produção jornalística em sua empresa. As oposições e os apoios ao *status quo* permaneceram oscilantes, rendendo a Mesquita Filho dois exílios durante a “Era Vargas”. Na ocasião do segundo exílio, no contexto do Estado Novo, o jornal foi tomado pelo regime vigente e seria devolvido apenas no ano de 1945. Na ocasião da devolução do jornal para os antigos donos, uma carta de Eurico Gaspar Dutra para o interventor de São Paulo num apelo contra a restituição do *Estado* aos seus antigos proprietários. O candidato apoiado por Getúlio Vargas temia que o jornal estando sob a batuta dos donos se traduziria numa vitória partidária contra a

¹³¹ ÉTICA do jornalismo. Trecho do discurso de Ezequiel P. Paz, Diretor e Redator-Chefe de “La Prensa” de Buenos Aires no 56º aniversário de “La Prensa”, 18 de outubro de 1925. Em arquivo d’*O Estado de São Paulo*.

¹³² O arquivo aqui referido é de propriedade do OESP. A pesquisa que permitiu a obtenção desses documentos foi realizada entre o final de 2017 e início de 2018.

sua candidatura.¹³³ Nessa época, Mesquita Filho apoiava de maneira franca a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, cuja figura era lançada pela parcela da classe dominante que estava insatisfeita com as políticas do Estado Novo – especialmente aquelas ligadas à consolidação das leis trabalhistas. De alguma maneira, essa carta de Dutra chegaria à redação e lá permanece arquivada.

Sabe-se que Getúlio Vargas apoiara Eurico Gaspar Dutra com a promessa de continuidade com as leis trabalhistas e outras políticas que visava a inclusão do trabalhador à sociedade de maneira mais efetiva – contrariamente ao que havia se desdobrado na primeira República.¹³⁴ As transformações na leitura da conjuntura pelo jornalista foram bastante radicais em curtos períodos de tempo. Em 1930, apoiara o levante que derrubou a política das oligarquias; em 1932, rebela-se contra o estado “revolucionário”, para se reconciliar logo em seguida, quando Armando Sales assume a interventoria paulista. A mudança de posição do jornal – consequência das atitudes assumidas pelo diretor que o comandava – aponta que o que estava em jogo eram a constituição do projeto intelectual de aquisição do poder, distribuído em vários níveis, que deviria na criação duma cidade universitária. O que estava gravado em “letras de ouro” por sobre as mesas de trabalho era uma visão de mundo que vislumbrava projetos de curtos e longo prazo para uma utopia. Esses idealismos perpassavam necessariamente pela criação de um centro para realizar as *verdades* que já eram veiculadas pelos seus idealizadores através d’*O Estado*.

A necessidade da constituição desses centros de poder é o mote central em um artigo escrito por Mesquita Filho para o jornal argentino *La Prensa* em 1939. Na cópia original, datilografada em Buenos Aires no dia 30 de novembro de 1939, durante o segundo exílio, vem como um *post-scriptum* um parágrafo afirmando que aquele texto havia sido encomendado “pelo grande órgão da imprensa platina que vem publicando sobre o problema da construção das cidades universitárias”,¹³⁵ dando a ver as relações internacionais da imprensa latino-americana em suas preocupações comuns. No corpo do artigo que seria publicado – e exaustivamente comentado em cartas endereçadas ao autor –, pode-se perceber a constituição de uma ordem discursiva dominante e para poucos:

[...] uma universidade valerá pelo espírito que nela vier a palpitar, pelo poder nacionalizador que se mostre capaz, pela fé nos destinos da nação que saiba instilar no coração da juventude. Por isso mesmo impõe-se às suas elites não

¹³³ DUTRA, Eurico Gaspar. *Correspondência de 1945*. Arquivo d’*O Estado de São Paulo*.

¹³⁴ GOMES, Angela de Castro e D’ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: ática, 1989.

¹³⁵ MESQUITA FILHO, Júlio. *Cidades universitárias*. 10 de novembro de 1939. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho. p. 06. Anexo F.

perder jamais a ocasião de afirmar bem alto a mais intransigente fidelidade ao passado. E que melhor maneira de significar absoluta solidariedade com os nossos maiores do que construir a cidade universitária de tal modo que se lhes fosse dado volver do seio da eternidade, onde descansas, se sentissem dentro de suas casas?¹³⁶

A nossa analogia com o processo de escrita da *Enciclopédia* é uma ilustração de como esses pensadores latino-americanos, viajados pela Europa e detentores de um saber legitimado lá fora, mostra como a circulação de ideias encontra entraves semelhantes aos que Darnton apontou na circulação da tão festejada Enciclopédia Iluminista. Um pretense movimento construído aos moldes Iluministas no Brasil do século XX, implica no atraso em que vivia a nossa sociedade. A representação elaborada para constituir esse cenário vinha das máquinas de escrever da elite e suas “antropologias de gabinete”. Essa formação de lastro positivista, que apontava a América-latina como periferia, tardia no processo de modernização, leva consigo a ideia de construção de uma cidade universitária afinada por um diapasão pré-determinado. A fonte acima é um indício desse olhar nostálgico que pregava “fidelidade ao passado” – no caso o passado regionalista – ao mesmo tempo que criavam um lugar habitável para que, caso os antepassados mortos ressuscitassem, pudessem se alojar como que “dentro de suas casas”.

O liberalismo brasileiro se afirmou como um pensamento que, como filho estrangeiro a nós mesmos, deformou-se durante a viagem, acentuando suas características excludentes. Os representantes da ideologia liberal argumentavam que o progresso estava colado a essa perspectiva, fazendo repetidos esforços de construção de uma realidade consonante. Paralelo a essas visões ideais de mundo que eram preconizadas pelo jornal *O Estado de São Paulo*, com projetos intelectuais ambiciosos e descolados de pragmatismo, parcelas da população massivas não compartilhavam desse olhar. Uma ruptura na forma de interpretar o país que os circulava aparece em forma de fosso, onde os estamentos sociais ficam claros. Dessa maneira, o pensamento liberal aumentaria os abismos sociais, tanto socialmente como subjetivamente – campos que estão virtualmente imbrincados.

Esse caminho percorrido pelos poderes simbólicos, sejam os que habitam o jornal ou a cidade universitária, encontram uma convergência ou objetivo comum. O jornal era uma das “capas” do dispositivo multidimensional que ambicionava ser divulgador de uma visão de mundo liberal. Essa engrenagem partia de referências prosélicas, usando o francês num país lusófono, como se a ideia fosse divulgar que *existia* uma elite detentora de saberes que de maneira natural não fosse acessível ou possível para todos. Essa lógica estaria presente em diversos campos, principalmente a educação; nada mais revelador do que Claude Lévi-Strauss

¹³⁶ Ibidem.

e Fernand Braudel e outros nomes da “missão francesa” que foram trazidos para a USP por intermédio de Mesquita Filho nos anos de 1930.¹³⁷ Esses intelectuais, alguns tomados emprestados à famosa Sorbonne, dariam suas aulas apenas para aqueles que fossem versados no francês. O alinhamento à tradição universitária francesa feito pela Universidade de São Paulo é observado pelo refugiado de guerra polonês Ignacy Sachs, da década de 1940: “A cultura francesa estava bem presente no Brasil e os professores franceses desempenhavam papel de protagonistas na recém-criada Universidade de São Paulo” – esse foi um projeto que o Júlio de Mesquita Filho educador, em alguma medida, conseguiu que fosse implantado. Esse era um projeto de elite para a apropriação da produção de saber.

2.2. “Letras de ouro” que se movem

Retomo aqui a entrevista de Darcy Ribeiro. Segundo Ribeiro, houve um “patrocínio” por parte do diretor do *Estado* à consolidação da universidade de São Paulo. Essa versão está em consonância com o artigo escrito por Mesquita Filho ao *La Prensa*, analisado logo acima. Também dialoga com o preço que adviria desse apoio. Sobre o jornal e o seu diretor, o notável parresiasista diria que [...] ele (Júlio de Mesquita Filho), embora fosse um tipo, assim, com um certo interesse cultural, era uma espécie de ditador, também, da vida universitária. *O Estado de São Paulo* ajudou, apoiou, mas também exigiu muita coisa”.¹³⁸ A fala do conhecido intelectual de esquerda apresenta uma visão crítica ao projeto elitista, que ao dar apoio a um empreendimento, buscava – numa lógica capitalista –, exigir os próprios lucros.

É nesse sentido que os alvos de crítica ou apoio do jornalismo feito pelo *Estado* não possuem linearidade ou constância. A imparcialidade que ambicionaram mostrar é apenas um elemento que tenta escamotear o lugar de fala. Os enunciados são prementes de intencionalidades setores dominantes da sociedade, mas ao mesmo tempo buscam passar a ideia de uma voz sem rosto nem boca. É por isso que a ideia do jornalista estadunidense sobre a imparcialidade do jornalismo estar em evidência na redação d’*O Estado*. As “letras de ouro” atestavam que as notícias eram expressão máxima da verdade. Por outro lado, o jornalismo crítico que tomava lugar de destaque nas páginas do noticioso intitulava-se *notas e informações*,¹³⁹ escrito pelo diretor Júlio de Mesquita Filho. A ordem discursiva em que se inseria não estava necessariamente preocupada com a defesa de um projeto político monolítico

¹³⁷ SALONE, Roberto. *Irredutivelmente liberal: política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho*. São Paulo: Albatroz Editora, 2009. p. 163.

¹³⁸ RIBEIRO, Darcy. *Darcy Ribeiro (depoimento 1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. p. 43.

¹³⁹ Essa seção do *O Estado de São Paulo* pode ser vista ao longo de todo o nosso recorte temporal, escrita pelo próprio Júlio de Mesquita Filho. Era ali que o intelectual Mesquita inseria grande parte de sua crítica ou elogio ao *status quo*.

e coerente, mas era atravessada por questões sutis, ressonâncias de uma cultura política muito menos preto-no-branco. Os trechos escritos por Jorge Amado que servem de epígrafe a esse capítulo ilustram essas contradições, as diversas faces que podem ser vistas se deslocar a perspectiva sobre um jornal ou o sujeito que o dirigia.

“Seduzidos” pela objetividade, os intelectuais por trás da produção de enunciados frequentemente serviam-se da ciência para fazer triunfar a sua versão sobre determinados significantes – sejam eles a ideia de Nação ou de si mesmos. Construir regimes de verdade pode ser uma empreitada possível a um jornal, principalmente se aliado com outras engrenagens da sociedade, mas os proselitismos lançados verticalmente não afetarão todos da mesma forma. Retomando os estudos de Roger Chartier, a representação que o *Estado* ensinou dar a coisas ausentes ou abstratas não significaria que a visão de mundo de todos – mesmo os leitores assíduos – seria conformado por essa apresentação pública.¹⁴⁰ Assim, as tais letras de ouro se movem de maneira imprevisível, entre o proselitismo atravessado de interesses e a leitura de mundo das pessoas comuns. Essa é uma dinâmica completamente imprevisível, cujos desdobramentos no real – diz Guimarães Rosa –, “acabam com menos formato, nem acabam”.¹⁴¹

2.3. Em luta com o seu tempo

Após esse quadro de ideias, saltemos para o início da década de 1960, em finais do período democrático. Partimos de um acontecimento para refletir sobre ideias reveladoras acerca do pensamento de Júlio de Mesquita Filho: os filósofos Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir fizeram uma incursão pelo Brasil, acompanhados durante o itinerário pelo aclamado literato Jorge Amado e sua esposa, Zélia Gattai. Por intermédio de Jorge Amado, Sartre e Beauvoir visitariam o jornalista Júlio de Mesquita Filho na sua fazenda, no interior do Estado de São Paulo. Conforme narrado no livro *Navegação de cabotagem*,¹⁴² o filósofo existencialista e Mesquita engataram uma longa conversa sobre assuntos indeterminados, observados de longe por Jorge Amado e membros da família. Em determinado momento da estadia, Sartre teria compartilhado suas impressões acerca do “*Monsieur Mesquitá*”, que, traduzidas nas palavras de Jorge Amado, aparecem assim: “ – nunca vi ninguém tão conservador, tão reacionário. O que ele me disse é inimaginável! Por vezes me pareceu estar ouvindo alguém da Idade

¹⁴⁰ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Portugal: Difel, 2002. p. 16-17.

¹⁴¹ ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 70

¹⁴² AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem*: apontamentos para um livro de memória que jamais escreverei. Rio de Janeiro: Record, 1992.

Média.”.¹⁴³ Sartre parecia estupefato. Com essa exclamação atribuída ao professor de Sorbonne, podemos nos ver tentados a tomar essa vaga ideia como expressão da verdade. Todavia, a prudência nos recomenda a fazer um escrutínio de outros *indícios*, de modo a deixar mais clara essa desbotada paisagem conceitual.

É curioso que as palavras “conservador” e “reacionário” sejam postas juntas, na mesma frase, tendo ela sido dita por Sartre ou por Jorge Amado. Essas ideias, quando enunciadas na década de 1960, possuíam uma inflada carga semântica. Olhando nessa perspectiva, como remetido nas primeiras epígrafes desse texto, nenhum conceito pode ser tomado como a-histórico ou autoevidente. O conservadorismo e reacionarismo que são atribuídos a Mesquita Filho partem das vozes encarnadas em intelectuais de esquerda. Considerando que esses conceitos não são categorias impermeáveis aos tempos históricos – como nos lembra o historiador alemão Reinhart Koselleck – aproximamos a significação acadêmica contemporânea desses termos. Segundo Norberto Bobbio, os chamados reacionários se apresentam como sujeitos hostis que “são prejudicados em seus privilégios” pelos devires da sociedade em que vivem.¹⁴⁴ A nomeação de conservador, por sua vez, apresenta-se nesse contexto muito mais próxima do seu status de adjetivo do que de substantivo, em reforço ao adjetivo reacionário, corroborando-o e “apresentando-se como contraparte das forças inovadoras”.¹⁴⁵

O indivíduo Júlio de Mesquita Filho passou por diversos momentos turbulentos da vida social e política brasileira, cuja inteligibilidade está inserida dentro de um perspectivismo específico. O que é conservador ou reacionário – bem como liberal, revolucionário e outras nomeações de determinados espectros ideológicos – estão balizados pelos lugares sociais dos atores em questão. O esforço em colar Júlio Mesquita Filho nessas categorias como algo que marcara toda sua trajetória implicaria atribuir-lhe uma coerência extraordinária, mesmo para os que se pretendem mais idealistas. Pondo de maneira simplificada, o conservadorismo faz parte de um arcabouço de ideias que privilegia o *status quo*, não desejando mudanças revolucionárias; mas ao longo dessas três décadas que recortamos, o Brasil que o personagem buscava dar sentido passou por mudanças diversas, demonstrando que ser conservador é uma questão de percepção sobre a realidade em que se vive. E a realidade não é imóvel e estática. Nisso, o que chamou-se de classes dominantes ligadas a periódicos e jornais “uniram-se e se separaram de acordo com as conveniências do momento; seus projetos impetraram, mesclaram-se e foram

¹⁴³ Ibidem. p. 113.

¹⁴⁴ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política I*. Norberto Bobbio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 1073-1074.

¹⁴⁵ Ibidem. p. 242.

matizados”.¹⁴⁶ Essa instabilidade na história insere os sujeitos que habitam cada período em novas e intempestivas relações com o seu tempo.

Conta-se que um sábio grego chamado Sólon argumentou com o rei Persa Ciro sobre as possibilidades de definir aspectos de um indivíduo durante seu tempo de vida. Segundo Sólon, apenas depois da morte de um homem poder-se-ia dizer que ele fora feliz, pois “os deuses eram vingativos”, e poderiam implodir com a felicidade dos mortais a qualquer momento, fossem eles reis ou súditos. Podemos pensar essa estória como uma metáfora para as “ordens de tempo”¹⁴⁷ em que os personagens deste texto estiveram mergulhados, uma vez que o tempo pode ser comparado a um deus vingativo com os sujeitos de cada época. Antes de sua morte, não era possível localizar Júlio de Mesquita Filho como um conservador, liberal ou reacionário, pois ele ainda estava no “túnel no qual o homem entra na escuridão, sem saber onde suas ações o conduzirão”.¹⁴⁸ É por esse mesmo motivo que as palavras de Sartre e Jorge Amado não dão tons definitivos, tampouco atemporais. Todavia, do nosso presente é possível enxergar os rastros dos acontecimentos de maneira mais completa.

Localizando o personagem em 1934, após a volta do seu primeiro exílio pós-movimento constitucionalista, ele recebia uma carta enviada pelo gabinete do chefe de polícia, tratando-o como “elemento representativo da sociedade”, para ajudar a “estabelecer as bases de defesa contra a propaganda comunista”.¹⁴⁹ Júlio de Mesquita Filho, mesmo tendo hostilizado o governo de Vargas em 1932, foi tomado, no início do ano de 1934, como alguém “representativo” que seria importante para construir defesas contra a propaganda comunista, o que demonstra um interesse anticomunista compartilhado. O comunismo era o inimigo comum que produzia aliados inesperados. Três décadas mais tarde, ditos herdeiros de Getúlio Vargas como João Goulart seria acusado de ser comunista, alarmado amplamente por diversos setores da sociedade.

Lutar contra o comunismo era defender as formas de liberalismo, uma constante no pensamento ao longo da sua vida intelectual. No livro *Política e Cultura*, coletânea composta por artigos publicados anteriormente por Mesquita Filho no jornal *O Estado de São Paulo*, o jornalista escreve que o liberalismo é “uma magnífica doutrina” que não deve ser abandonada,

¹⁴⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 14.

¹⁴⁷ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução: Andréa Souza de Menezes, Bruna Beffart, Camila Rocha de Moraes, Maria Cristina de Alencar Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 17.

¹⁴⁸ Ibidem. p. 20.

¹⁴⁹ CARTA da chefatura de polícia do Estado de São Paulo. São Paulo, 27 de janeiro de 1934. 2.pp. Fonte pesquisada no arquivo do Jornal *O Estado de São Paulo*, pastas avulsas, não catalogadas. Anexo A.

bem como ser protegida dos avanços do marxismo.¹⁵⁰ Esse texto foi publicado já na década de 1960, permitindo estabelecer esse fio de conexão no pensamento do intelectual. Segundo essa proposta, o liberalismo se aproxima de Burke, Tocqueville e outros conservadores. Os liberais tinham horror ao “reinado tirânico das massas”.¹⁵¹ Tudo devia ficar na Ordem. O governo de então, antecipando a política repressiva do “Estado Novo” que nasceria em três anos, já parecia “não queria saber de povo nas ruas”.¹⁵²

Delineamos essas conexões relativamente estáveis – o anticomunismo e as formas de liberalismo – em fases da sua vida distantes uma da outra. Para compreendermos a partir de qual visão de liberal partia para contrapor os elementos do comunismo, citamos o texto que escrevera também em um tópico do seu livro *Política e Cultura* intitulado de “tradição de liberalismo”, onde tomava como esqueleto central dessa versão do pensamento liberal a “supremacia do indivíduo sobre o Estado”, e definia segundo o sentido que atribuíra “o espírito do século XIX”. Em suas palavras, “experimentar era o *mot d’ordre*, e só acreditar naquilo que a ciência afirmasse”. Acrescenta ainda que o liberalismo “preconizava, já em seu nascedouro, (...) o que a história veio a confirmar, a saber, a falta de aptidão do poder público para gerir qualquer espécie de negócio”.¹⁵³ Partindo deste ponto, é importante vislumbrarmos o lugar que esse indivíduo ocupava na sociedade brasileira para defender esse projeto liberal.

Em escritos de Júlio de Mesquita nunca publicados – exceto alguns fragmentos pelo Jornal *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo* na ocasião de seu falecimento – ele se esforça em narrar sua vida em retrospecto, comparando-a com os momentos políticos que vivera a República brasileira desde o seu nascimento, no final do século XIX. O texto datilografado por um sujeito que faz um esforço memorialístico, faz referência aos seus dias de infância, vivida “na atmosfera sadia e revigorante de uma velha família paulista do século XIX”, em um casarão que lhe era acolhedor, mostrando grande admiração pelo seu avô, Cerqueira César. Mesquita conta que “pela sua casa passava quase todo São Paulo. Prestava-lhe homenagem diariamente (...) figuras de destaque de passagem pela Paulicéia”.¹⁵⁴ Nesses termos, o

¹⁵⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. “O Estado de São Paulo” e a questão social. In: _____. *Política e cultura*. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 73. Anexo H.

¹⁵¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 22.

¹⁵² CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012. p. 109.

¹⁵³ MESQUITA FILHO, Júlio de. Tradição de liberalismo. In: _____. *Política e cultura*. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 71. Anexo H.

¹⁵⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. Escritos avulsos, datilografados e rabiscados pelo autor. p. 1. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho, do seu arquivo particular. Anexo A.

personagem ao passo que deseja dar a ver um ambiente tranquilo e feliz, revela também que passara seus primeiros anos num ambiente privilegiado e sem privações materiais.

Em um trecho posterior do mesmo documento, escreve como essa experiência de infância influenciaria o seu futuro e sua visão política. Suas impressões e leituras da realidade já aparecem nas primeiras páginas do texto:

A lição que me ficou da fase a que me refiro não podia afastar-se mais daquilo que hoje parece a própria essência da democracia e que, na realidade, nada mais é do que o nivelamento, por baixo, de todos os sentimentos. Se alguma filosofia me fosse dado extrair do estilo de vida que se observava na velha residência, ela deveria forçosamente concluir de maneira completamente oposta ao que se entende por democracia. Suas raízes iriam mergulhar naquele sentimento de solidariedade humana (...) para evoluir no sentido de atrair as classes menos protegidas para o nível de vida das elites. Seria, portanto, um movimento ascensional, e, nunca, como se verifica hoje, de cima para baixo. A linha de evolução social se aproximaria muito do fenômeno norte-americano, afastando-se, portanto, decididamente, das soluções europeias do problema social.¹⁵⁵

Nesse trecho, encontramos algumas pistas da incidência da experiência enquanto sujeito no seu pensamento social. A ideia que brota no seu pensamento faz referência aos aspectos da sociedade brasileira, como a questão das classes sociais, compreendendo a si mesmo como sujeito de elite que tinha a missão de ajudar “as classes menos protegidas” a ascender. Sua referência às “soluções europeias do problema social” como algo que não devia ser aplicado no Brasil consiste em uma busca por aproximar a nossa “linha de evolução social” ao modelo estadunidense, reconhecidamente liberal, ao mesmo tempo que enfatizava o afastamento das experiências socialistas, que então estavam e voga nos países do leste europeu. O modelo de República pensado por Mesquita primava por uma incidência mínima do Estado nos negócios da sociedade. Ele situa esse trecho num tempo próximo à infância, notadamente desejando passar a impressão de um sujeito que sempre estivera idêntico a si mesmo.¹⁵⁶

Estivera estudando em Portugal e, depois, na Suíça. Lá receberia os primeiros fundamentos intelectuais, baseados numa formação possível apenas para a elite, de condições financeiras privilegiadas. Uma vez munido de conhecimentos teóricos, teceria sua própria visão sociológica acerca do Brasil. O liberalismo, por ele preconizado e que faria esforços para colar em sua biografia com coerência linear, é um possível elemento a ter sido visto por Sartre como elemento conservador e/ou reacionário. O enigma lançado pelo fragmento textual de Jorge Amado nos estimula a conjecturar que tipo de conversa o velho Júlio de Mesquita Filho teria

¹⁵⁵ Ibidem. p. 2.

¹⁵⁶ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos e abusos da história oral*. São Paulo: FGV, 2006.

empreendido com o filósofo francês, teórico muito citado pelas esquerdas de muitas partes do mundo. Introduzo, também, outro trecho desse mesmo escrito que podemos considerar como parte presente na “narrativa do eu” de Mesquita, possível tema de conversa entre dois “homens das letras”. Coloquemos sempre em vista a ideia de que os “anseios não estão definidos antes de todas as experiências”;¹⁵⁷ as vidas humanas têm como uma das suas características a constante atualização dos propósitos, salvo se considerarmos a metafísica do destino. Não é este o caso.

2.4. “Um sistema de representação e valores”: indivíduo e sociedade entrelaçados.

Retomando o texto autobiográfico de Mesquita que vem sendo material de análise, cabe pensar outros elementos atravessados nesse documento. Além do liberalismo, teoricamente ancorado em pensadores como o próprio Adam Smith, podemos atestar a sua concepção de civilização como algo que o demarcava enquanto sujeito. As suas ideias do lugar social das pessoas da “raça” negra o insere numa linha de pensamento que já estava, em alguma medida, sendo abandonada por outros dos seus contemporâneos – a exemplo de Gilberto Freyre. O paradigma epistemológico tomado por Júlio de Mesquita Filho para pensar o lugar do negro na sociedade brasileira, caso tivesse sido levado ao conhecimento de Sartre, seguramente poderia ser um motivo para chama-lo de “reacionário” e “conservador”, talvez com mais impacto do que o fato dele se dizer “liberal”. O texto não tem pudores em desfiar seu posicionamento acerca do que compõe uma sociedade.

“Que é uma civilização, senão um sistema de representação e valores? Ora, a nossa civilização é cada vez mais tributária da civilização ocidental e cada vez menos dos elementos ameríndios e africanos”. Essas palavras fornecem sinais preliminares da sua ideia do que compõe uma “civilização”, legando um lugar de privilégios para “o elemento branco ocidental”.

O negro trouxe uma contribuição realmente interessante, quanto ao colorido e ao pitoresco, para os nossos usos e costumes, para o nosso folclore e para a nossa música. Quanto à pureza da *mentalidade primitiva* dos descendentes de africanos, a sua influência não pode deixar de prejudicar a homogeneidade que seria de desejar para o pensamento nacional. Estou convencido de que a eficiência cultural e mental de uma nação está na razão inversa da soma de elementos místicos que por ventura ainda possam atuar na mentalidade de suas massas. A capacidade política, a solidez moral e, portanto, das instituições de um povo são, evidentemente, uma função da predominância de uma ou de outra das duas mentalidades. Nessas condições, não vejo como deixar-se de reconhecer os malefícios que forçosamente hão de advir da presença, em

¹⁵⁷ ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Tradução: Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p. 13.

nosso meio, de uma quantidade ponderável de indivíduos ainda nos albores da mentalidade ocidental propriamente dita.¹⁵⁸

Esse trecho afirma que para além do folclore e ao “colorido e pitoresco”, a contribuição das etnias africanas no Brasil não era outra senão uma mentalidade primitiva – argumento que é reiterado em outros escritos do autor. Dentro do “sistema de representações e valores” que compunham uma civilização, indivíduos “nos albores da mentalidade ocidental propriamente dita” só teria a contribuir com “elementos místicos” que envenenariam as instituições, a moral e a capacidade política do povo. É como se não houvesse lugar para o negro na sociedade brasileira, e que o moderno Estado Nação – que se liga a questões do conservadorismo e do liberalismo – não fosse possível onde o misticismo de elementos de graus anteriores da evolução desse as cartas. (*Sic*). Para reforçar essa ideia, trago o trecho do livro de Júlio de Mesquita Filho *Nordeste*, cujos argumentos se ancoram em perspectiva semelhante:

A porcentagem de homens de cor – pretos e mulatos – que na Bahia atinge mais de 60% da população, segundo o censo demográfico de 1955, entra, em nossa opinião, como fator preponderante na explicação do atraso em que se encontra ali a agricultura. Não pretendemos, com isto, diminuir a capacidade da raça negra; mas é evidente na grande maioria dos seus componentes aquilo que a sociologia denomina de “mentalidade primitiva” a torna praticamente inadaptável às atividades agrícolas.¹⁵⁹

A sua visão de Sociologia na década de 1960 baseava-se em categorias de raças. A publicação desse livro nesses termos torna evidente que, em um indivíduo, podem conviver ideias que, em tese, seriam antagônicas. O liberalismo, renomeado pelo personagem como uma “magnífica doutrina”, absolutamente democrático; por outro lado, uma visão sociológica que exclui uma grande parcela do povo de um país como o Brasil, posto ela ser prejudicial para seu “sistema de representação e valores”. A sua concepção de sociedade infiltrava-se, também, na sua vida privada. Sobre isso, as linhas finais do seu escrito autobiográfico são reveladoras. Segundo ele, existia uma mania da “maioria dos pretos de combater a carapinha”, categorizando o suposto costume dos negros de alisarem os cabelos como “terríveis recalques que fazem da maioria dos mulatos indisfarçáveis seres desgraçados e, de quase todo preto, um marginal em choque permanente com o seu meio”.¹⁶⁰ Encerrando o seu pensamento nessa *escrita de si*,¹⁶¹

¹⁵⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. Escritos avulsos, datilografados e rabiscados pelo autor. p. 1. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho, do seu arquivo particular. p. 17. Grifos meus. Anexo B.

¹⁵⁹ MESQUITA FILHO, Júlio de. *Nordeste*. São Paulo: Anhambi, 1963. p. 14. Anexo H.

¹⁶⁰ MESQUITA FILHO, Júlio de. Escritos avulsos, datilografados e rabiscados pelo autor. p. 1. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho, do seu arquivo particular. Anexo B.

¹⁶¹ GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 07-23.

declara: “por todas essas razões é obvio que eu não aceitaria jamais, voluntariamente, o casamento de qualquer membro de minha família com gente indisfarçavelmente de cor”.¹⁶²

É possível imaginar qual efeito teriam tido essas declarações, caso chegassem aos ouvidos do filósofo francês. Buscamos compreender por que Júlio de Mesquita Filho, o sujeito que pertenceu ao seu tempo, é definido em polos como *reacionário* e *conservador* ou, por outro lado, como o portador de *une certaine idée du Brésil*, que havia sido o “mais progressista dos seus filhos”. Este último predicado seria dado por seu filho, Ruy Mesquita, já na década de 1990.¹⁶³ “Progressista” é outro conceito que vem disputar espaço em meio à profusão de discursos que seguem em caminhos distintos. Nessa senda, no exercício de perceber o personagem para além das certezas e coerências, o que me aproxima a defini-lo é como alguém que vivenciou os “perigos” da vida; dessa forma, não escaparia da vontade dos indivíduos em imprimir sua marca na História e, simultaneamente, seria marcado e demarcado por ela. Nesses termos, as palavras cumprem sua tarefa, pintando quimeras e dividindo os sujeitos e suas ideias em categorias éticas e morais.

¹⁶² Ibidem.

¹⁶³ MESQUITA, Ruy. Não viu o triunfo de suas ideias – O Estado de São Paulo, 15 de fevereiro de 1992. In: MESQUITA FILHO, Ruy. *Cartas do exílio: troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006. p. 373.

3. TERCEIRO FIO: o futuro como espelho do passado

Esses signos produzem enunciados difusos. Reacionário, conservador, progressista – como outros o viram. Narrado por si mesmo, aparece dotado de linearidade, um sujeito que nascera nos últimos suspiros do século XIX e que mantivera consigo uma incorruptível coerência. A tocha de “uma certa ideia de Brasil” seguiria em suas mãos; em suas palavras, esforçadas por escrever a si mesmo, estão impressas certas *palavras de ordem* das quais se convencera. Em alguma medida, esses enunciados apareciam em textos públicos, também. Esse fenômeno redonda no que Koselleck chamou de “batalha semântica para definir, manter ou impor posições políticas e sociais”.¹⁶⁴ Inseridos no esforço de traduzir esses conceitos para as nossas concepções, limita a dimensão semiótica a olhar em contexto. As palavras não desejam apenas convencer, mas ordenar, imperativamente, as coisas e suas arestas.

Voltemos à questão inicial. Apresentei alguns fragmentos de textos que poderiam ter causado estupefação no momento político da década de 1960, quando o mundo vivia um contexto polvoroso em diversos aspectos. As ideias de Júlio de Mesquita Filho sobre o liberalismo em muitos pontos do mundo, poderiam ser categorizadas como reacionárias; em outros lugares, progressista. Já os seus postulados – públicos e privados – sobre os valores que construía um Estado-Nação, inseria-se em outro terreno minado. As compreensões buscadas no passado brasileiro traziam para aquele presente uma ideia que se chocava com as visões cosmopolitas. Em 1955, a UNESCO havia definido que “raça” era uma invenção social. Nessa época, Martin Luther King enfrentava o *apartheid* racial então reinante nos Estados Unidos – que, coincidência ou não, era a Nação liberal em que Júlio de Mesquita Filho ancorava sua inspiração ideológica. Em meio a essa efervescência de conflitos com ressonância mundial, premente de ideias nem sempre coerentes, podemos notar semelhanças do discurso segregacionista à sua determinação em não misturar sua família com “gente indisfarçavelmente de cor”. É difícil compreender que um projeto político pensado por alguém com tais ideias pudesse ser inclusivo.

A partir da tomada dessas noções aparentemente inconciliáveis, podemos refletir sobre como os projetos dos engajados “por uma ideia de Brasil” trazem consigo uma série de paradoxos. Os conceitos que compõem as paisagens políticas de um tempo, possuem, irremediavelmente, a influência de tempos passados. Esse pitoresco cruzamento de contemporâneos, possuem continuidades dividindo o palco com fragmentações. Avoluma-se a

¹⁶⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 102.

força das tradições anteriores – no caso brasileiro, um regime escravocrata que perdurou por três séculos – que permanece instalada nos sujeitos que as encarnam. O tempo aparece como o elo que conecta estruturas, acontecimentos e indivíduos. As realidades que se desdobraram diante dos olhos de Mesquita Filho só eram possíveis de conectar ao que já havia sido vivido, em retrospectiva – pois “as coisas só são previsíveis quando já aconteceram”.

Nas vicissitudes da vida de um indivíduo que mantivera sua infância na “atmosfera sadia e revigorante” de uma casa abastada do final do século XIX, passa a carregar consigo certas idiossincrasias, comparáveis a vícios de linguagem. A partir dessa ilusão biográfica, a sua utopia remete àqueles momentos; é uma vontade de verdade, que como tal, não é falsificada. Essa espécie de “paraíso perdido”, somado a uma ilusão de identidade, se aglutinam em torno da sua pretensa razão objetiva. O próprio filósofo Sartre, dentre outras ideias, defende que a “existência precede a essência”, ou que as experiências do sujeito é o que o define;¹⁶⁵ este encontro parece o lançar rumo à sua própria filosofia, numa conversa com um defensor tão aguerrido de sua essência, ou mesmo de uma essência brasileira. Júlio de Mesquita Filho, este adepto de uma mística da identidade – seja paulista, ou brasileira – se manifestava como uma espantosa ironia. Jorge Amado narra que, após uma visita aos cafezais da fazenda dos Mesquitas, já na viagem de volta à cidade, o filósofo pareceu-lhe “perturbado como se sentisse abalado o seu saber”.¹⁶⁶

Em meio a essa perturbação, teria dito: “– Este Brasil é um país absurdo, surrealista tu dizes, mas isso não diz tudo, não explica nada, o Brasil não tem lógica, nunca se pode ter certeza”. A presença que esse trecho produz é de alguém que tivera um estalo, percebendo subitamente que os próprios conceitos não podiam dar a ordem desejada à realidade. “(...) Quando se pensa ter entendido logo nos damos conta que cometemos um erro, que o certo é diferente, um disparate”. Ao olhar do seu visitante, a contradição de Júlio de Mesquita Filho se manifestava da seguinte maneira: “(...) como é que um homem tão reacionário, tão estreito como Monsieur Mesquitá de repente, ao falar dos cafezais, se transforma num poeta, o mais terno e amoroso? O que ele me disse foi pura poesia, estou feliz de tê-lo conhecido”.¹⁶⁷ Aqui, nesse texto, as contradições presentes são análogas – projetos de Nação marcados pelo signo do liberalismo, um desejo de projetar um futuro utópico mas que nele não haveria espaço para

¹⁶⁵ A escola filosófica de Jean Paul Sartre postula algumas ideias notáveis que seriam levadas para o uso cotidiano comum. Essa que citei pode ser vista em seu desenvolvimento no livro: SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

¹⁶⁶ AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem*: apontamentos para um livro de memória que jamais escreverei. Rio de Janeiro: Record, 1992. p. 113.

¹⁶⁷ Ibidem.

multidões fora da ordem imaginada. Segundo essa teleologia, inscrita na ordem natural das coisas, o destino da Nação seria o triunfo do liberalismo e o desaparecimento ou assimilação dos negros, mulatos e indígenas. Nunca se pode ter certeza, e, certamente, não pertence a uma lógica unívoca. Isso não nos impede de entrever a figura insistente de um sujeito de privilégios remexendo seu passado nostálgico para projetá-lo no futuro almejado. Esse fenômeno entra em palco em torno dos desdobramentos do golpe militar de 1964, quando Mesquita Filho assume a função de “teórico da revolução”.

O apoio ao golpe militar se devia, principalmente, ao anticomunismo que esteve entranhado em seu pensamento ao longo de sua trajetória de vida. A sua ideia de como devia ser a sociedade brasileira estava começando a perder espaço nos recentes rumos políticos do governo de João Goulart. A sua fé na “contrarrevolução” talvez estivesse nisso – o tão propalado retorno a ordem que ele considerava estar se esvaindo com o fortalecimento dos movimentos sociais.

3.1. Júlio de Mesquita Filho e “o roteiro da revolução”.

[...] Tibério soltou uma risada breve:

— Mas vocês não compreenderam ainda que se não tomarmos o poder agora estamos perdidos? Quem vai governar mesmo no próximo quinquênio é o Jango e o maluco do cunhado dele, o Leonel Brizola. Os dois, mancomunados, continuarão manobrando os sindicatos, encorajando as greves, fazendo passar mais e mais leis favoráveis aos seus eleitores e pelegos, aumentando o salário mínimo, em suma, estrangulando cada vez mais as classes produtoras. Vamos acabar no socialismo!

— Que Deus nos livre — acrescentou, rápida, Quitéria.

[...]

(Erico Veríssimo – Incidente em Antares).

Já situado na parte final do recorte temporal estabelecido, este capítulo que segue deseja problematizar mais uma das perspectivas de época em torno do golpe militar de 1964 e seus desdobramentos. Buscamos traçar considerações sobre o lugar de Júlio de Mesquita Filho, de posição política demarcada em torno do espectro liberal-conservador, nos eventos em torno do golpe militar de 1964. Partimos de um editorial do jornal *O Estado de São Paulo* publicado em 12 de abril de 1964 pelo proprietário e diretor do periódico. Pretendemos, também, mapear a extensão da participação das elites intelectuais como sujeitos envolvidos de maneira direta no golpe civil militar.

É a partir dessa hipótese que o texto se constrói: *O tempo do agora* de 1964 era efervescente. As bigornas da forja do Brasil retiniam, onde o futuro era um objeto de disputa aguerrida. Ocupando lugar central no palco dos acontecimentos está a pergunta que já vinha sendo colocada há algumas décadas: Qual o regime político seria mais apropriado para o país? Mesquita Filho buscava ensaiar uma resposta a essa pergunta. O título de uma das obras de Francisco Goya apresenta uma metáfora que consideramos ilustrativa nesse caso: *El sueño de la razón produce monstruos* – a torre da modernidade não era infalível; não apenas o “sono da razão” produz monstros, mas também seus “sonhos”. O monstro parido em 1964 tem, entre outras coisas, a genética dos delírios racionalistas de intelectuais como Júlio de Mesquita Filho. A concepção do regime partiu, também, da ideia de que a “revolução” estava inscrita na ordem natural das coisas.

3.2. A carta revolucionária: roteiro para a História

Faziam doze dias desde que o golpe militar havia derrubado João Goulart de seu cargo de presidente do Brasil, quando o Jornal *O Estado de São Paulo* publica um editorial em que trouxe o título de “roteiro da revolução”. Esse roteiro, que tinha sido endereçado às “altas patentes das Forças Armadas”, era a missiva escrita em vinte de janeiro de 1962, quando essas “altas patentes” teriam inquirido Júlio de Mesquita Filho – diretor d’*O Estado* –, a manifestar sua opinião acerca das conspirações que já teriam então tido início. Esse roteiro estava dividido em tópicos que, segundo seu autor, teriam a sequência das ações a serem tomadas como ideais para a estruturação do Estado brasileiro. Em outras palavras, estava detalhada a receita política de estrutura linear e causal, tomando as experiências anteriores da política brasileira como parte do seu arsenal analítico.¹⁶⁸

Apoiador bastante assíduo de políticos ligados à UDN, podemos pensar Júlio de Mesquita Filho como sujeito alinhado às aspirações do proeminente partido conservador. O seu lugar na sociedade da época era o da elite nacional, que viera se mantendo em lugares de privilégios há bastante tempo. Próximo de Carlos Lacerda,¹⁶⁹ comungava pelo menos em parte com seus projetos, francamente golpistas; em 1964, estavam definitivamente legitimados pela bandeira da legalidade. A UDN, enquanto partido político, já partira no encalço de demolir a figura de Vargas décadas antes, esforçando-se em atribuir à sua imagem os ares do ditador que fora até

¹⁶⁸ MESQUITA FILHO, Júlio de. *Política e cultura*. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 122. Anexo H.

¹⁶⁹ Nas fontes obtidas por mim no arquivo do Jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio de Mesquita Filho é o destinatário de uma vasta correspondência enviada por Carlos Lacerda, sempre em tom de amizade e proximidade. Após a morte de Mesquita Filho, Lacerda chegou a projetar a escrita de uma biografia para o amigo, todavia veio a falecer antes que concluísse a tarefa.

1945. Os correligionários do partido buscavam articular a ideia de que a metamorfose de Getúlio de ditador para democrata – por vezes alinhado à esquerda – era uma fachada populista de manipulação. Em 1954, o suicídio de Vargas sacudia a firmeza de Carlos Lacerda – “o demolidor de presidentes” – e seu partido. Quando o PSD e o PTB formaram uma coalizão, frustraram a UDN por várias vezes consecutivas. O partido conservador passou a enxergar a aliança que chamavam de “getulismo e populismo” como causa de grande parte dos atrasos do país, passando a desprezar e odiar a situação, ressoando em críticas “mal humoradas”.¹⁷⁰

A crescente votação em grupos políticos à esquerda mobilizou novamente o anticomunismo. Na perspectiva do espectro liberal-conservador direitista da União Democrática Nacional, uma atitude se fazia necessária. Como pode ser lido no fragmento do livro *Incidente em Antares* que serve de epígrafe para esse texto – escrito por Erico Veríssimo já na década de 1970 –, as mistificações anticomunistas ecoavam pela sociedade brasileira.¹⁷¹ O trabalhismo e a reforma agrária, projetos políticos que representavam Jango, eram vistos como a soleira da porta para o comunismo. É nesse terreno que o argumento construído em torno da “defesa da legalidade” culminaria no golpe militar de 1964, bem como adentraria mais de duas décadas, sempre alimentando essa ideia – que a certa altura passou a justificar a tortura e a morte de brasileiros como “mal menor”.

No livro de Mesquita Filho intitulado *Política e cultura*,¹⁷² publicado em 1969, figura a transcrição do editorial já referido. O título “roteiro da revolução” encontra um significado forte no contexto da época. A palavra “roteiro” implica um plano que manteria os desdobramentos da conspiração contra o presidente seguindo por trilhos pré-estabelecidos; “revolução”, por sua vez, é um termo de legitimidade que na década de sessenta, segundo os estudos desenvolvidos por Marcelo Ridente, encontrava envolto em um grande misticismo romântico. A Revolução com R maiúsculo estava fincada no imaginário coletivo, não sendo exclusividade nem dos espectros políticos de direita ou de esquerda. Era apenas palpável que muitos consideravam causas pelas quais estavam dispostos a pagar um alto preço. Ridente escreve que “(...) talvez os anos 1960 tenham sido o momento da história republicana mais marcado pela convergência revolucionária entre política, cultura, vida pública e privada, sobretudo entre a

¹⁷⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à História dos Partidos Políticos brasileiros*. 2 ed. Belo Horizonte: UFGM, 1999. p. 83.

¹⁷¹ VERÍSSIMO, Erico. *Incidente em Antares*. São Paulo: Companhia das letras, 2006. p. 107.

¹⁷² MESQUITA FILHO, Júlio de. *Política e cultura*. São Paulo: Martins Editora, 1969.

intelectualidade”.¹⁷³ Os intelectuais canalizam essa tradição revolucionária, passando a integrar seus escritos e engajamentos – “a utopia que ganhava corações e mentes era a revolução”.¹⁷⁴

A “revolução” que ganharia “o coração e a mente” de Júlio Mesquita Filho seria protagonizada pelos militares. A partir disso, pensaria ele ser um importante roteirista, já que os interesses a quem servia esse ponto de inflexão política era o dos setores conservadores. O governo de João Goulart estava ameaçando bases políticas brasileiras que jaziam em voga há bastante tempo, com mudanças lentas, onde muitas vezes apenas os nomes mudavam e as coisas permaneciam; para conservar esse *status quo* havia a necessidade de barrar as reformas que Jango e seus apoiadores pretendiam promover. Em torno dessas reformas, as alegorias anticomunistas foram criadas e compartilhadas de maneira extensa e incontrolável. Um regime socialista poderia estar a caminho, e isso era algo que aterrorizava os indivíduos das classes dirigentes. Essa batalha contra o comunismo possuía raízes que remontavam os períodos que precederam o “Estado Novo”.¹⁷⁵ Operando através de mecanismos como a imprensa e criando uma certa *ordem discursiva*¹⁷⁶ que enunciavam, um terreno fértil para uma “revolução” política foi preparado; pelo menos desde 1962 as conspirações já estavam a todo pano, e, no início do artigo publicado no livro de Mesquita Filho.

O texto é apresentado nos seguintes termos, após detalhar que ele havia sido escrito há aproximadamente dois anos daquela data: “O Dr. Júlio de Mesquita Filho, instado por altas patente das Forças Armadas a dar a sua opinião sobre o que se deveria fazer caso fosse vitoriosa a conspiração que já se iniciara contra o regime do Sr. João Goulart (...)”.¹⁷⁷ Em seguida, se desdobra a transcrição de uma carta pelas próximas oito páginas, detalhando um itinerário a ser seguido para que a “legalidade” fosse restaurada. A data de tal missiva segue do dia vinte de janeiro de 1962; um “roteiro” em seis tópicos é escrito e endereçado a um misterioso destinatário, referido apenas como “meu ilustre amigo”. Os tópicos possuem os seguintes subtítulos: *Junta militar, tribunais, legislativo, Conselho Nacional, O prestígio nacional e Iniciativa privada*. O intelectual e Revolucionário Mesquita Filho aflorava novamente, dessa vez forjando uma receita de como proceder após o golpe de Estado a que chamava de Revolução. Desde 1932, se passara três décadas; após os seus dois exílios e o passar do tempo,

¹⁷³ RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos de 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (O Brasil Republicano, 4). p. 135.

¹⁷⁴ *Ibidem*.

¹⁷⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil. (1917-1964)*. São Paulo: FEPESP, 2002.

¹⁷⁶ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2005.

¹⁷⁷ MESQUITA FILHO, Júlio de. *Política e cultura*. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 122. Anexo H.

o seu papel na revolução agora era o de pensador cuidadoso por trás da ação. Emprestava seus saberes às forças armadas.

Analisando o documento, em primeiro momento, um pensamento se faz presente – a introdução desse escrito afirma que “a responsabilidade que pesa sobre as forças armadas é enorme”.¹⁷⁸ Essa responsabilidade atestada por Mesquita Filho aos militares aparece seguido de referências a diversas ocasiões em que o exército havia agido como poder moderador, especialmente apologético ao “belo movimento que derrubou a ditadura em 1945 e da queda de Getúlio de 1954”.¹⁷⁹ É nesse momento que se faz presente sua preocupação para o que chama de “imprudências que redundaram em fracasso”, já que anteriormente o exército teria entregado precipitadamente o poder a homens que tiveram seus espíritos formados em tempos de ditadura. O personagem dirá que uma atitude planejada e prudente se faz necessária, como se desejasse perscrutar o futuro e fornecer-lhe um plano a prova de falhas, um diagnóstico e receita de intervenções que “no máximo três anos terá voltado o Brasil a um estado de perfeita saúde política e social”.¹⁸⁰

Segue, nesse tom de planejamento, o roteiro. A respeito da junta militar, ela se constituiria em três militares que fariam as vezes do executivo. Tudo isso seria ancorado na legitimidade constitucional, fundamentada na constituição de 1946 “para acalmar os espíritos” e a partir disso promover a inadiável obra de saneamento”.¹⁸¹ O chamado de “Poder Executivo revolucionário” promoveria, de dentro dos limites da constituição, uma “reestruturação administrativa e moral do Estado Brasileiro”. Essa busca por moralização da política não era inédita na trajetória de Mesquita Filho, dado que fora procurado por Jânio Quadros alguns anos antes para ajudá-lo a “varrer a corrupção do Brasil”.¹⁸² De qualquer maneira, não é definido, contudo, quais seriam esses limites e até onde era aceitável o esgarçamento da constituição em nome do governo “revolucionário”. Uma vez sob a bandeira da legalidade, as forças armadas desempenhariam o seu papel, posto como quase sagrado, de restaurar a moralidade, o que deveria ser feito, segundo Mesquita Filho, com prudência.

Essa prudência consistia, principalmente, em “evitar violências desnecessárias”.¹⁸³ Dado o tom da aquiescência apenas parcial nesse trecho da carta/artigo, aparentemente “as forças armadas” planejavam proceder uma derrubada total dos tribunais imediatamente após a então

¹⁷⁸ Idem, *ibidem*. p. 120.

¹⁷⁹ *Ibid.*

¹⁸⁰ *Ibid.*

¹⁸¹ *Ibid.*

¹⁸² CARTA de Jânio Quadros para Júlio de Mesquita Filho. Anexo D.

¹⁸³ *Ibid.* p. 122.

nomeada “revolução”. O “saneamento” dessas instituições era urgente e necessário para que as sombras que tanto diziam combater pudessem ser substituídas pelos faróis do Estado autocrático que estava por dominar o país. O desafio que parece ter havido foi a não existência uma fórmula para se fazer isso; em outras palavras, os conspiradores não tinham controle sobre quaisquer das contingências vindouras. Júlio de Mesquita Filho afirmara que o processo que levaria à queda de João Goulart já havia tido sua ignição, mas não existia um roteiro prévio. Essa previsão que desejava dar conta do futuro, começara a ser discutida pelo menos desde de 1962 e nem sempre encontrava unanimidade.¹⁸⁴ A consulta de intelectuais e homens ligados à imprensa – como aqui apresentamos Mesquita Filho –, parece ter sido parte do conjunto de ações que compôs o golpe de 1º de abril de 1964.

Júlio de Mesquita Filho pregara prudência. Não sabemos se ele ou outro dos ideólogos e *teóricos* que ajudariam compor o quadro burocrático que cobriria o futuro governo ditatorial com a bandeira da legalidade. Até hoje, os desdobramentos mais sutis desse período muitas vezes permanecem velados por causa do alto grau de complexidade posta ao lado de uma renitente insistência em modelos explicativos. Carlos Fico faz uma prolífica discussão em torno dessa problemática; segundo este autor, pouquíssima atenção é dada aos acontecimentos.¹⁸⁵ Nesse caso, por exemplo, vemos o eco de como “1964 buscou construir suportes jurídicos e aliou estratégias de legalização do regime às práticas de censura aos meios de comunicação, de cassação arbitrária de mandatos parlamentares e dos direitos políticos”,¹⁸⁶ consultando intelectuais e pessoas em evidência na política nacional. Essas dinâmicas são lampejos de processos subterrâneos, contudo não menos importantes. Uma sugestão dada por Júlio de Mesquita Filho na referida carta pode ajudar a compreender como esse processo se desdobrou. Ele defendia a criação de um “Conselho Nacional” que pudesse ser consultado pela junta militar. Assim teria sido pensado tal conselho:

[...] Outra medida que julgo de grande interesse seria a criação de um Conselho Nacional que acolhesse em seus quadros figuras de grande projeção. Este novo organismo poderia ter apenas caráter consultivo ou deliberativo, ou os dois simultaneamente. [...] A sua presença no organismo estatal viria

¹⁸⁴ Para Reinhart Koselleck, a relação dos sujeitos históricos com as temporalidades em que habitam não é a mesma para todos os indivíduos, ao mesmo tempo que propõe o estudo da própria historicidade da categoria tempo. Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. pp. 09-15.

¹⁸⁵ FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017. pp. 35-38.

¹⁸⁶ MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memória de lutas políticas. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula. (Org.) *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

reforçar sensivelmente o prestígio do governo revolucionário, pois com ele julgo que estaria completada a estrutura jurídico-política do País”.¹⁸⁷

Os conselhos que Mesquita Filho apresentaria aos militares nessa carta, que é tornada pública após a deposição de João Goulart, defendem fortemente a restauração da legalidade, segundo os moldes da democracia por ele pensado. Não concebia mais que o país continuasse a se afastar dos seus projetos e, dessa vez, com o espaço muito mais limitado para negociações do que acontecera na década de 1930 e a sua penetração no terreno público. O “liberal” fazia aposta alta no exército para que o mando de campo das elites ameaçadas fosse devolvido, numa posição paradoxal: era revolucionário em nome, inserindo-se como tal para se autolegitimar, mas o futuro utópico correspondia, também, a um passado nostálgico. O reacionário – ou uma vontade de retorno – e o revolucionário disputavam espaço em um mesmo indivíduo, o que, em última análise, era um mesmo significante. O indivíduo, como escreveu Norbert Elias, pensara uma sociedade *ao seu modo*, mas que deviria dissonante dos seus desejos. É nesse ponto que a força das tradições se fazem presentes, demonstrando força de reação, quase seguindo as leis Newtonianas de “igual força e sentido contrário”. Tal fenômeno é análogo ao apresentado por Arno Mayer sobre a permanência do antigo regime na Europa, com papel ativo da aristocracia e dos intelectuais.¹⁸⁸

3.3. 1964 entre a experiência e a expectativa.

Conforme o século envelhecia, mais o autor da carta e da matéria de jornal que analisamos nesse texto também sentia o peso dos anos. Giorgio Agamben nos lembra que a terminologia “século” significava, no latim que a derivou, *saeculum* ou “tempo de vida”.¹⁸⁹ Nascido em 1892, Júlio de Mesquita Filho provavelmente sentia o peso da própria mortalidade e já contabilizava dois exílios.¹⁹⁰ Como era *Kairos* – ou “tempo de agora” – em que ele vivia enquanto redigia aquele texto? Para além de conjecturas, é possível afirmar a vontade de coerência que o fizera acreditar que possuía um “terceiro olho” que podia perscrutar o futuro; esse olho estaria vigorosamente fincado nas seis décadas do tempo de vida que tivera no século XX, passando a pretender a segurança dos Oráculos. Essa segurança é evidente quando afirma que caso “(...) a junta militar se mantiver dentro dos limites da política cujos traços principais são os que aí

¹⁸⁷ MESQUITA FILHO, Júlio de. *Política e cultura*. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 127. Anexo H.

¹⁸⁸ MAYER, Arno J. *A força da tradição: a persistência do antigo regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 269.

¹⁸⁹ AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009. p. 60.

¹⁹⁰ O primeiro exílio de Júlio de Mesquita Filho foi em 1932, por ocasião de sua participação na chamada “Revolução constitucionalista”; o segundo seria motivado por sua oposição ao “Estado-Novo”, se prolongando entre 1938 e 1943.

ficam, ela terá contribuído para tornar o Brasil aquela Nação que o seu grande passado prometia”.¹⁹¹

Mesquita Filho seguia uma tradição de passado que na primeira República sujeitos como Monteiro Lobato e o seu próprio pai tinham trilhado – a de compor políticas que tinham lastro numa construção de um país grandioso, expurgando-lhe “as pragas” que o levava à minoridade no concerto das nações.¹⁹² Evidências de sua saudade do “liberalismo excludente” da primeira República, na qual vivera até seus quarenta anos, aparece no texto do derradeiro tópico de sua proposta de “Revolução”. Aí entra o seu projeto liberal, construção de um país em que a “iniciativa privada” daria as cartas; ao mesmo tempo, combateria qualquer vestígio de filosofias que remetesse ao socialismo. Caberia ao Estado brasileiro

[...] combater os males que a infiltração do pensamento marxista na política brasileira provocou nesses dois últimos decênios, exacerbando até o paroxismo a intervenção do Estado na economia nacional. [...] Se quisermos combater o comunismo dentro das nossas fronteiras, o próximo passo a ser dado pelo futuro governo será o que tenda a conter dentro do razoável a ingerência do Estado naquele delicado terreno estudando, ao mesmo tempo, a maneira de aliviar as responsabilidades financeiras do tesouro, devolvendo à iniciativa privada tudo quanto esta esteja em condição de gerir melhor.¹⁹³

O anticomunismo voltava, encarnando parte do clima histórico, mostrando como as dinâmicas da sociedade se canalizam nos indivíduos e como estes reagem. A iniciativa privada era defendida por Mesquita Filho como uma defesa contra o comunismo. Isso se expressava na tentativa de coser o seu *agora* de 1964, fortemente influenciada por suas *experiências* passadas, disputa por um futuro à sua imagem. Nas palavras de Reinhart Koselleck, um horizonte de expectativa *sui generis* estava se constituindo no calor das “decisões políticas tomadas sob a pressão dos prazos e compromissos”,¹⁹⁴ sob influência da urgência de uma ação militar que rompesse com uma ordem estabelecida e implantasse outra no seu lugar. Essa sequência de acontecimentos encontra o que afirmara Darcy Ribeiro na obra que sintetiza seu pensamento, *O povo brasileiro*. Ribeiro afirma que o golpe militar de 1964 é reflexo de que as classes privilegiadas viviam o medo de qualquer sublevação, reagindo duramente a isso.¹⁹⁵

¹⁹¹ MESQUITA FILHO, Júlio de. *Política e cultura*. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 127. Anexo H.

¹⁹² DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

¹⁹³ MESQUITA FILHO, Júlio de. *Política e cultura*. São Paulo: Martins Editora, 1969. p. 126. Anexo H.

¹⁹⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 15.

¹⁹⁵ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: companhia das letras, 2006. p. 21-22.

3.4. A “Revolução” devora seus filhos

O Historiador estadunidense Thomas Skidmore, nas palavras finais de seu livro *Brasil: de Getúlio a Castelo*, faz uma breve menção a Júlio de Mesquita Filho como participante ativo no golpe, apesar de não fazer nenhuma referência ao “roteiro da revolução” aqui trabalhado. Skidmore aponta o envolvimento de certos setores da sociedade no golpe, sujeitos a quem diversas mudanças que estavam se desenrolando no *status quo* brasileiro estava desagradando. Novas dinâmicas que assustavam as classes privilegiadas conduziram o apoio ao golpe, devidamente travestido sob o nome de “revolução”. Skidmore anota que os militares agiram respaldados “por antigetulistas e civis de ideias neoliberais” – como é o caso de Mesquita Filho – e que esses conspiradores estavam certos de que, com a “revolução”, a incômoda herança varguista que viam encarnada em Jango finalmente se exauriria.¹⁹⁶ Contudo, esses acontecimentos dariam origem a uma curiosa ironia, como veremos em seguida. Conforme a “revolução” se prolongava e ganhava indisfarçáveis tons de ditadura, os interesses individuais se bifurcavam e se tornariam conflituosos.

O dia 1º de abril é popularmente conhecido como “o dia da mentira”; apesar disso, em 1964 a “peça” pregada no regime democrático no Brasil não foi uma mentira, apesar de que recheado delas em seus pretextos. Ainda assim, o espírito do dia parece acompanhar os desdobramentos, uma vez que a célebre frase “a revolução devora seus filhos” atribuída por Georg Büchner a Danton parece poder ser aplicada por muitos cá no Brasil pelos anos do regime de governo que seguiu o golpe. Júlio de Mesquita Filho em breve seria engolido; após publicar um artigo nada elogioso ao regime que se instituiria,¹⁹⁷ distante daquele que escrevera no seu roteiro, seu jornal é censurado e nunca mais publicaria nele. “Golpes de Estado são eventos traumáticos, que podem ser bem planejados e executados. Mas uma vez efetivados, é frequente que abram alternativas políticas diversas. Por isso, o que ocorre após muitos golpes de Estado foge muito do controle de muitos que o promoveram e apoiaram”,¹⁹⁸ o que significa que os sujeitos de cada época possuem seus próprios projetos políticos, mas isso não significa que tudo ocorra de acordo com o “roteiro”.

O *deus ex machina* que conteria o avanço da suposta avalanche comunista estava, enfim, construído. Brotava como a solução milagrosa que levaria o país de volta aos trilhos; diversas mitologias construíram as condições de nascimento desse golpe. A literatura ecoa

¹⁹⁶ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 369.

¹⁹⁷ INSTITUIÇÕES em frangalhos. *O Estado de São Paulo*. 13 dez 1968.

¹⁹⁸ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, e pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: São Paulo, 2014. p. 373.

sensivelmente essa dinâmica do terror que então era construído: “Os inimigos já estão dentro de nossos muros! Protegeí a vossa intimidade” – escreve Erico Veríssimo em *Incidente de Antares*, referindo ao crescente anticomunismo – “Fechai as vossas portas e vossos corações a esses forasteiros curiosos e indiscretos agentes do comunismo internacional ateu e dissolvente. [...] Defendamos a nossa crença em Deus, na Pátria, na Família e na Prosperidade! (*Um Patriota*)”.¹⁹⁹ Na ficção de Veríssimo, essa caricata e irônica referência não estava, de maneira alguma, aos “patriotas” dessa época.

Um coro considerável uniu-se para “demolir” Goulart; não apenas Carlos Lacerda, Júlio de Mesquita Filho, ou a igreja. Seja a “Pátria”, a “Família” ou a “Prosperidade”, essas poderosas falácias pintadas através dos meios de comunicação e no senso comum contribuíram com o golpe, que em seguida se transformaria em revolução. Mais tarde, os pretensos “flautistas de Hamelin” que abandonavam o coreto eram tratados de maneira semelhante àqueles que se recusaram segui-los desde o começo – como inimigos da revolução. O artigo escrito pelo proprietário do OESP e publicado em plena vigência do AI5 já falava em ditadura; o jornalista já mudara seu tom, talvez por sua cartilha de interesses liberais vir sendo deformada durante o período “revolucionário”. O título sugestivo de “instituições e frangalhos” denunciava a implosão da democracia política pela qual acreditava ter lutado quatro anos antes.²⁰⁰ O neoliberalismo referido por Skidmore não teve pudores quanto ao modelo de Estado o Brasil fazia uso, justamente por ser o desenvolvimento mais agressivo do já voraz liberalismo. Esse filho bastardo da modernidade, em sua fome insaciável, não pouparia nem mesmo os paladinos e mercenários que lutaram do seu lado.

¹⁹⁹ VERÍSSIMO, Erico. *Incidente em Antares*. São Paulo: Companhia das letras, 2006. p. 141.

²⁰⁰ INSTITUIÇÕES em frangalhos. *O Estado de São Paulo*. 13 dez 1968, p. 3.

4. ULTIMAS BATIDAS DO TEAR: as sutilezas do imaginário intelectual

Surgem continuamente homens de bons costumes, sensatos, sábios e amantes da espécie humana, que têm como objetivo portar-se, a vida toda, do modo mais moral e sensato, iluminar, por assim dizer, com sua pessoa, o caminho para o próximo, e precisamente para demonstrar a este que, de fato, se pode viver do modo moral e sensato. E então? É sabido eu muitos desses amantes da humanidade, cedo ou tarde, às vezes no fim da existência, traíram-se, dando motivos a anedotas às vezes do gênero mais indecente até.

(Fiódor Dostoiévski – memórias do subsolo).

Estudar os intelectuais brasileiros no século XX é, necessariamente, ir de encontro com discursos sutis e insidiosos. Eles falam de um lugar de poder que os transformam em “bandeiras” engajadas em justa causa – pelo menos aos olhos de si mesmos. As trocas de correspondência entre sujeitos que enunciavam certas vontades de verdade. Nesses projetos, havia uma estética de grandeza e engajamento ao se inflamarem pelo Brasil; por outro lado, essas ideias nem sempre estavam ancoradas em outras realidades visíveis das terras brasileiras. Pelo menos, não aos olhos de todos que habitavam o país. O “humanismo” latente os faziam oscilar entre a descrição e interpretação dos problemas do país, muitas vezes se travestindo de historiadores, não raramente, tinham cunho teleológico e finalista. Em meio aos seus argumentos, acreditavam dizer, como lembrou Michel Foucault sobre os intelectuais, a muda verdade de todos, como é reiterado em carta de Monteiro Lobato para Júlio de Mesquita Filho que versa, de maneira enigmática, sobre a criação de editores para a divulgação militante das suas ideias.

Esses enunciados pretendiam ditar ações, regimes políticos e moralização na sociedade e da política, mesmo que para isso tivesse que excluir parcelas da população que considerava negativas para a “mentalidade da sociedade”. Imaginavam projeções que mostraram ser, reiteradamente, um caminho íngreme para a maioria da população. De fato, a intelectualidade que aqui temos pensado através de Júlio de Mesquita Filho, tinha idiosincrasias clássicas, como seus projetos aparentemente a prova de falhas e certos, mas que costumavam ficar restritos a uma ínfima parcela do “povo brasileiro” por quem desejavam falar. Esse fenômeno social que envolve essa intelectualidade tradicional, aristocráticas no modo de pensar e

abastadas no modo de viver, está envolto de um misticismo identitário-regionalista, veladamente antidemocrático – pelo menos no curto prazo. Cabe lembrar que para vidas humanas finitas, o longuíssimo prazo não é razoável. Os conceitos sob os quais desejavam conformar o mundo, muitas vezes não havia nenhuma preocupação em relação à dimensão humana da história, e terminaram por ser incapazes de dialogar com a sociedade, como nos tempos do “Estado-Novo”.

As “forças incorpóreas”, por vezes princípios abstratos que não encontravam ressonância em realidades maiores, representavam a distância que há entre o direito constitucional e o direito costumeiro, teorias e uma práticas absolutamente descoladas entre si. As buscas de construção de uma intelectualidade de elite eram fundamentadas por tautologias em que o próprio argumento se legitimava de maneira automática. Em meio a esse enunciado intelectual, se fazia presente uma militância pelo “Brasil do futuro”, cuja concretização fazia necessário o sacrifício de gerações inteiras – principalmente aquelas distante dos “centros de saber” de onde esses discursos intelectuais se enunciavam.

Como escreveu Friedrich Nietzsche, aqueles conceitos que possuem história vivida e lastro de significância entre os homens e mulheres que habitam o mundo, “esquivam-se à definição”, acrescentando que “só o que não tem história é definível”. Pois bem, o liberalismo que moveu os engajamentos de Júlio de Mesquita Filho, intelectual e sujeito-cidadão brasileiro, enfrenta o mundo em sua complexa profusão. Por outro lado, os problemas que envolvem a lentidão na construção da cidadania no Brasil, permite que os poderes sejam embebidos por uma linguagem que não responde aos anseios da maioria. Esse fenômeno nos remete ao que disse João Ubaldo Ribeiro em *Viva o povo brasileiro*, em referência de como os heróis brasileiros são criados de maneira aberrante, escondidos sob uma névoa obscura.

Os sujeitos a quem o Estado tem servido – e que compõem o estado – e a quem atribui-se títulos, medalhas, ganham renome, monumentos e viram nome de avenidas são personagens que deveriam ser parte de um passado a se libertar, não buscar inspiração. As bandeiras paulistas – os mesmos que atacaram palmares e os indígenas brasileiros – são tomados como inspiração por Júlio de Mesquita Filho e, certamente, por muitos de seus contemporâneos. Ligada a tradição da razão do século XIX, o golpe militar de 1964 encontra ressonâncias em brasileiros notáveis que desejaram fazer da política do país um edifício construído a partir da razão. O “terceiro olho” falha em desvendar as contingências do tempo e da vida humana nos termos exatos que desejou. Ainda assim, esse roteiro contribuiu para dar tons de legitimidade, servindo a forças que se definiriam no futuro.

As bandeiras paulistas – os mesmos que organizaram expedições para dizimar palmares e os indígenas brasileiros –, são tomados como inspiração por Júlio de Mesquita Filho e por alguns de seus *contemporâneos*.²⁰¹ O retorno a essa *tradição* como a fulguração de um futuro desejável desvela aquilo que Carlos Guilherme Mota afirma sobre os intelectuais chamados de “intérpretes do Brasil”: esses pensadores não balizavam suas escritas em pesquisas empíricas apuradas, mas, no limite, em perspectivas sociológicas que carregavam consigo teleologia e apriorismos desejosos de autoevidência e tautológicos. Os tais “Heróis civilizadores” devem ser pensados a partir da ideia de “ideólogos”, e não de “explicadores”.²⁰² A etimologia da palavra “explicar” remete a exposição de uma realidade que transcende qualquer desejo humano, e, por isso mesmo, se torna incontestável. Mas o “charme da ciência” que circundava esses intérpretes é a imanência de uma retórica, um “Brasil” construído com base em uma fantasmagoria de origens e causalidades inscritas na ordem natural das coisas. Os sofismas aí enunciados desvelam, a posteriori, “fazendeiros do ar” tentando forjar uma Nação.

Para esse Brasil artificialmente construído: templos para cultuá-lo e fortalecer a retórica. Ídolos eleitos para figurarem nas suas sagradas escrituras, para usarmos o termo de Arno Wehling. Júlio de Mesquita Filho, um explicador e diagnosticador do Brasil a partir do discurso jornalístico e sociológico, pensa longamente os seus supostos ancestrais como inspirações de civilidade e civilização. Anhanguera, chamado por vezes de “o diabo velho”,²⁰³ adentra o recinto das recém-criadas igrejas – como a Universidade de São Paulo –, como um polido cavalheiro, com vestes modernas como o “liberalismo” e a democracia. A organização dessa complexa articulação conceitual perpassava pelo discurso literário, jornalístico, sociológico, político e, mais recentemente, cinematográfico e historiográfico. Os prolongamentos desses lugares comuns formam biombos por trás dos quais se escondem realidades contraditórias e desigualdades abissais. Lembrando o trecho de *Grande sertão: veredas* já citado ao longo do texto, “no real, as coisas acabam com menos formato, nem acabam”. Essa metáfora nos serve para pôr em suspeição esse construto nacional quimérico, cujas múltiplas faces já são esculpidas há quase dois séculos por muitos artistas diferentes. O tal “biombo” é uma “sedução dos trópicos”, inteligível o bastante para produzir certa verossimilhança, todavia simplória, excludente, maniqueísta.

²⁰¹ AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.

²⁰² MOTA, Carlos Guilherme. *História e contra-história: perfis e contrapontos*. São Paulo: Globo, 2010.

²⁰³ De acordo com a mitologia bandeirante, Anhanguera ganhou a alcunha de “O diabo velho” por seus supostos poderes mágicos. Conta-se que ele costumava incendiar aguardente para coagir os indígenas a mostrarem onde o ouro poderia ser encontrado, dizendo que, caso contrário, queimaria todos os rios.

Júlio de Mesquita filho pode ser pensado como um observador atento do seu tempo e, de certa forma, buscou construir a partir de si mesmo, sujeito imanente, um arcabouço de ideias que legitimasse a própria ideologia de Nação. A trajetória de um sujeito que, contraditório como manda a condição humana, vislumbrou um país ideal. Pensou desde modelos econômicos liberais, e perspectivas da sociedade que demarcasse o lugar da tríade luso-afro-brasileira. O “caráter nacional” e a “invenção de um povo” se legitimam na palavra escrita e ações práticas, se efetuando a partir dos encontros e desencontros com diversos dos seus contemporâneos, definindo o sentido geral da sua trajetória. Uma ironia que permeia seu “destino” é que ao passo que a fração de brasileiros que conheciam as ideias de Júlio de Mesquita Filho é quase insignificante, muitas delas se introduziram no *modus operandi* político e cultural brasileiro. Isso se deve a uma certa imagem do pensamento sobre o Brasil, que se construiu solidificando os lugares comuns e gaseificando as memórias traumáticas.

Com o passado explodindo e tornado diáfano os ecos contraditórios, as polêmicas em torno de modelos de Estado, sociedade, cultura, economia e de ação política internacional se expressam no pensamento de um intelectual que teve uma vida atribulada: escreveu manifestos; participou de batalhas e as chamou de revolução; buscou construir uma universidade; sofreu exílios; teve Jean-Paul Sartre como comensal em sua mesa e por ele foi chamado de reacionário, para a indignação dos seus. As verdades sobre Júlio de Mesquita Filho são muitas, oscilando de acordo com as perspectivas. O que se pode dizer de maneira definitiva é que suas militâncias e retóricas por um país do porvir continuam vivas e se expressam, com continuidades e rupturas, nos nossos dias. O clima ideológico, intelectual e político de uma época.

Talvez seja gigante pela própria natureza. Talvez suas fronteiras estivessem demarcadas em sagradas placas tectônicas, antes que Pangeia se quebrasse. Ou, mais provável que seja apenas um construto artificial em torno do qual muitos agonizam para lhe dar forma. Estamos falando de Pindorama, que seus “descobridores” europeus supostamente encontraram “perdido” após seus sextantes os traírem. O chamaram de “Brasil” há cinco séculos, e desde então o seu número crescente de moradores, ainda atordoados com as próprias origens, tentam lembrar o que são de fato. Ao tentarem lembrar, inventam. Engalfinham-se em textos agressivos, imagens coloridas e acordes. Nem todas as versões são consonantes, tampouco pacíficas. As retóricas bifurcam em muitas outras e atravessam a barreira de cada século, seguindo fios que ameaçam se partir; outras vezes são artificialmente realocados.

REFERÊNCIAS:

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: edições MMM, 2012.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI, Jean-François (Orgs). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 349-363.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos e abusos da história oral*. São Paulo: FGV, 2006.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política I*. Norberto Bobbio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- _____. *Liberalismo e democracia*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Identidades inconclusas no Brasil do Século XX – fundamentos de um lugar comum*. In: _____; NAXARA, Márcia. *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- _____. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *Multidões em Cena*. Propaganda política no varguismo e no peronismo. 2ed. São Paulo: editora UNESP, 2009.
- _____; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.
- _____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- DE DECCA, Edgar Savadori. *O silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: globo, 2004.

FAUSTO, Boris. A vida política. In: GOMES, Angela de Castro (org.) *Olhando para dentro (1930-1964)*. Vol. 04. São Paulo: Objetiva, 2013. p. 91-108.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular. 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, e pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: São Paulo, 2014.

FERRERAS, Norberto. “A sociedade de massas: os populismos”. In: *História das Américas: Novas Perspectivas*. FGV, 2011, pp. 213-240.

FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...: um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2013. p. 55-86.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2005.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução: Rosa Freire D’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 07-23.

_____. *A invenção do trabalhismo*. 3ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para debate. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.34, jul-dez, 2004.

_____; D’ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: ática, 1989.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2010.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

_____. A democracia é difícil. In: MARTINS, Renato. (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Curitiba, PR: A Página, 2012.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memória de lutas políticas. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula. (Org.) *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

MOTA, Carlos Guilherme. *História e contra-história: perfis e contrapontos*. São Paulo: Globo, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à História dos Partidos Políticos brasileiros*. 2 ed. Belo Horizonte: UFGM, 1999.

_____. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil. (1917-1964)*. São Paulo: FEPESP, 2002.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

PONTES, José Alfredo Vidigal. *Júlio de Mesquita Filho*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos de 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (O Brasil Republicano, 4). p. 133-166.

SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O avesso do avesso ou a história vista pelo outro lado. In: _____ (Org.). *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____, *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: companhia das letras, 1992.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: UNB, 1982.

VILLA, Marco Antônio. *1932: Imagens de uma Revolução*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

WEHLING, Arno. *As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. RIHB, Rio de Janeiro, n.338, p.7-16, 1983.

Artigos em revistas:

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FONTES:**Cartas:**

CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 14 de Julho de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 27 de agosto de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 22 de setembro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 24 de setembro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Júlio de Mesquita Filho para Marina Vieira de Carvalho. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

CARTA de Marina Vieira de Carvalho para Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 19 de novembro de 1932. Fonte cedida por Ruy Mesquita Filho.

DUTRA, Eurico Gaspar. *Correspondência de 1945*. Arquivo d'O Estado de São Paulo.

Jornais:

INSTITUIÇÕES em frangalhos. *O Estado de São Paulo*. 13 dez 1968, p. 3.

TRECHOS de uma autobiografia. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 14 jul 1969.

UM ESBOÇO de autobiografia. *O Estado de São Paulo*. 13 jul 1969, p. 1.

OURO para a vitória! *O Estado de São Paulo*. 16 ago 1932, p. 1.

UM EMPREENDIMENTO científico. *O Estado de São Paulo*. 16 mai 1920, p. 2.

Literatura:

AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem: apontamentos para um livro de memória que jamais escreverei*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

DOYLE, Arthur Conan. *O cão dos Baskerville*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

VERÍSSIMO, Erico. *Incidente em Antares*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

_____. *O tempo e o vento*, parte II: O Retrato, vol. I. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

Obras:

MANIFESTOS DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932) E DOS EDUCADORES (1959). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MESQUITA FILHO, Júlio de. *Política e cultura*. São Paulo: Martins Editora, 1969.

_____. *A crise nacional: reflexões em torno de uma data*. São Paulo, seção de obras de *O Estado de São Paulo*, 1925.

_____. *Ensaio sul-americanos*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2ª edição, 1956.

_____. *A Europa que eu vi*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1953.

_____. *Memórias de um revolucionário – notas para um ensaio de Sociologia Política*. São Paulo: Anhembi, 1954.

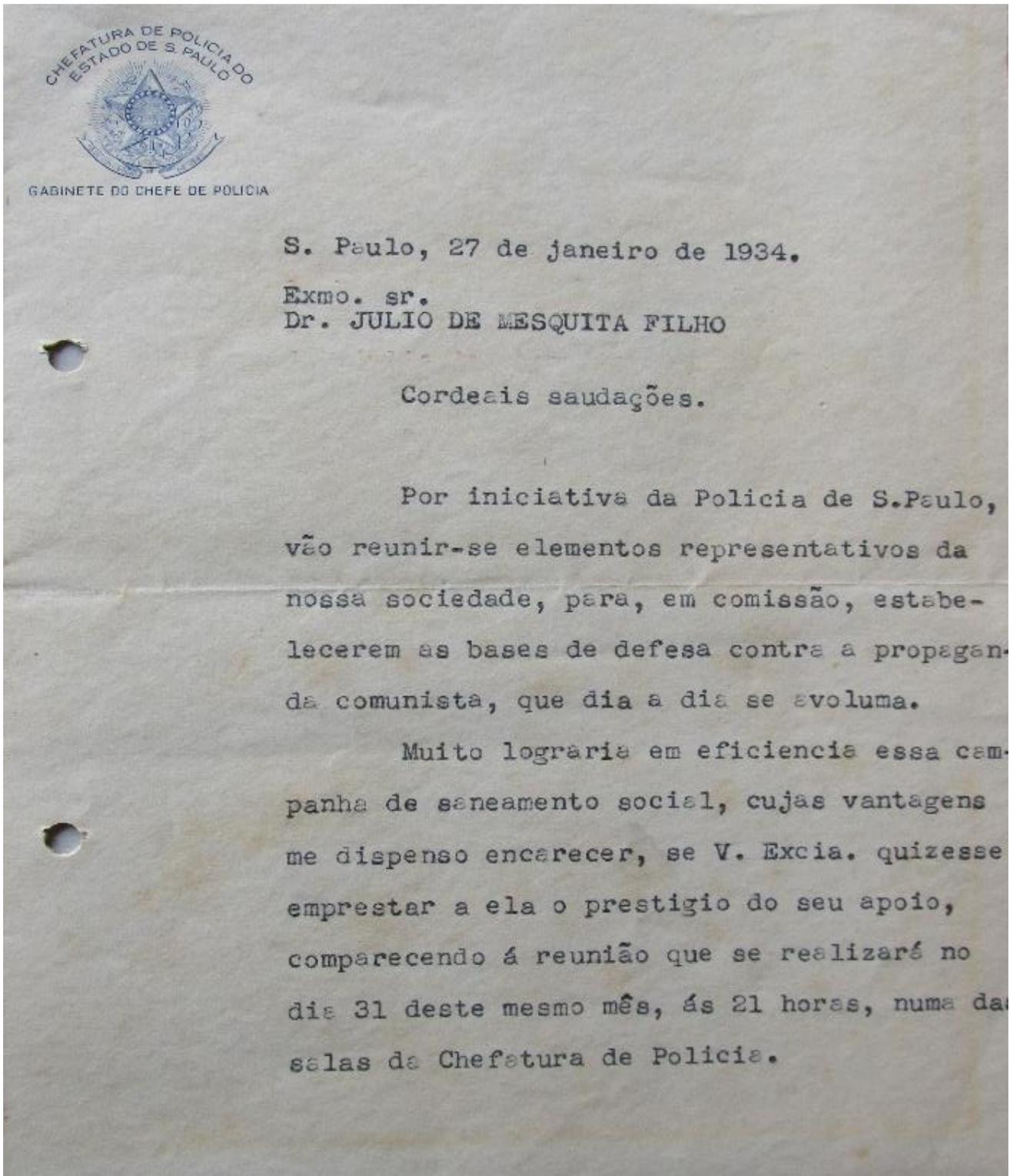
_____. *Nordeste*. São Paulo: Anhembi, 1963.

Transcrições de relatos orais:

RIBEIRO, Darcy. *Darcy Ribeiro (depoimento 1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010.

Anexos

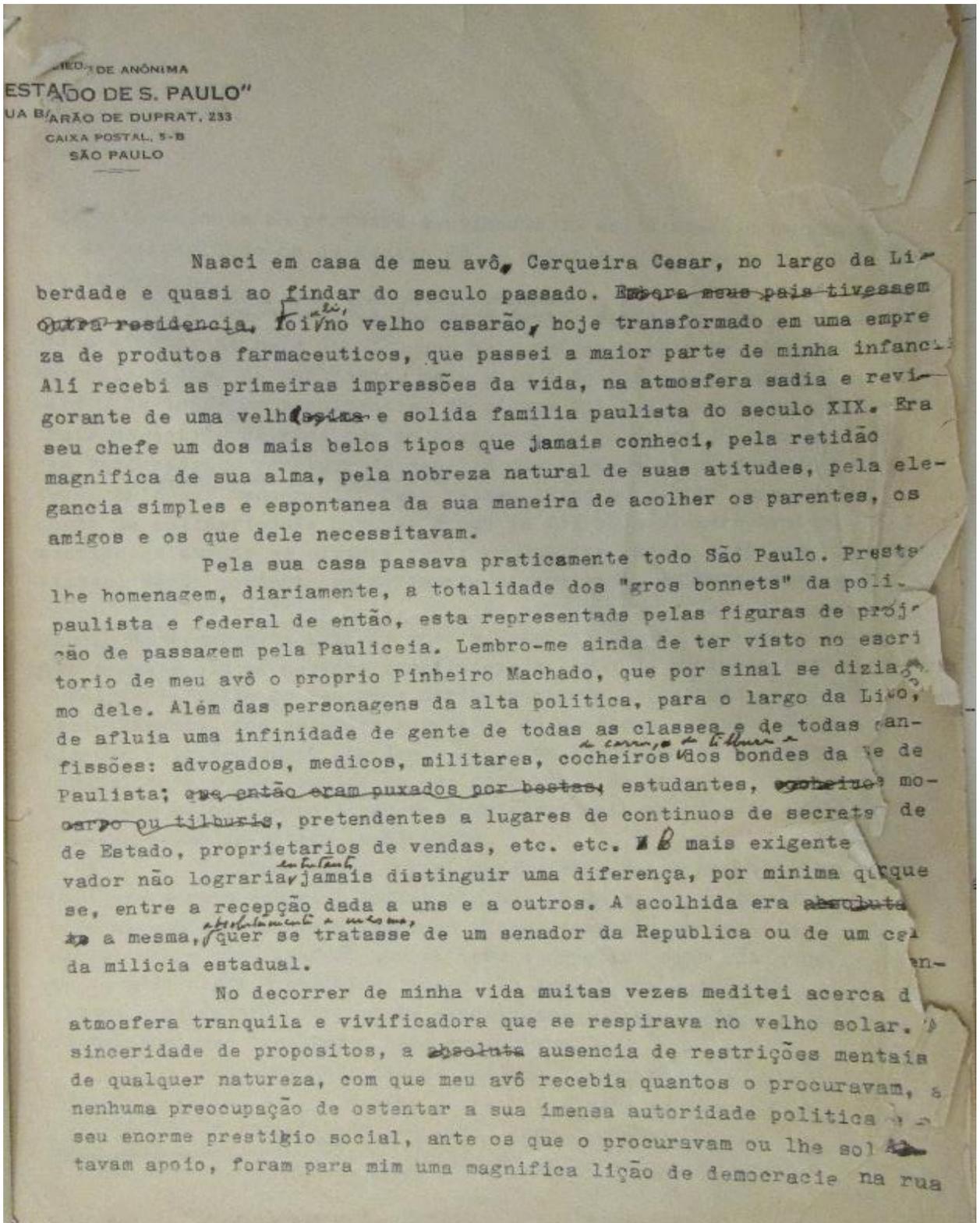
Anexo A: Carta do chefe de polícia a JMF.



Antecipadamente grato, com a mais
elevada estima e consideração,

M. J. J. J.
Chefe de Polícia.

Anexo B: Escritos autobiográficos de JMF (fragmentos).



-2-

SOCIEDADE ANÔNIMA
 "ESTADO DE S. PAULO"
 RUA BARÃO DE DUPRAT, 233
 CAIXA POSTAL. 3-B
 SÃO PAULO

cia feita mais de um profundo sentimento de solidariedade humana do que de vulgaridade ou do desejo de se nivelar com os elementos de classes inferiores.

A ^{líca} ~~experiência~~ ^{que me sujeitei} ~~a que me sujeitei~~ da fase a que me refiro não podia afastar-se mais daquilo que hoje parece a própria essência da democracia e que, na realidade, nada mais é do que o nivelamento, por baixo, de todos os sentimentos. Se alguma filosofia me fosse dado extrair do estilo de vida que se observava na velha residência, ela deveria forçosamente concluir de maneira completamente oposta ao que se entende hoje por ~~democracia~~ ^{ajunta sentimento de unidade}. Suas raízes iriam mergulhar naquele sentimento de solidariedade humana, a que já fiz alusão, para evoluir no sentido de atrair as classes menos protegidas para o nível de vida das elites. Seria portanto um movimento ascensional, ~~de baixo para cima~~, e, nunca, como se verifica hoje, de cima para baixo. Procuraria essa concepção de democracia agir de modo a proporcionar ás massas os meios de elevarem-se até as camadas superiores. A linha de evolução social se aproximaria muito do fenomeno norte-americano, afastando-se, portanto, decididamente, das soluções europeias do problema social. Em substancia: as relações entre grandes e pequenos decorriam em tal ambiente de cordialidade e tão isentas de qualquer ideia de antagonismo, que de modo nenhum se prestavam a que se concluísse pela existencia de lutas de classes mesmo em estado embrionario.

Sublinho estes fatos, dando-lhes grande importancia, porque eles exerceriam decisiva influencia não só na minha formação moral, como na posição que mais tarde eu viria a assumir em face do problema social entre nós, posição que me leva a repelir, como não correspondendo de modo algum á estrutura social do Brasil, as estritamente socialistas - no sentido europeu da expressão - com que o "macaquismo" nacional pretende resolver o caso brasileiro.

Para concluir com os quadros dentro dos quais sofri as primeiras experiencias politicas, quero referir-me ao pequeno periodo da minha primeira infancia em que vivi longe do bairro da Liberdade. ~~Após~~ ^{após} ~~essa~~ ^{após} ~~essa~~ ^{após} ~~depois~~ ^{depois} ~~passamos~~ ^{passamos} a residir no outro extremo da cidade: na rua

-17-

SOCIEDADE ANÔNIMA
 "ESTADO DE S. PAULO"
 BARÃO DE DUPRAT, 233
 CAIXA POSTAL, 5-B
 SÃO PAULO

mística, sujeitos, portanto, muito mais á lei da participação do que ás da logica. Como tais, não podem deixar de exercer uma influencia nefasta na mentalidade nacional. Se fossemos ao fundo do problema, se não nos contentássemos com as analyses superficiais que nos oferece a maioria dos estudos ultimamente aparecidos sobre determinados aspectos dos problemas brasileiros, parece-me que chegaríamos a conclusões pessimistas quanto á participação do negro e de sua "cultura" na sociedade brasileira. A nossa mentalidade não pode deixar de sofrer certo abastardamento pelo contacto constante com a mentalidade quasi totalmente mística do negro. Somos, quer queiramos quer não, ocidentais. É do ocidente europeu que descendemos, culturalmente, e é para lá que forçosamente devemos caminhar, se não quizermos acabar num hibridismo esteril, e, sobretudo, se atentarmos para a agressividade que cada vez mais caracteriza a competição entre os Estados.

O negro trouxe uma contribuição realmente interessante, quanto ao colorido e ao pitoresco, para os nossos usos e costumes, para o nosso folclóre e para a nossa musica. Quanto á pureza da mentalidade nacional e ao comportamento politico das nossas massas, dada a mentalidade primitiva dos descendentes de africanos, a sua influencia não póde deixar de prejudicar a homogeneidade que seria de desejar para o pensamento ^{nacional}. Estou convencido de que a eficiencia cultural e mental de uma nação está na razão inversa da da soma de elementos misticos que por ventura ainda possam atuar na mentalidade de suas massas. A capacidade politica, a solidéz moral e, portanto, das instituições de um povo são, evidentemente, uma função da predominancia de uma ou de outra das duas mentalidades. Nessas condições, não vejo como deixar-se de reconhecer os melificios que forçosamente nos hão de advir da presença, em nosso meio, de uma quantidade ponderavel de individuos ainda nos albores da mentalidade ocidental propriamente dita.

Que é uma civilização, senão um sistema de representações e valores? Ora, a nossa civilização é cada vez mais tributaria da civilização ocidental e cada vez menos dos elementos amerindios e africanos. A cada dia que passa maior é a influencia, em nosso meio, do elemento branco ocidental. Tamanha é a ^{ascendencia} predominancia deste, que já se pode prevêr

ESTADO DE S. PAULO"

Rua Boa Vista, 186

SÃO PAULO

esforço desesperado que fazem os mulatos ~~por parecerem~~, a todo custo, brancos, e os pretos para disfarçarem, tanto quanto possível, as características da sua raça. Exemplo: a mania que se apoderou da maioria dos pretos de combater a carapinha, tornando, por meios mecânicos, lisos os seus cabelos. Outra prova do que afirmamos: os terríveis recalques que fazem da maioria dos mulatos indisfarçáveis seres desgraçados e, de quasi todo preto, um marginal em choque permanente com o meio. Isto pelo menos em São Paulo e nos Estados do sul, onde tendem a viver em grupo e em oposição aos brancos. *

Por todas essas razões é obvio que eu não aceitaria jamais, voluntariamente, o casamento de qualquer membro de minha familia com gente indisfarçavelmente de côr. Além do mais, por que me recusaria sempre a concorrer para que viessem ao mundo infelizes. E o preto e o mulato, devido ás condições sociais, cada vez mais predominantes no Brasil, de toda evidencia, são uns infelizes.

Anexo C: Correspondência com intelectuais

11 rue Monticelli,
Paris, XIV

Paris, 9 février 1948

Cher ami,

Je vous écris au lieu et place de mon mari, parce qu'il n'est pas libre ce soir et que nous souhaitons que cette lettre parte immédiatement, en réponse à la vôtre, arrivée cet après-midi.

J'ai téléphoné à l'hôtel Montalembert, en ~~W~~ avertissant de l'arrivée de Ruy (dont ils n'étaient pas encore avisés) et en demandant qu'on lui transmette, dès qu'il sera là, un message de nous, avec prière ~~de~~ d'entrer en communication avec le 11 de la rue Monticelli. De toute façon, je retéléphonerai. L'hôtel Montalembert me paraît très bien placé au point de vue communications, etc... Mais Ruy pourra aussi, s'il le désire, s'installer à L'Ecole Normale où une chambre particulière lui a été réservée. Je ne puis vous dire évidemment ce qu'elle est exactement, mais Ruy y serait seul et il pourra choisir entre l'une et l'autre solutions. Le décret ministériel qui le nomme à l'Ecole a paru à l'Officiel ces jours-ci. Nous comptons demain téléphoner au bibliothécaire de l'Ecole Normale, un vieil homme charmant qui occupe sa place depuis quelque vingt ou trente ans et se trouve être un grand ami de Lucien Febvre chez qui nous l'avons rencontré. Nous lui demanderons son avis au sujet de la chambre et nous le priions de mettre Ruy en rapport plus personnel avec quelques normaliens, en l'avertissant de son excessive timidité. Evidemment votre fils prendra ses repas avec ses camarades.

Pour tout le reste, vous avez à la fois raison et tort de vous préoccuper. Raison parce que c'est toute une affaire de s'installer, pour y vivre et y être heureux, dans un pays étranger, et aussi parce que la France, actuellement, n'a pas un visage aussi souriant et facile qu'autrefois. Mais vous avez tort parce que je suis sûre que votre fils trouvera mille amitiés sur sa route, françaises et même brésiliennes, et puis parce que nous sommes là. Nous avons déjà pensé aux gens avec qui nous pourrions le mettre en rapport et, heureuse coïncidence, ~~xxxxxxxxxxxxxxxx~~ la première personne à qui nous ayons songé est non pas Guy Laroche, mais son fils, Claude Laroche, grand ami de mon frère. Il a une femme charmante et simple. Il est déjà entendu que ~~Ruy~~ Ruy ira un jour déjeuner chez eux et qu'il y retrouvera un jeune brésilien de Rio, ami des Laroche, dont je ne peux malheureusement vous donner le nom. Par ailleurs Claude Laroche qui a une trentaine d'années, est un excellent médecin de médecine générale, chef de clinique dans les hôpitaux, etc... et nous lui avons demandé de surveiller Ruy médicalement, ~~et~~ C'est vous dire que, s'il était malade, il serait immédiatement et amicalement dans les mains des meilleurs médecins de Paris.

Quant au point de vue argent, c'est encore le plus simple. Nous demanderons au sujet de l'échange des dollars l'avis du directeur de la B.N.C.I, une des grandes banques françaises d'aujourd'hui. C'est un ami

un ami des Annales et de Lucien Febvre. Et si Ruy se trouve en panne à un moment ou à un autre, nous vous avons déjà dit que nous étions en mesure de lui avancer ce qui lui serait nécessaire. Il serait bon que vous lui conseilliez de s'adresser à nous dans ce cas sans aucune hésitation ni gêne, car le conseil le convaincra beaucoup plus s'il vient de vous que de nous. Et il ne faut pas se trouver à Paris sans argent en ce moment : tout s'y trouve, ou presque, mais fort cher. Heureusement le change vous est très favorable. Fruits, charcuterie, oeufs pourront compléter les menus de l'Ecole Normale. Je crains seulement que votre fils ait l'impression de manquer de ~~lqi~~ lait et de sucre. On en consomme tellement au Brésil et le lait condensé, les confitures, goyabades, marmelades sont introuvables ici. Si vous n'avez pas pensé, je pourrai toujours lui donner deux ou trois boîtes de goyabade, pour commencer. Nos caisses de vivres sont en effet bien arrivées à Paris, malgré les grèves, sauf une qui a été perdue entre Marseille et Paris. Heureusement ce n'était pas celle qui contenait le magnifique café que nous ^{vous} grâce à vous, et ~~à~~ au prix où nous aurions eu le plus mauvais à Sao Paulo. Merci encore à vous et à votre cousin.

Nous vous enverrons un mot à l'arrivée de votre fils. Nos amitiés pour vous et pour Madame Mesquita.

Paulo Brading

Paris, 2 mars 1948

Mon cher ami,

J'ai tardé à vous écrire. Mais le proverbe est toujours vrai : pas de nouvelles, bonnes nouvelles. Et même, celles de Ruy ne sont pas bonnes, elles sont excellentes. Nous avons vu votre fils à son arrivée de Londres, attentif, sérieux, un peu troublé au fond, bien que déjà amusé parce que son titre de normalien lui valait de ne pas subir, en fait, la visite de la douane. Mais il faut faire effort, aujourd'hui, pour retrouver cette première attitude. Deux heures après, déjà, dans le restaurant où nous l'avions emmené parce que nous y avions rendez-vous ce jour-là, par hasard, avec les Gurvitch, il comparait les mérites de la cuisine française et de la cuisine anglaise, bavardant et riant comme nous ne l'avions pas encore entendu le faire. Quatre jours après, à la maison, il paraissait tout à fait à son aise, en faisant connaissance avec la quiche lorraine...

Maintenant, il devient de plus en plus parisien. Il a trouvé un petit cercle d'amis brésiliens qui l'aident à s'adapter à sa vie nouvelle. L'Ecole Normale l'a accueilli sans l'emprisonner, elle le laisse, et personnellement je le laisse aussi vivre à sa guise. Dans quelques jours, on parlera pour lui d'études et de contraintes et de visites obligatoires, dans les musées et les journaux. Je vais demander à Courtin, qui dirige le Monde (l'ancien Temps) de lui montrer les frères parisiens de l'Estado. Rassurez vous et rassurez Madame Mesquita sur la santé de Ruy et le confort de sa vie matérielle. Il se porte bien, paraît heureux et épanoui. Paris l'a accueilli avec la neige et le froid, la première neige, et le premier froid d'un hiver exceptionnellement doux. Nous en étions un peu inquiets pour lui, mais il était au contraire ravi de ~~voir~~ ce qui était pour lui la première neige de sa vie. Heureusement d'ailleurs, la tiédeur est revenue et nous avons aujourd'hui une journée de printemps, lumineuse et chaude.

De notre côté, nous découvrons Ruy. A São Paulo, nous avons vu, en présence de ses parents, un enfant réservé. Il est toujours réservé, sérieux, mais plus homme et plus ouvert, plus gai. Pas du tout timide, s'amusant de mille spectacles, y compris l'excentricité des habitués du café de Flore. Son français s'est affirmé au dessus de mon attente et de mes craintes. Il sait bien s'exprimer et mieux encore suivre une conversation. Et surtout, cher ami, comme il vous ressemble, par sa voix, ses gestes, sa façon de rire qui est la votre. Je pense que Paris lui plaît et que la France ~~est~~ fait, avec le voyage de votre fils, une bonne affaire, dirions-nous. Mais lui aussi plaît et saura plaire, par sa gentillesse et sa délicatesse qui sont de votre famille, mais aussi de votre inoubliable pays

2/3/48

Quand vous ~~ix~~ serez à Louveira, pensez un peu à Paulette et à moi. Nous avons laissé là-bas, avant hier un peu de notre jeunesse, hier un peu de ce qui n'est pas encore notre vieillesse et, ~~chaque~~ chaque fois, beaucoup de notre coeur. Je pense ~~avec~~ vous ~~avec~~ avec affection et vous prie d'accepter, avec mes souvenirs les meilleurs et mes hommages pour Madame Mesquita, l'expression de mes sentiments amicalement dévoués/

F. Brandel

Le printemps va vous ramener quelques-uns de nos professeurs et vous en apporter de nouveaux, un philosophe Guérault, un second ~~géographe~~ géographe peut-être, Gourou, un historien, Léonard. Je les recommande à l'avance à votre bienveillante sympathie. Mais est-ce nécessaire ?

Madame Mineur a réussi à faire maintenir le petit Granger à São Paulo. J'ai su que cette nouvelle vous sera - à vous comme à Paulo Duarte - agréable. Mais j'ignore dans quelles conditions précis il est maintenu. Enfin il est maintenu.

S. Paulo, 4, 6, 46

Julinho querido:

Despeço-me de você por carta. Deixei ordem na Brasiliense para que te mandem a coleção dos meus livros, logo que saiam todos, o que será logo.

Parto feliz, esperançoso, mas com uma pontinha de tristeza ao lembrar-me que até o meu querido ESTADO está agora, volta e meia, a dar-me picadinhas venenosas por parte de seus críticos literários. E tudo bem sei porque: porque te pedi a readmissão do Alberto Conte e a publicação de um seu artigo enforcado e isso magoou ao Sergio. Tudo o barulho dos modernistas contra mim tem origem nesse olho d'agua.

Nunca me incomodei com picadas de vespas nos outros jornais - mas no ESTADO me doi, porque sempre tive o ESTADO como meio meu. Desde 1908 que o fiz o meu jornal - e ve-lo at'e ele contra mim é doídivo...

Adeus, Julinho. Lá em Buenos Aires sempre me terás o que sempre fui: amigo, mas amigo de verdade, desses que tem paixa. Sei que o ESTADO é um, mas você é sempre o Capitão.

Adeus, adeus, adeus. Como creio que não volto mais, este adeus é de verdade. Um apertadissimo abraço, do coração, do

velho e eterno amigo

Monteiro Lobato
Monteiro Lobato

MINISTÈRE
DE L'ÉDUCATION NATIONALE
**ÉCOLE PRATIQUE
DES HAUTES ÉTUDES**
Sciences Économiques et Sociales
Centre de Sociologie Européenne

10, Rue Monsieur-le-Prince, 6^e (MÉD. 17-52)

PARIS, le 27 avril 1964

M. Julio de Mesquita Filho
O Estado de S. Paulo
Rua Major Quedinho 28
Sao Paulo
Brésil

Cher Ami,

Je vous remercie de votre lettre du 11 avril et je suis très sensible aux sentiments que vous m'exprimez. La complexité de la situation ne m'échappe nullement et je n'ai certes pas souscrit aux jugements hâtifs qui ont été formulés ici ou là dans la presse française. J'ai fait de mon mieux pour mettre en garde le Figaro.

En ce qui concerne un voyage au Brésil, il est actuellement doublement impossible.. D'une part le Figaro, en dehors de son correspondant ordinaire, a envoyé M. Max Clos et il me serait impossible de rien publier ^{sur le même} sujet, dans le même journal. De plus, il me paraît que la situation brésilienne est encore trop équivoque pour qu'on puisse formuler un jugement catégorique sur les perspectives ouvertes par les récents événements. Il serait, me semble-t-il en tout état de cause préférable - si je dois visiter votre pays - que je le fasse d'ici quelques mois, à un moment où la situation se sera pour ainsi dire décantée et où de ce fait, il sera moins difficile de présenter les conclusions d'une analyse objective.

Croyez, je vous prie, Mon Cher Ami, à l'assurance de mes sentiments de fidèle amitié.

*dicté par M. Raymond ARON
avant son départ*

la Secrétaire

15. H. L. Dubrun

São Paulo, 30 de abril de 1964

Prezado Amigo dr. Julio Mesquita

Animo-me a escrever-lhe, por considera-lo realmente um dos ba-luartes da decência neste país que, ao que tudo indica, não terá conserto enquanto se permitir que os corruptos adiram cínicamente aos movimentos destinados a dar guerra à corrupção que ha mais de trinta anos infelicitava o Brasil.

Mas, meu ilustre Amigo, o que é pior, é que tais corruptos vão além da simples adesão arvorando-se em chefes dos movimentos em prol da decência, e como chefes que se julgam, naturalmente se acreditam intocáveis, "purificando" as indecências que continuam praticando sob patrióticos rótulos.

Chamo a sua atenção para a pagina 5 do "Diário da Noite", edição de hoje, 30 de abril. - Assembléia vota auxilio de 100 milhões ao Museu de Arte".

São tão estúpidas as "vestais" "associadas" que deixam transparecer através à noticia, toda a trama da malandragem feita à sombra da Arte e do "Bem às gerações vindouras".

O sr. Edmundo Monteiro mais uma vez descobriu a fórmula necessária às "picaretagens" da qual é mestre. Desta vez, aproveitou-se da "bôa vontade" do eunuco politico Horácio Lafer. Esse perú sem barbeta, à mingua de melhores razões, resolveu o problema da sua pernóstica insignificancia, colando-se aos "Diários" para ver assim, embora com sacrificio das normas do pudor, impressos o seu nome e perfil. E é assim que quer o Diário dar a entender ao público que o senador Lafer teria conseguido como o sr. Adhamar de Barros a tal verba destinada ao Museu de Arte. Mas, é necessário que o povo seja esclarecido. Essa, foi a forma encontrada para o Governo do Estado pagar aos "Diários" a propaganda "desinteressada" que o Diário da Noite vem fazendo do chefe do Executivo paulista.

É de embasbacar àqueles que ainda tivessem alguma dúvida a respeito do patriotismo dos "associados" e do sr. Edmundo Monteiro que, diga-se de passagem, está cumprindo o que disse em reunião sem sua homenagem " ganhamos a guerra, mas precisamos ganhar a paz".

Mas, pergunta-se: caso os 100 milhões fossem destinados mesmo ao Museu de Arte, é justo que nesta hora de recuperação economica se dê o governo ao luxo de pagar as dividas do sr. Assis Chateaubriand, em cuja Escola se criou e formou o faraonico Juscelino?

Aguardando com avidez o seu comentário candente através de tópico no " O Estado ", abraça-o o

Paulo Duarte

Anexo D: Carta de Jânio Quadros a Júlio de Mesquita Filho

PARA PRESIDENTE JÂNIO QUADROS
COMITÊ CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RUA DA CONSOLAÇÃO, 279 - CAPITAL

São Paulo, 7 de Abril de 1960

Prezado dr. Júlio de Mesquita Filho

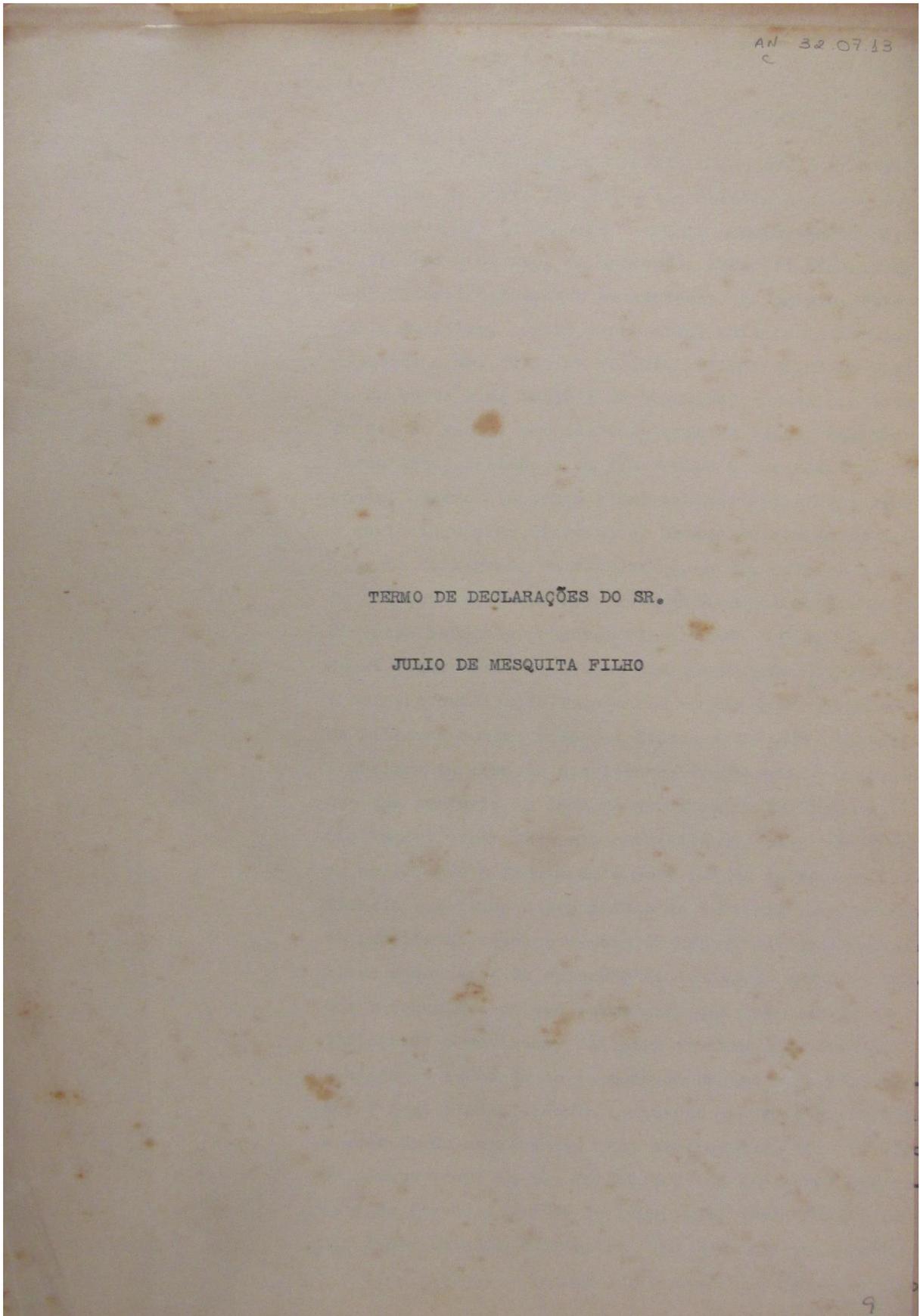
Com esta tenho o prazer de apresentar-lhe o meu amigo João Leite Sobrinho, que empresta sua cooperação á minha campanha política.

Peço-lhe, quando êle se dirigir ao prestigioso órgão superiormente dirigido pelo ilustre amigo, recebê-lo como um companheiro credenciado para tratar de assuntos relacionados com a minha propaganda eleitoral.

Nesta oportunidade nunca é demais assinalar, uma vez mais, meu reconhecimento ao "Estado" pelo apôio reiteradamente á minha luta pela redenção dos costumes políticos do Brasil.

Saudações cordiais.

(Jânio Quadros)

Anexo E: Termos de declarações de Júlio de Mesquita Filho em 1932. (Fragmentos)

COPIA: - "TERMO DE DECLARAÇÕES QUE PRESTA O SR. JULIO DE MESQUITA FILHO, NA FORMA ABAIXO: - Aos dezoito dias do mês Outubro de mil novecentos e trinta e dois, neste Distrito Federal e na Casa de Correção, onde foi vindo o Dr. José Picorelli, Delegado em comissão na Terceira Delegacia Auxiliar, comigo escrevente, adiante declarado, presente o Sr. JULIO DE MESQUITA FILHO, filho de Julio de Mesquita e de Lucilla de Mesquita, natural do Estado de São Paulo, com quarenta anos de idade, casado, jornalista, residente em São Paulo, á rua Brasilio Machado, numero cincocenta e um, sabendo lêr e escrever, o qual, inquirido disse: que, esteve envolvido no movimento deflagrado em São Paulo, no dia nove de Julho do corrente ano; que esse movimento naturalmente de diversas reuniões preparatorias, tendo tomado parte em quasi todas essas reuniões; que se achando mobilizada a opinião publica do Estado deante dos atos inequívocos da Ditadura contra todos os direitos do povo paulista, o declarante como um dos leaders dessa opinião, posição que lhe conferia o fato de ser diretor do "Estado de São Paulo" órgão bastante conhecido no paiz, não exitou em se colocar a frente dela para melhor coordenar o movimento que desde o seu inicio se esboçara absolutamente inevitavel; que, por meio de seu jornal procurou analisar a corrente da opinião, dando-lhe um objetivo unico: a conquista da sua autonomia; que dias depois de deflagrado o movimento foi para as linhas de frente, achando-se adido junto ao coronel Euclides de Figueiredo, o qual aliás, assumiu o comando das forças paulistas a convite do declarante; que, esse comando foi exercido na frente leste de São Paulo, Vale de Parahyba; que esteve em diversos pontos de luta, taes como "Tunel, Bianor, Salto, Fazenda Garcez, São José dos Barreiros, Queluz e outros"; que foi tambem a seu convite o coronel, digo

9

convite que o coronel Taborda adereiu ao movimento constitucio-
nalista; que não organisou batalhões patrióticos, primeiro por
consideral-os inefficientes, e segundo porque desde que o coro-
nel Euclides partiu para a frente, ausentou-se de São Paulo ~~xxxx~~
acompanhando o referido official; que só fez propaganda antes do
movimento pois, após o inicio das hostilidades, manteve-se sem-
pre na linha da frente; que não exerceu durante o movimento
função alguma de caráter financeiro relativamente ás forças em
operações; que os chefes civis e militares são justamente aque-
les cujos nomes constam das proclamações officiaes de governo
revolucionario de São Paulo; que o fim do movimento era entre-
gar a nação ao governo de si mesma; que o declarante assumiu
papel saliente nos acontecimentos que tiveram por epilogo o
movimento de nove de julho, em virtude em primeiro logar das
suas convições politicas filosoficas que não se congratulam se-
não com um regimem constitucional, segundo e como uma consequen-
cia logica daqueles principios em defesa da autonomia de seu
Estado natal e por ultimo, em defesa da dignidade e da honra da
comunhão social a que pertence; que conivente das responsabili-
dades que lhe cabiam perante a opinião publica paulista, tentou
juntamente com o doutor João Neves da Fontoura estabelecer um
pacto defensivo, não só dos principios que serviram de bandeira
á Alliança Liberal, como tambem da autonomia dos Estados entre
S. Paulo, Rio Grande e Minas Geraes; que esse pacto chegou a ser
assinado por São Paulo e pelo Rio Grande, sendo tambem muito
bem aceito pelas figuras principaes do G.S.N., entretanto essa
aliança não chegou a consumir-se totalmente porque tendo os
acontecimentos se precipitado em São Paulo devido a ação ali
desenvolvida pelo então Coronel Rabelo, cujas intenções contra
o governo de São Paulo vêm hoje estampadas nas columnas do Cor-
reio da Manhã, fomos impelidos a assumir contra a Ditadura e em
defesa da nossa autonomia a atitude que redundou no movimento
iniciado a nove de Julho. E mais não disse nem lhe foi pergunta-
do e depois deste auto lido e achado conforme mandou o doutor

Anexo F: Artigo de Mesquita Filho sobre as cidades universitárias, 1939. (Fragmentos).

CIDADES UNIVERSITARIAS

No bem formulado inquerito que "La Prensa" acaba de organizar sobre o problema da criação de cidades universitárias, ha esta pergunta que, pela sua propria natureza e alcance, nos parece condicionar todas as demais: "Que beneficios, no terreno intelectual, julga que a criação de cidades universitárias poderia proporcionar ao país?". Os maiores, respondemos sem hesitar. A função que desempenham é de tal ordem que não temos duvida nenhuma em consideralas condição precípua para que hãra rigorosamente ensino universitario. Sem ellas, isto é, sem a concentração sistemática e orgânica dos institutos de altos estudos num todo harmonico, não cremos que se possa falar em ~~o~~ ensino universitario propriamente dito.

Não pretendemos afirmar, é evidente, que sem cidades universitárias não se possa proporcionar excelente ensino superior. O que não nos parece passível de contestação é que, sem ellas, possa haver, realmente, ensino universitario. Com efeito, que é que, na realidade, o distingue? No nosso entender e como se póde inferir das mais puras tradições, o ensino universitario é aquele que abrange a Universalidade dos conhecimentos humanos e no qual predominam os chamados estudos desinteressados. Pelo menos é essa a concepção em que a tinham os que legaram á humanidade esses centros de especulação intelectual que tanto lustre e renome emprestaram a cidades como Bolonha, Oxford, Salamanca e Paris dos tempos heroicos em que, cavalgando a mula famosa, Gargantua, filho dileto de Gargamelle e Grangusier, fazia nela a sua entrada triunfal. Tanto para os que nelas professavam como para os que alí iam buscar ensinamentos, o saber humano era um todo perfeitamente coerente e harmonico. Uma mesma doutrina imperava no ensino das diferentes disciplinas, como o mesmo espirito animava a toda a comunhão. A mais rigorosa unidade assim intelectual como moral caracterisava a vida desses illustres centros de alta cultura. Como é sabido, essa unidade era ainda fortalecida pelo fato de ter sido durante seculos o latim a unica lingua não somente admitida nos cursos, mas ainda nas obras impressas, o que fazia das universidades e dos homens cultos da época uma especie de sociedade internacio-

- 6 -

gia só teriam a lucrar se acaso lhes fossem subordinados o Jardim Zoologico, estações de biologia marítima, museus especializados, etc...

Agora que se aproxima o fim desta sumaria exposição, queremos tratar de uma das faces mais interessantes, a nosso ver, do delicado e complexo problema. Referimo-nos á questão do estilo arquitetônico a que deverão obedecer as construções. Questão de somenos, dirão alguns. Questão capital diremos nós. Se tivermos bem em mente o espirito geral em que vimos procurando explanar o que entendemos constituir o fundo e a forma do problema universitario, chegaremos, logicamente, á conclusão de que um unico estilo poderá ser adotado na edificação da cidade: aquele que lembre a todos os momentos tanto a estudantes como a professores as origens ibericas da nacionalidade. Uma universidad valerá pelo espirito que nela venha a palpitar, pelo poder nacionalizador de que se mostre capaz, pela fé nos destinos da nação que saiba instilar no coração da juventude. A ciencia, bem o sabemos, em si mesma, não conhece fronteiras. Não é menos verdade, porem, que o valor de um povo se mede antes de tudo pelo respeito e pelo amor que saiba dedicar ás suas origens, ás suas tradições. Se isso constitue um imperativo absoluto para todos os países sem excepção, muito maior o será para os que, por circunstancias especiais, se vêm procurados por volumosas correntes emigratorias de todos os matizes, como acontece tanto com a Argentina como com o Brasil. Por isso mesmo, impõe-se ás suas elites não perder jamais a ocasião de afirmar bem alto a mais intransigente fidelidade ao passado. E que melhor maneira de significar absoluta solidariedade com os nossos maiores do que construir a cidade universitaria de tal modo que se lhes fosse dado volver do seio da eternidade, onde descansam, se sentissem dentro de seus muros as suas proprias casas ?

Buenos Aires, 30 de Novembro de 1914



N.R. - Este artifo foi escrito a pedido de "La Prensa", de Buenos Aires, que o publicou em dias da semana que ontem se findou. E ele o terceiro de uma serie que o grande organ da imprensa platina vem publicando sobre o problema da construção de cidades universitarias e que vêm assinados pelas maiores sumidades sul-americanas no assunto.

Anexo G: Fac-símile de carta entre Júlio de Mesquita Filho e Marina Vieira de Carvalho. As versões utilizadas no trabalho foram transcritas a encomenda de Ruy Mesquita Filho por Sonia Maria Troitiño Rodriguez.

Minha filha.

Uma palavra, ainda, antes de deixar,
de primitivamente, terras brasileiras.
Quando você vier, traga-me todos os
livros de direito constitucional, que
você encontrar na minha biblioteca.
O Alfredo pode ajudar você a procura-
-los. São elles de Ruy, Carlos Maxe-
-miliano, Barbosa etc... Há alguns
de autores estrangeiros. Desjardins, tam-
-bem, umas obras de Salustio.
Estamos à vista de Recife, onde jama-
-mente para o Siqueira Campos.
Viagem, que até a mar, boa. Pas-
-sadi de prazeres. Com panfletos, o p^{to}
-ma. Há um falta animo, mas
as saudades de você atacam a
cada minuto, que passo. Espera-
-mos ansiosos a notícia de quando
que de todos.
Um abraço de infinda saudades a todos
e um milhão de beijos para os pequenos
e você de seu pai.

146

mamã

Consumatime est. Estamos a borda de Pedro
I, a espera de ordens para levantar ferros.

O Brasil assim o quiz. Agora, é esperar, com
resignação. Espero você dentro de uns vinte
dias em Lisboa.

Quando você for, leve os livros que encontram
do seguintes autores: Platão, Plutarco, Demócrito,
Bougllet e uma História dos Estados Unidos, cujo
autor me escapa neste momento. Se encontrar um
volume da "Crise Nacional", inclua-o nesta lista.

abraço e beijei um milhão de vezes os nossos
filhinhos e receba ~~com~~ ^{um} ~~grato~~ ^{grato}, um infinito
abraço, do seu pai

“São Paulo, 18 de julho de 1932

Julinho,

(...) São Paulo não é uma cidade, é um país dos mais civilizados do mundo! Os estrangeiros residentes aqui estão boquiabertos com o nosso patriotismo, organização modelo de tudo e capacidade de trabalho fantástica!!

É lindo e é tristíssimo tudo isto. A partida do batalhão do Pereira anteontem foi tremenda! A estação da Sorocabana estava completamente cheia (principalmente de senhoras) e todos berravam “Viva, São Paulo” feito loucos e choravam ao mesmo tempo. A rapaziada partiu firme mas comovidíssima!! Coisa bonita e que a gente nunca mais há de esquecer! (...)

Saudades em penca de todos. Beijos da criançada e vai beijo invicto da sua

Marina”

São Paulo, 27 de agosto de 1932

Julinho,

A sua aliança chegou muito tarde ontem. Só hoje ao meio-dia posso levá-la para ser trocada pela de ferro. Quero ver se consigo mandá-la pelo Armandinho. Se não, irá pelo primeiro portador.

(...) quando vejo pessoas de casa já com o anel de ferro, fico meio envergonhada de ainda estar com ouro na mão. E assim, aos poucos foi-se todo o nosso ouro. Ontem o Julio levou ao banco alguns objetos que eu ainda tinha guardado e que dei em nome dos três pequenos. Quero que os três recebam o tal diploma de honra com o “dei meu ouro por São Paulo”. O Julio levou seu relógio com corrente e lapiseira, o Ruy a minha pulseira larga, com as datas da família, e o Luís Carlos um broche e um anel meus, e duas medalhas suas da Suíça. Agora nem que quisesse não tenho mais nada para dar.

Marina

São Paulo, 22 de setembro de 1932

Julinho,

Tenho passado estes últimos dois dias aterrada com o bombardeio de Guará. Ah, meu filho! Você não pode avaliar o pavor que tenho quando me lembro de que a cidade aí é mínima, os aviões muitos e você debaixo deles todos! Enfim, Deus é grande, e por isso mando aqui mais um santo para não sair de seu bolso!

A vida que estamos levando é verdadeiro martírio! Agora há dias que já começo a desanimar e tenho vontade de chorar de desespero! Enquanto estes bandidos não saírem de Amparo e adjacências, não posso respirar! Como eles são malvados. Agora começa o bombardeio de São Paulo. Por mim não tenho o menor medo, tenho só pena das crianças e com o susto que vão levar se isso de fato acontecer. Armando, apesar de tudo, está mais seguro que nunca da nossa vitória! Diz ele que ela é certa. O João Neves, por seu lado, diz que a tem no bolso! Acho que se de fato a vitória está no bolso dele é uma maldade ele não tirá-la de lá. E você, o que acha? Não estão aí muito abatidos com esse recuo tão grande? Parem aí senão acabam em São Paulo.

A rádio do Rio berra em altos brados que o Borges de Medeiros foi preso em Bagé! Será verdade? Se fosse, o resultado para nós seria bom ou mau? Tenho ouvido a rádio do Rio muito contra minha vontade. Por mais que se saiba que a ditadura mente, fica sempre uma duvidazinha desagradável.

As crianças mandam muitos beijos e eu peço muitos para você, sua

Marina.

Carimbo da

Casa de Correição – Censura – Rio de Janeiro (sem data)

Marina

Chegaram-me às mãos o seu bilhete e as latas de bolachas e doces. Obrigado. Embora a comida aqui seja bem razoável, as iguarias que você me mandou sempre vieram melhorar o meu passadio.

Quanto ao meu estado de saúde, não se preocupe. O meu fígado tem se portado com galhardia. É que ele já se vai habituando a esta minha vida de atribulações. Além do mais, a Sala da Capela

é uma velha conhecida minha e se conserva tal qual era há seis anos. Mudaram apenas os seus habitantes, embora os de hoje sejam igualmente muito simpáticos.

Estou aguardando ser ouvido para saber a quantas ando e o meu destino próximo.

E vocês? E os nossos pequenos? Eis a única coisa que realmente me aflige. Que saudades! Aqui dentro a imagem de vocês me persegue, dia e noite! Enfim, seremos fortes, vocês e eu. O velho sangue de Piratininga, ancestralmente afeito à adversidade e à vida rude das fazendas de outrora, nos preparou para resistir a estes pequenos acidentes da vida de hoje, com galhardia e serenidade.

Até logo, com um beijo do seu

Julinho

Casa de Correição, Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1932

Minha filha

Aqui estamos, na Sala da Capela da Casa de Correição, à espera que sobre nós recaiam as penas que nos reserva a ditadura. Sejam elas quais forem, pode você estar certa de que não as tememos, pois, exceto dois ou três, os demais que aqui se acham para cá trouxeram a disposição de ânimo que aí deixamos na memorável noite em que nos afastamos da nossa querida São Paulo. A coragem com que todos vocês se portaram durante toda a campanha, e sobretudo no instante da nossa separação, faz com que encaremos com serenidade o futuro cheio de ameaças e incertezas que a torpe ditadura nos preparou. A exaltação dos espíritos é tal que as apreensões de toda sorte que por momentos me assaltam não conseguem dominar-me. Vivemos da manhã à alta madrugada numa perpétua exaltação, alimentada pelas recordações destes três meses de epopeia e pelas notícias desencontradas que a todo instante nos chegam.

A comunidade da prisão já nos uniu e aqui vamos, bem tratados é preciso dizer, atravessando galhardamente este último ato do drama.

Hoje – porque comecei a escrever a você ontem – chegaram mais o Mattos Pimenta, o Coaracy e o Pereira. Com já os que estavam, o Cesário, o Joaquim, o Prudente e outros, ficou de novo reconstituído o velho e impenitente bloco.

De Chiquinho e Alfredo não tenho notícias, considero, entretanto, que eles a qualquer momento serão postos em liberdade.

E você, minha filha, como vai passando? Como tem você suportado estes duros dias em que, aos sofrimentos dos dias de luta, se vem juntar as preocupações que as incertezas do dia de amanhã despertam? Tenha coragem e ânimo. Somos moços e temos três filhos homens, que, com certeza, haveremos de educar, como paulistas dignos que hão de ser. As consumações dentro das quais vivemos provocarão, com certeza, grandes dificuldades financeiras para toda a família. Mas, apesar de tudo, tenho confiança e não me abandona a convicção de que saberei vencê-las, como nunca me abateram os revezes sucessivos da minha atribulada vida pública. A sua companhia é disso a melhor garantia. Dói-me lembrar que o pobre Armando aí está, só, fazendo face à borrasca financeira. São dias amargos, não há dúvida, mas qualquer coisa me diz que sobreviveremos de cabeça erguida e sem males irreparáveis.

Se a minha prisão se prolongar, venha para cá. Estaremos, assim, próximos e com o vazio suprimido para conversarmos.

Mande notícias de todos, de dona Constancinha, dos meninos, de Alicinha, de Dadinha e da criançada. E, até lá, aqui vão muitos beijos para os nossos pequenos e para você, do seu

Julinho

“Você não quer que eu seja exilado, mas o Getúlio é um homem muito mau e quer mandar-me para longe de você, do Ruysinho e do Carlão. Mas não faz mal. Você se portará como um homenzinho, que você é, e fará boa companhia a vovó e aos seus irmãozinhos”.

“Minha Marina

Acabo de receber ordem de embarque. São dez horas e não nos permitiram comunicar-nos com vocês. Sigo com você e os pequenos no coração. O Brasil assim o quis. Agora é esperar, com resignação. Espero você dentro de uns vinte dias em Lisboa.”

São Paulo, 11 de novembro de 1932

Julinho querido

Por aqui vamos nós vivendo, de susto em susto, nestes tristes tempos de ditadura. Ontem passamos um dia tremendo. Imagine você que prenderam Armando! Felizmente não passou de susto de 24 horas. Pois hoje está ele livre de novo. (...)

Armando foi preso visivelmente por gente da polícia de São Paulo. O chefe da polícia, o tal Danton Coelho, assim que tomou posse, e que foi hoje às duas horas, mandou o automóvel dele buscar lá Armando e pô-lo na rua incontinentemente. Dizem que este sujeito é inimigo dos tenentes. Vamos ver o que fará. A entrada dele, sob o nosso ponto de vista, não podia ser melhor.

São Paulo, 19 de novembro de 1932

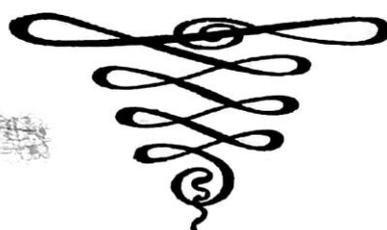
Meu querido Julinho

(...) estamos nós prontinhos para embarcar. (...) Não fosse a situação tão ruim de tudo e eu iria radiante. Em primeiro lugar, radiante por ir ao seu encontro, que, na opinião do Julio e do Juca, vai me esperar de braço com uma portuguezinha. Em segundo lugar, satisfeita por sair deste Brasil miserável! Mas tudo fica, por trás da gente, tão embrulhado e escuro que não se pode deixar de partir preocupadíssima. (...) O famigerado Caranguejeira voltou mais leve do que nunca dos pampas! As terríveis complicações gaúchas não o atemorizaram.

Anexo H: Fac-símile de exemplares de obras de Júlio de Mesquita Filho.

JÚLIO DE MESQUITA FILHO

POLÍTICA
E
CULTURA



MARTINS

JULIO DE MESQUITA FILHO

*ao Roberto, velho e
bom amigo, com um
saúdo abraço, o
gratidão*

A CRISE NACIONAL

Dezembro de 1925

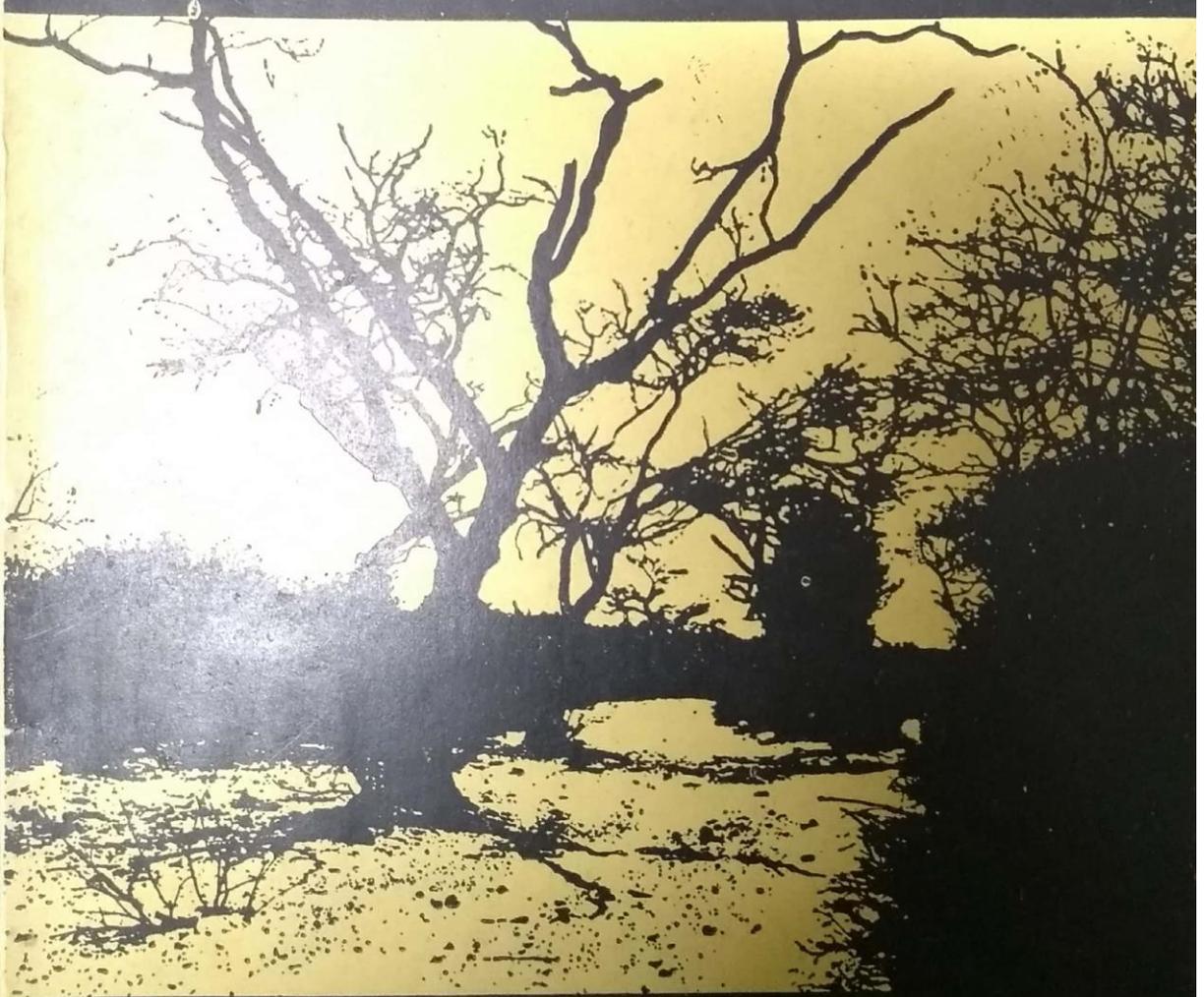
REFLEXÕES
EM TORNO DE UMA DATA

Onde vejo grandes effeitos, sempre supponho grandes causas.
GOETHE.

1925
SEÇÃO DE OBRAS D' "O ESTADO DE S. PAULO"
SÃO PAULO

julio de mesquita filho

NORDESTE



anhambi

JÚLIO DE MESQUITA FILHO

“MEMÓRIAS DE UM
REVOLUCIONÁRIO”

NOTAS PARA UM ENSAIO
DE SOCIOLOGIA POLÍTICA

EDITORA **ANHEMBI** LIMITADA

SÃO PAULO

1954

JÚLIO DE MESQUITA FILHO

A Europa que eu vi



LIVRARIA MARTINS EDITORA
SÃO PAULO

JÚLIO DE MESQUITA FILHO

Ensaio *Sul-Americanos*

*"Guerra do Paraguai" (Carta ao Em-
baixador Carcano) — A Passa-
gem de Humaitá — O Brasil
e a Revolução Industrial
da Inglaterra — Índios,
Jesuítas e Bandeirantes*

LIVRARIA MARTINS EDITORA
S. PAULO - 1946



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, Francisco Adriano Leal Macêdo, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação **Nação como retórica: a construção da ideia de Brasil por Júlio de Mesquita Filho (1932-1964)** de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI, 19 de dezembro de 2018.

Francisco Adriano Leal Macêdo

Assinatura